

II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

[Projeto de Resolução n.º 1965/XIII/4.^a (CDS-PP, PSD, PS e BE)]

Reunião n.º 15

(Sem revisão final)

30 de abril de 2019

(15h26 – 21h50)

Ordem do dia: Audição do Dr. Carlos Santos Ferreira (ex-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos)

Presidente da Comissão: Luís Leite Ramos

Deputados oradores:

Constança Urbano de Sousa (PS)

Mariana Mortágua (BE)

Cecília Meireles (CDS-PP)

Paulo Sá (PCP)

Duarte Pacheco (PSD)

Inês Domingos (PSD)

Duarte Marques (PSD)

O Sr. **Presidente** (Luís Leite Ramos): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde a todas e a todos. Vamos dar início à nossa reunião.

Eram 15 horas e 26 minutos.

Cumprimento o Dr. Carlos Santos Ferreira e agradeço a sua disponibilidade para estar nesta II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco.

Gostaria de lembrar que o objeto desta Comissão é, entre outros, o apuramento das práticas de gestão de crédito e outras modalidades de financiamento da Caixa Geral de Depósitos desde o ano 2000 e ainda a apreciação da atuação dos seus órgãos societários, incluindo os de administração, fiscalização e auditoria, dos diretores, dos auditores externos e dos governos, bem como dos supervisores financeiros.

Gostaria também de relembrar que, à luz do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, as Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são instrumentos qualificados de controlo parlamentar, de recolha de informação e esclarecimento de factos através dos quais o Parlamento exerce as suas funções gerais de fiscalização e controlo do Governo e da Administração Pública, em defesa do cumprimento da Constituição e das leis.

Segundo o regime aplicável a estas Comissões de Inquérito, a Comissão pode convocar qualquer cidadão para depor sobre os factos relativos ao inquérito e a forma dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal.

O depoimento e a inquirição seguirão a grelha de tempos que é habitual, com uma primeira ronda de oito minutos, de pergunta e resposta, uma segunda com o mesmo modelo e, finalmente, uma terceira em que

cada Sr.^a ou Sr. Deputado podem colocar questões até 2 minutos, sendo a resposta dada em conjunto pelo depoente.

Queria também dizer que o depoente tem a possibilidade — e já fui informado de que é sua pretensão — de realizar uma intervenção inicial de cerca de 15 minutos.

A audição é pública, mas, de qualquer maneira, se houver matéria que, de forma justificada e devidamente fundamentada, assim obrigar, poderemos equacionar a possibilidade de realizar uma ronda final não pública para o efeito.

De qualquer modo, gostaria de ressaltar que esta é uma mera possibilidade e terá de ser sempre muito bem justificada, porque o nosso entendimento é o de que a exigência de transparência e a prevalência do interesse público não podem prejudicar os objetivos e os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim sendo, tem a palavra o Dr. Santos Ferreira, para fazer a sua intervenção inicial.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira** (ex-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostava de começar a minha intervenção — farei todos os esforços para que se restrinja aos 15/20 minutos regulamentares — com uma citação de um amigo meu, o Prof. Miguel Beleza, que costumava dizer, e eu ouvi-o várias vezes, que «contra argumentos não há factos».

Gostava de começar por dizer que, após a divulgação do relatório da Ernst & Young, se assistiu a uma espiral de comentários das mais diversas origens e quadrantes, formulando juízos de valor lesivos da honorabilidade das pessoas e, sobretudo, da Caixa Geral de Depósitos e que têm criado na opinião pública uma ideia de facilitismo e de irregularidade na concessão

de crédito e na gestão da Caixa, tentando passar-se a inaceitável imagem de que interesses próprios ou de terceiros geraram todo este problema.

Vendo em retrospectiva tudo o que se disse e escreveu, é pertinente reconhecer que alguns dos intervenientes no debate público simplesmente não leram o relatório ou só leram o que cirurgicamente lhes interessava. Outros, manifestamente, não entenderam o que leram, outros ainda procuram extrair do relatório conclusões que ele não comporta. Finalmente, outros terão visto no relatório da Ernst & Young a oportunidade para ajustes de contas pessoais ou políticas.

As motivações são múltiplas, são diversas, não é difícil entendê-las. Neste ambiente de sensacionalismo, de alguma superficialidade e, até, de razoável excitação, não houve, até agora, espaço, nem predisposição para uma análise serena e objetiva sobre o próprio relatório e sobre a realidade subjacente.

As vozes do bom senso foram poucas e, em geral, foram mal recebidas porque iam contra aquilo que se pretende demonstrar. Por tudo isto, o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito revela-se particularmente importante. Mas revela-se particularmente oportuno também, pois, num contexto de procura da verdade que se acredita isento de ideias e conclusões pré concebidas, oferece a possibilidade de apresentar explicações, clarificações, razões e argumentos, o que até agora pouco aconteceu.

O relatório da Ernst & Young é factual, mas é factualmente infeliz. É um relatório que tem dados omissos, dados errados, dados contraditórios, dados indutores de erros, dados de apresentação pouco cuidada e pouco profissional.

No trabalho que vos entreguei, e cuja leitura vos poupo, estão duas ou três páginas com alguns exemplos. Vou poupar-vos a esses mesmos

exemplos. Se os Srs. Deputados quiserem, poderão lê-los, mas sublinho apenas dois pelo caráter, enfim, mais curioso que têm.

Na página 58, diz o relatório que «a estratégia nos Estados Unidos passou pela aquisição em 2002 de uma participação maioritária no Crown Bank que tinha como principal acionista um emigrante português».

Na página 59, diz o mesmo relatório que «no seguimento da perda de controlo do banco», e detalha como aconteceu, «a Caixa desencadeou um processo negocial que se iniciou em 2001». Fica difícil perder o controlo de um banco, Srs. Deputados, e iniciar um processo negocial mesmo antes de o comprar!

Mais adiante, na página 93, diz o relatório que «para o período de 2000 a 2008, não foi obtida evidência dos princípios orientadores para a remuneração variável aplicada aos órgãos de decisão.» Relativamente ao exercício de 2007, o único dos três em que o Conselho de Administração que integrei e em que foi recebida remuneração variável a recebeu, o Despacho n.º 717/07 do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças fixa objetivos, critérios de exclusão, de penalização ou de majoração da componente variável da remuneração, o que desmente tudo aquilo que atrás vinha dito.

Tenho aqui, Sr. Presidente, cópia desse mesmo despacho que ficará nos registos da Comissão.

Aquilo que nos podemos perguntar é se todos estes casos são relevantes de per si. Penso que talvez não o sejam, mas o facto é que deixam um incómodo relativamente a todo o relatório, o qual, de acordo com o enquadramento, deveria ter sido realizado por uma entidade internacional de reconhecida experiência e idoneidade e competência, tornando este legítimo processo num espetáculo que não dignifica o País, a Caixa ou os seus trabalhadores.

Gostava de vos falar agora no incumprimento das normas internas. O relatório da Ernst & Young não teve por finalidade analisar a substância económica, a racionalidade e a oportunidade das operações de crédito, mas apenas o respetivo processo formal. Isto está escrito no documento, foi aqui categoricamente afirmado pela responsável pela elaboração do relatório.

Ou seja, e por outras palavras, o relatório da Ernst & Young mostra que não é possível ser estabelecida qualquer correlação entre o teor dos pareceres da Direção de Gestão de Risco, o valor e a natureza das garantias prestadas e as perdas efetivas ou potencialmente verificadas.

Procurando ir ao encontro da perspetiva formal adotada no relatório, gostava de vos dizer que, no período em que presidi ao Conselho de Administração da Caixa, tenho a convicção de que não existiram operações de crédito decididas fora dos órgãos competentes e todas as decisões foram tomadas no estrito cumprimento das regras vigentes na Caixa na altura.

A Ernst & Young assenta a sua análise no que respeita ao cumprimento das normas internas em três linhas, infelizmente todas elas erradas e sem base nas normas em vigor na Caixa ao tempo.

Em primeiro lugar, em relação à possibilidade de existirem operações sem o parecer da Direção de Gestão de Risco, considero praticamente impossível que tal acontecesse. Aliás, não há evidência escrita ou, sequer, memória de que a Direção de Risco, face um caso desses, aceitasse assistir e participar na discussão do crédito sem, no mínimo, pedir para ser tomada nota da sua discordância.

Em segundo lugar, diz a Ernst & Young, «a necessidade de as deliberações do Conselho Alargado de Crédito e Riscos serem fundamentadas quando havia pareceres desfavoráveis ou condicionados do Risco, sem que as condições tivessem sido totalmente acolhidas». As deliberações, ao contrário do que a Ernst & Young afirma, eram

fundamentadas por todo o processo capeado pela deliberação constante de ata.

Aliás, o n.º 3.7 da ordem de serviço n.º 4/2007 é claro: «Pela Secretaria-Geral Será elaborada ata sucinta de cada reunião do Conselho alargado de Crédito e Riscos, ficando nela registadas todas as deliberações que forem tomadas».

Seria, aliás, irónico que, tendo o Conselho de Administração da Caixa presidido pelo Prof. António de Sousa que esteve aqui esta manhã e que elaborou a primeira ordem de serviço sobre esta matéria, a ordem de serviço n.º 13/2003, passasse a violar sistematicamente essa mesma norma desde o início.

Importa sublinhar que todas as pessoas que no período de 2000 a 2015 integraram os Conselhos de Administração da Caixa, bem como os diretores centrais, sempre atuaram, interpretaram e aplicaram as regras em vigor do mesmo modo. Aliás, esta era claramente e ao que creio a forma usual de proceder dos restantes bancos em Portugal.

Em terceiro lugar, a necessidade de, nas operações, com prazo superior a 18 meses, serem obtidas garantias reais, hipotecas ou penhoras, que garantam com segurança, pelo menos, 120% do valor do crédito.

Infelizmente, para a Ernst & Young, o n.º 12 da já citada ordem de serviço n.º 13/2003 é claro: «Compete ao Conselho de Crédito e Riscos e ao Conselho Alargado de Crédito e Riscos autorizar a contratação de operações a prazo superior a 18 meses sem prévia constituição de garantias. Deverá ter-se em conta a prática da concorrência, o *rating* da empresa e o seu relacionamento comercial com o Grupo».

Gostava de concluir esta parte dizendo-vos que, durante este período, nunca houve, que eu saiba, nenhum alerta, nenhuma recomendação sobre estes três axiomas da Ernst & Young quer por parte da auditoria interna, quer por parte da Direção de Gestão de Risco, quer por parte de qualquer

outra direção da Caixa, quer por parte do fiscal único, quer por parte do Conselho Fiscal, quer por parte da Deloitte, que era o auditor externo, quer, enfim, por parte da supervisão.

Gostava de falar sobre a necessidade de comparar. A existência de imparidades, ou seja, o reconhecimento de eventuais perdas em créditos concedidos, não é exclusiva da administração da Caixa a que presidi, nem é exclusiva da Caixa, nem tão pouco é exclusiva da banca portuguesa.

A título meramente ilustrativo, refiro que, analisados 11 bancos cotados na Península Ibérica, se verifica que quatro desses bancos, o Popular, o BCP, o BES e o Santander, representando créditos de 61% do total da amostra, tiveram perdas de crédito mais avultadas do que a Caixa. Perderam em média 0,99% por ano destes créditos, enquanto a Caixa teve perdas anuais médias de 0,91%.

O mapa que também vos deixo pode ajudar a ver melhor esta situação.

Gostava ainda de falar da recapitalização da Caixa. O reconhecimento das imparidades não resulta apenas da aplicação mecânica de regras técnicas contabilísticas, reveste-se também de uma considerável subjetividade e, até, discricionariedade.

Tal não só pode permitir facilitar uma evolução positiva dos resultados futuros — como, aliás, foi aqui afirmado, com a máxima autoridade, quer pelo anterior revisor oficial de contas da Caixa, quer pelo anterior Presidente do Conselho Fiscal —, como ainda, no que ao presente inquérito diz respeito, pode alterar o real significado dos factos em análise.

Houve um reforço de imparidades excessivo, imparidades muito sobreavaliadas, usando, se quisermos, as palavras do Dr. Oliveira Rego. Creio que importaria a esta comissão saber de que montante estamos a falar. Desde 2005 a 2015, como os Srs. Deputados podem ver no quadro da

página 11, os aumentos de capital da Caixa estavam em linha com o mercado português e até mesmo com o mercado ibérico.

Mais importante do que isso é dever sublinhar-se que, no período entre 2005 e 2015, o montante que o acionista Estado recebeu da Caixa a título de dividendos — 1,265 milhões de euros — e de impostos correntes — 1,776 milhões de euros — foi, no total, de 3,041 milhões de euros, ou seja, foi superior ao montante despendido em aumentos de capital que montou a 2,950 milhões de euros.

Dito isto, gostava de citar a ênfase da auditora da CGD, a Deloitte, constante do relatório de contas de 2016: «No âmbito do Plano de Recapitalização, o órgão de gestão da Caixa efetuou uma revisão da valorização das principais classes de ativos e de exposições de maior risco, segundo os princípios de avaliação que seriam usados por um novo investidor privado significativo, conforme acordado com a DG Comp, como condição para a não qualificação do processo de recapitalização como auxílio estatal.

Neste contexto, na quantificação das perdas por imparidade, o órgão de gestão da Caixa considerou diversos fatores e pressupostos, incluindo as suas intenções quanto à gestão futura dos ativos, nomeadamente das *non performing exposures*. Foi assumida uma estratégia de desinvestimento mais acelerada para estas exposições que teve impacto, entre outros, na valorização de colaterais de crédito e de imóveis recebidos para recuperação de crédito e na determinação de imparidades para um conjunto de créditos em que foi adotada uma perspetiva de venda.

As alterações de expectativas, intenções e pressupostos que estiveram subjacentes contribuíram significativamente para o volume de provisões e perdas por imparidades de crédito e outros ativos registadas no exercício de 2016, que totalizaram 3,016 milhões de euros».

Mas se esta postura, na altura, levantou alarido e contribuiu, aliás, em muito para esta CPI, vai ter efeitos futuros.

Pedia-vos, se quisessem, que olhassem para o quadro da página 13 do documento que vos fiz chegar. Neste, se virem a rubrica «Imparidades de Crédito», verão que as imparidades anuais feitas pela Caixa e pelo Millennium BCP, que é hoje o único banco comparável, estão mais ou menos em linha: em 2012, 1 bilião da Caixa para 1,600 milhões do BCP; em 2013, 817 milhões para Caixa e 820 milhões para o BCP, etc. Em 2016, a Caixa faz 2,396 milhões de imparidades, o BCP mantém praticamente a mesma linha, isto é, 1,116 milhões. O resultado vê-se nos anos seguintes: em 2017, a Caixa faz 85 milhões de imparidades e o BCP continua a fazer 600 milhões; em 2018, a Caixa faz 119 milhões, o BCP faz 465 milhões, ou seja, na verdade, há uma alteração radical, há o que me atreveria a chamar — sem ofensa para ninguém — de «um adiantamento para dividendos».

Gostava, ainda, de vos falar dos tempos que vão entre 4 de agosto de 2005, quando produziu efeitos a minha eleição, e 8 de janeiro de 2007. O ano de 2007 aparece como aquele que, no conjunto dos chamados *top 25*, regista maior número de operações geradoras de elevadas imparidades. Permitam-me que vos diga que seria quase impossível que assim não fosse, face à crise que se desenvolveu a partir de 2008. Sei que ninguém gosta de recordar esta crise, mas não resisto a fazer algumas citações.

Permiti-me escolher uma sequência de publicações da Goldman Sachs, que, efetivamente, em julho de 2007, dizia que sublinhamos que continuamos positivos para o ciclo através de 2008. Em janeiro de 2008, dizia a mesma publicação da Goldman Sachs que duas semanas antes tinham mudado a visão quanto ao futuro da recessão nos Estados Unidos. Em dezembro de 2008, a mesma publicação da Goldman Sachs dizia que a crise financeira global tornou-se muito pior a partir de setembro. Os *spreads* de crédito aumentaram, os mercados de ações experimentaram o

pior *sell-off* desde a recessão de 2001. Em fevereiro de 2009, a mesma publicação dizia que a crise financeira continuava a devastar a economia global.

Deixo-vos com citações de dois artigos de opinião: um do Prof. Francisco Louçã e outro do Prof. João Duque. E, ainda, uma opinião da Dr.^a Maria Luís Albuquerque.

Na página 15/19, se tiverem paciência para olhar para ela, há efetivamente — não resisti a inserir isto — uma alteração radical na capitalização dos maiores bancos nacionais.

Em termos nacionais, a crise de que tenho vindo a falar foi, igualmente, brutal e inesperada. Se quiserem, na página 16, podem ver a evolução do índice PSI-20. Têm, efetivamente, sinais de crise nos anos 2000, 2001 e 2002 — e houve, mesmo, uma crise — e têm, a partir de 2008, só no ano de 2008, uma queda superior a 50%, ou seja, têm esses sinais.

Quão inesperada é a crise? Tentei encontrar um só exemplo para esta matéria. Acho que o inesperado da crise está no *rating* que as três agências atribuíram à Caixa no ano de 2007. Na página 16, a Standard & Poor's, em agosto de 2007, muda o *outlook* da Caixa de «estável» para «positivo». A Moody's, em abril de 2007, muda o *rating* de longo prazo de AA3 para AA1 e a Fitch muda, efetivamente, em maio de 2007, o *outlook* da Caixa de «negativo» para «estável». Estamos a falar daquilo que dizia acerca do carácter inesperado que esta crise teve.

Não vos maço com os *ratings* que vêm na página 17, mas não resisto a falar de um caso que, enfim, é para mim paradigmático. Um dos bancos que, na altura — é uma opinião pessoal —, tinha uma das mais profissionais e melhores administrações da banca portuguesa é o BPI. Em 2007, penso, o BPI recusou uma oferta pública de aquisição a 7 € por ação. Acabou por fazer essa venda, digamos, à La Caixa e, somando os

dividendos pagos, os aumentos de capital havidos neste período, a diminuição de valor para os acionistas foi da ordem dos 4 biliões de euros. E porquê? Porque a administração era má? Mentira! Era excelente. Efetivamente, por que razão? Por uma razão simples, na minha opinião: as pessoas acreditavam que, no futuro, nos anos seguintes, o banco valeria mais e atuaram na defesa do que acreditavam e na defesa dos seus acionistas. Estamos a falar dos melhores.

Permitam-me umas considerações finais, apenas para vos dizer o seguinte: acho que a apreciação da gestão de uma empresa não pode ser feita nem apenas pelas receitas obtidas, nem apenas pelos custos verificados, nestes se incluindo, obviamente, imparidades de crédito. Tem de ser feita pelo saldo dessas rubricas ou, se quiserem, tem de ser feita para os resultados.

Nos anos de 2006 e 2007, a Caixa Geral de Depósitos apresentou resultados positivos antes de impostos e de interesses minoritários no montante de 2,064 milhões de euros, que são, aliás, os mais altos da sua história. Se quiserem deduzir a estes resultados todas as imparidades dos créditos concedidos em 2006 e 2007 e que constam do *top 25*, mesmo assim o resultado positivo da Caixa seria de 1,338 milhões de euros. Se quiserem reduzir a este resultado as imparidades de todos os créditos concedidos nesse mesmo período, mesmo assim os resultados da Caixa rondariam os 900 milhões de euros.

Ora bem, se me permitem uma última palavra, considero-me, em geral, uma pessoa com razoável boa memória, mesmo em relação a factos passados há mais de 10 anos, que seria normal terem sido apagados pelo tempo. Acho que servi, em toda a minha vida, o País no setor público e no setor privado e em nenhum momento fugi às minhas responsabilidades. Por essa razão, também em momento algum, aceito ser moralmente julgado com base em pressupostos que, no mínimo, posso classificar como

«ligeiros». Tenho consciência de que os Srs. Deputados, com a competência e a profundidade que uma comissão parlamentar de inquérito exige, saberão separar o trigo do joio e fazer à Caixa e a mim próprio justiça.

Tudo o mais acho que é espuma dos dias. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Santos Ferreira.

Vamos dar início às primeiras intervenções. Cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista a primeira interpelação. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Constança Urbano de Sousa.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar o Dr. Carlos Santos Ferreira e agradecer a sua disponibilidade para estar aqui presente.

Gostaria de dizer o seguinte: se contra argumentos não há factos, também contra factos não há argumentos. A verdade — isto é um facto — é que o relatório da Ernst & Young identifica a vermelho, se quiser, no *top 25*, uma série de créditos que foram concedidos durante a gestão da Caixa onde teve elevadas responsabilidades. A estes juntaria o número 1 que, embora não fosse da sua responsabilidade, pois na altura já estaria no BCP, tem origem num outro negócio ruinoso da Caixa que foi a entrada no capital social da La Seda e tudo o que envolveu a La Seda. Penso que o Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira tem consciência disto.

Não preparei esta audição com base apenas no relatório da Ernst & Young, porque também lhe reconheço algumas fragilidades, preparei esta audição com base em algo muito simples: a questão de saber quais são os deveres legais de uma qualquer administração de uma qualquer sociedade comercial neste País. E esta é a primeira questão que lhe coloco.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, os deveres de qualquer administração, se posso resumi-los em duas palavras, são atuar como um bom pai de família. Portanto, ter cuidado e atuar como um bom pai de família. Está definido no Código Civil, é uma boa definição, é velha, é antiga — mas é assim que se deve, digamos, atuar.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — É isso mesmo! Ou seja, naturalmente administrar e gerir implicam sempre opções e decisões que são arriscadas no mundo comercial. Mas também é um facto que a gestão de uma sociedade comercial implica a disposição de património que não é pessoal — e no caso da Caixa Geral de Depósitos é de todos os portugueses — e por isso mesmo a lei impõe um especial dever de cuidado aos administradores, que implica, por exemplo, tomarem decisões não só racionais mas também razoáveis.

Assim, vou colocar-lhe uma questão muito simples, que tem a ver com o seguinte: recorda-se, por exemplo, do empréstimo ao Grupo Lena, da família Barroca Rodrigues — e estou aqui a falar disto, porque está perfeitamente identificado e publicado em tudo o que é jornal —, para reestruturação do passivo da Abrantina, que foi adquirida pelo Lena, o qual foi aprovado contra não um mas três pareceres da Direção de Gestão de Risco. O empréstimo foi a três reuniões do Conselho Alargado de Crédito, que o aprovou contra o parecer da Direção de Gestão de Risco e todas as decisões foram sempre no sentido de beneficiar o Grupo Lena, dispensando, por exemplo, as garantias, que eram o penhor das ações do Grupo Lena e o aval pessoal dos membros da família, e reduzindo também cada vez mais os ónus das operações em relação ao Grupo Lena, ou seja, reduzindo a taxa de juro e as comissões, num negócio que, de acordo com a Direção de Gestão de Risco, era de tal forma improvável ter sucesso — e

não teve, porque gerou perdas — que, por isso, era absolutamente desfavorável à operação.

O que lhe pergunto é se se recorda dessa operação.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, estou à procura, nas notas que tirei, a minha recordação dessa operação, porque tenho grandes dúvidas de que seja tal e qual como a Sr.^a Deputada disse, e muito bem.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Tenho aqui o *dossier*...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Se eu não tiver aqui nas minhas notas, peço o seu *dossier* e trabalhamos sobre os mesmos documentos.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Até lhe dou o *dossier* todo! É a operação C020.

Pausa.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, nas notas que eu tenho, tenho um parecer de risco, de 2007, «condicionado» e não desfavorável. Tenho, numa outra operação, um parecer desfavorável e, neste caso, há, em ata, uma justificação da deliberação do Conselho Alargado de Risco face ao parecer desfavorável da Direção de Gestão de Risco.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte: no primeiro dos créditos, que era esse que tinha o parecer desfavorável da Direção de Gestão de Risco, há uma

dispensa... Há penhor de ação como garantia, pede-se, e é dado, o aval dos acionistas, e é substituído esse aval pelo aval de uma casa agrícola, que, dirá a Sr.^a Deputada, não é a mesma coisa, mas...

Risos da Deputada do PS Constança Urbano de Sousa.

Sr.^a Deputada, ria-se no fim.

Como estava a dizer, pede-se, e é dado, o aval dos acionistas e é substituído esse aval pelo aval de uma casa agrícola, mas, efetivamente, fica também consagrado que há *ownership* e aval dos acionistas atuais ou de acionistas que representem sempre 51% do capital da construtora do Lena. Ou seja, não vejo aqui diminuição das garantias. E talvez se deva dizer que a Caixa, se bem me recordo, estava interessada nesta operação. Havia... Aliás, a justificação que é dada, que está por escrito, e a Sr.^a Deputada leu-a, é efetivamente a concorrência de mercado, mas a Caixa estava interessada nesta operação, porque tinha uma exposição grande à construtora Abrantina, e, portanto, é uma das razões subjacentes à intervenção nesta operação. E deixe-me dizer-lhe que esta construtora tinha, curiosamente, um *rating* B+, que manteve até 2012.

Portanto, Sr.^a Deputada, sim, houve, pelo menos, um parecer desfavorável da Direção de Gestão de Risco, sim, ficou em ata, expresso, que o Conselho Alargado de Crédito decidia contra esse parecer, ficaram salvaguardadas garantias equivalentes, ao longo da vida, nas várias vezes que este crédito foi a Conselho, e a razão subjacente era também a salvaguarda daquilo que já havia de exposição. E, nessa altura, ainda se achava que era possível fazer a salvaguarda de postos de trabalho de algumas empresas.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Recordo que uma das razões pelas quais a Direção de Gestão de Risco era contra esta operação era o facto de o grupo Abrantina nem sequer ter contas consolidadas ou certificadas, bem como o facto de, para a reestruturação daquela empresa, não existir nenhum estudo de viabilidade económico-financeira, nem sequer um mero *business plan*.

Mas, de facto, ficou consignado em ata que o Conselho Alargado de Crédito aprovava na mesma, com degradação de garantias, com redução imensa dos *spreads* e das comissões bancárias, beneficiando, portanto, a outra parte e reduzindo, se quisermos, a margem de lucro já muito improvável da Caixa Geral de Depósitos com a operação, por causa da concorrência. E pergunto: sabe quem é que propôs esta operação?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, a operação, pela sua dimensão, provavelmente, é da Direção de Grandes Empresas, mas não faço ideia.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Foi a Caixa Banco de Investimento. Quem é que estava à frente da Caixa Banco de Investimento?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, como presidente, tradicionalmente, sou eu, mas, Sr.^a Deputada, não gostaria de a deixar num equívoco. Tenho toda a honra de ter sido presidente da Caixa Banco de Investimento, mas um presidente de um banco de investimento, ainda por cima participado pela Caixa, não é o gestor operacional do banco de investimento, o gestor operacional do banco de investimento é o CEO. Portanto, face àquele raciocínio fácil que a Sr.^a Deputada, enfim, queria fazer, que era «sabe quem é que propôs isto? Olhe, foi o senhor», deixe-me dizer-lhe: sabe quem é que propôs isto? Não foi «o senhor», mas foi uma

pessoa, um grande profissional da banca, o Dr. Jorge Tomé, que presumo que aqui virá e defenderá muito melhor do que eu esta proposta. Desculpe ter-lhe dado este desgosto...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Doutor, lendo os três pareceres sobre o mesmo negócio da Direção de Gestão de Risco, que avalia o negócio à luz de critérios de razoabilidade, de mera razoabilidade até, para uma leiga nestas matérias, como eu, a verdade é que o único fundamento que aparece, de ultrapassagem, se quisermos, da oposição desta Direção de Gestão de Risco, é o apetite que outros bancos da praça teriam pelo negócio. Pergunto: se a operação era assim tão apetecível, e tendo em conta o seu elevado montante, não seria menos arriscado transformar esta operação numa operação sindicada, no sentido de, ao menos, repartir o mal pelas aldeias?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — E a resposta é: tecnicamente, sim, mas deixe-me também recordar-lhe um outro facto. Julgo que, nas deliberações do Conselho, há uma obrigação de fusão entre a Abrantina e a construtora do Lena. E ao haver... A Sr.^a Deputada está, com certeza, mais por dentro deste assunto do que eu. Com certeza, leu mais. Eu, provavelmente, tive de ler 20 ou 30 casos e a Sr.^a Deputada, como pessoa inteligente que é, terá escolhido 1 ou 2 casos e, portanto, sobre isto, leu mais do que eu e recordar-se-á de que há uma obrigação de fusão entre a construtora do Lena e a Abrantina. E, ao haver esta proposta de fusão, grande parte desses argumentos relativamente à falta de projeto ou de plano ou do *business case*, com todo o respeito, deixam de ter razão de ser.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Bem, a verdade é que esta operação gerou um enorme prejuízo, e este é um facto contra o qual também acho que não existe nenhum argumento.

Vamos para outra operação, também de promoção imobiliária, decidida pelo Conselho Alargado de Crédito em maio de 2007, contra um parecer altamente desfavorável da sua Direção de Gestão de Risco, sem qualquer justificação — eu, pelo menos, não entendi nenhuma justificação —, porque, embora a garantia fosse uma hipoteca e um aval do proprietário do fundo imobiliário que estava a beneficiar deste empréstimo, o rácio de cobertura era inferior a 120%, não existia sequer uma avaliação do património e, a agravar esta situação, as unidades de participação deste fundo imobiliário, que pertenciam a uma única pessoa — um empresário do ramo da construção civil e da hotelaria —, estavam dadas de penhor a um outro banco. E, mais, a Direção de Gestão de Risco alertava para o risco elevado do cliente, por várias razões: o seu elevado endividamento; grande parte do seu património estava condicionada a projetos e licenciamentos e, portanto, a factos incertos e futuros; a sua difícil situação financeira, uma vez que cinco das suas empresas estavam tecnicamente falidas; e o dinheiro era destinado a substituir um outro banco privado num projeto imobiliário que estava condenado. E estava condenado porquê? Primeiro, porque estava embargado, depois, porque no sítio onde estava a ser desenvolvido havia já um excesso de oferta e a Caixa Geral já tinha muitos projetos financiados nessa localidade, pelo que, no fundo, não havia nenhuma razão para a Caixa ir substituir um banco privado num projeto que, à partida, estava já condenado. Mais: precisamente entre junho e outubro de 2006 e maio de 2007,...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — ... a Caixa Geral de Depósitos tinha consciência dos riscos elevadíssimos de imparidade nos créditos que concedia à promoção imobiliária, porque este alerta estava em todos os relatórios da Deloitte que lhe eram dirigidos, de forma muito, muito visível. O relatório não era assim tão grande e esse alerta estava lá sempre, sistematicamente, todos os semestres.

Portanto, pergunto-lhe: à luz de um elementar dever de cuidado, de bom pai de família, se quiser, como é que me justifica a aprovação de um crédito desta natureza, que tem tudo para dar errado?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, posso pedir a sua ajuda, mais uma vez, citando-me só o número desse crédito?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não o disse, porque não é público, mas é o C023.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, peço desculpa, mas não tenho a certeza ou quase tenho a certeza de que não estive presente nessa reunião, mas, se, por acaso, tiver aí — eu não tenho — a ata do Conselho Alargado de Crédito que diz respeito a essa reunião, agradecia-lhe que visse se eu estive presente. E digo isto pelo seguinte: pedi as atas das reuniões onde estive presente à Caixa Geral de Depósitos e, relativamente ao crédito C023, não tenho a ata, efetivamente. Se a Sr.^a Deputada me pudesse ajudar e dizer se estive lá, ficaria grato.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Doutor, de facto, não estive presente, mas tratava-se de uma política de crédito de apoio a projetos imobiliários para os quais a Deloitte já vinha alertando o Sr. Doutor relativamente aos seus riscos e, pelo menos, o mínimo expectável

para um administrador diligente era dar orientações superiores, se quisermos, para que este tipo de operações imobiliárias, que à partida não tinham garantias nenhuma, não fossem realizadas.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Portanto, Sr.^a Deputada, em primeiro lugar, muito obrigado pelo seu esclarecimento. Saberá mais se tivesse estado presente e a Sr. Deputada confirma que não estive, mas isso não impede que não comente as suas palavras.

A Caixa Geral de Depósitos foi durante imensos anos líder do fomento à promoção imobiliária. Líder! Chegou a ter mais 70% de quota de mercado no fomento da promoção imobiliária.

Mal ou bem, nesses 70 ou 80%, quando se é incumbente num mercado como esse, repito, mal ou bem, haverá bons créditos e maus créditos. Aliás, deixe-me dizer-lhe que, por definição, a promoção imobiliária, e isso não nasceu nos últimos 10 anos, sempre foi a tradição da Caixa como instituição de crédito, se assim posso dizer assim, especializada. E isto baseado em duas ideias, a poupança e o crédito a médio e longo prazo.

A promoção imobiliária tem uma característica muito curiosa: é que, quando ela começa, a garantia não existe, a garantia é feita, depois de medições, à medida que é construída.

Ora bem, mesmo com estes princípios e mesmo com estas garantias, repito, mesmo com estas garantias, que são as mais frágeis que conheço, mesmo assim e sendo a Caixa líder da promoção imobiliária, que me recorde desde sempre — aliás, juntamente com o Crédito Predial Português, chegou a ter quase o exclusivo da promoção imobiliária, ou seja, as duas instituições tinham quase o exclusivo da promoção imobiliária —, mesmo assim, no conjunto, independentemente de haver operações

boas, más e assim, assim, no conjunto, a promoção imobiliária deu resultados positivos à Caixa.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do BE.
Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira, que gostaria que nos relembrasse o que fazia imediatamente antes de ser convidado para presidir à Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Era membro da administração da Estoril Sol.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E administrador de um banco também?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Era administrador não executivo de um banco em Macau, digamos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E qual foi o argumento para que a tutela tenha ido chamar um administrador de um grupo de casinos para presidir à Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, aprecio a linha de raciocínio mas deixe-me ir um bocadinho mais atrás.

Antes disso, como é do seu conhecimento, presidi a um dos maiores ou, provavelmente, ao maior conglomerado financeiro português. Eu era presidente da *holding* do Grupo Champalimaud, que era simultaneamente

uma seguradora, a Mundial Confiança, em cujo grupo estavam integrados o Banco Pinto & Sotto Mayor, o Crédito Predial e o Banco Totta.

Portanto, antes disso, digamos que tive essas funções.

Depois disso, como provavelmente também é do seu conhecimento, fui o primeiro responsável daquilo que, provavelmente, a seguir, foi o maior grupo segurador português, que era a Seguros e Pensões, que integrava — e poupo-a si e aos Srs. Deputados ao elenco — 10 ou 15, ou mais, seguradoras, desde à Império Bonança, à Médis, à Ocidental, enfim, a tudo o queira. Eu era o primeiro responsável desse grupo segurador.

Ou seja, não era necessariamente um convite por ter sido administrador de um grupo de casinos, que levaria àquele pensamento de que poderia levar comigo a ideia de uma economia de casino. Se isto não estava no seu pensamento, então, Sr.^a Deputada, está a perder qualidades.

Repito que antes disso presidi aos maiores grupos financeiros, seguradores e muito bancários, deste País.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Presidiu a grupos de seguros e quando recebeu o convite estava em Banguécoque, estava no Oriente, geria um grupo de um empresário macaense. A minha pergunta é porque é que se lembraram de si para ser presidente do maior banco português.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, acho que a Comissão decidiu chamar o Prof. Teixeira dos Santos — pelo menos é o que dizem os jornais, não sei se é verdade ou mentira. Vai ter de fazer o favor de lhe fazer essa pergunta e, ao mesmo tempo, ficamos os dois felizes: fica a Sr.^a Deputada feliz e fico eu feliz e sabemos os dois a resposta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas quando foi convidado não lhe deram nenhum argumento?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, estive aqui há dois anos, na anterior Comissão — a Sr.^a Deputada não fazia parte dessa Comissão mas cruzámo-nos depois à saída, a conversar, etc. —, e nessa altura respondi que pertenço a uma idade, a uma época ou, enfim, a uma escola que não pergunta por que é que o querem. Na minha escola pergunta-se para que é que o querem. E aí garanto-lhe que perguntei para que é que me queriam e garanto-lhe que me responderam para que é que me queriam.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Doutor, com todo o respeito, tendo a achar tudo isto um bocadinho conversa.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Eu também!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando se faz um convite a alguém diz-se porque é que essa pessoa é convidada: «olhe, resolvi convidá-lo porque acho que tem esta e esta característica, porque precisamos de alguém com este perfil, porque precisamos de uma pessoa com este tipo de qualificações». A minha pergunta é que argumentos é que lhe foram dados para lhe ligarem para o Oriente a dizer «gostaríamos de o convidar para a Caixa». É tão simples quanto isto.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, em primeiro lugar, eu não vivia no Oriente nessa altura. Estava em viagem no Oriente.

Em segundo lugar, isto não é conversa porque, efetivamente, quando me fazem um convite, não preciso verdadeiramente que me digam que

«achamos que você é assim, assado e assado». É-me bastante indiferente, até porque muitas vezes as pessoas nem sequer são francas quando dizem isso. As pessoas dizem o que acham que o outro ouve melhor, o que gosta mais de ouvir ou o que lhe apela mais ao ego, e todos os senhores que estão nesta sala — costume dizer que, no meu tempo, estas salas não existiam — sabem isso. Já tiveram de falar a pessoas e já foram falados e sabem, como eu sei, que normalmente procuramos — eu próprio já fiz isso tantas vezes na vida —, se queremos aquela pessoa, por uma ou outra razão, «vestir» a conversa de maneira que a pessoa se sinta suficientemente motivada, digamos.

Provavelmente, alguém terá dito ao Prof. Teixeira dos Santos que essa conversa comigo não fazia sentido. Não havia nada que ele me pudesse dizer — «achamos que o senhor é assim e assado» — que me comovesse. Provavelmente, alguém lhe deve ter dito: «se está interessado em fulano, o melhor é dizer que quer que ele faça isto, aquilo e aqueloutro, e ele logo lhe diz se faz ou não faz, e a conversa está fechada».

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na anterior Comissão de Inquérito, disse-nos que nunca tinha falado com José Sócrates sobre a nomeação para a Caixa. A pergunta é: independentemente da nomeação para a Caixa, qual era a sua relação com José Sócrates no momento em que foi nomeado?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, o Eng.º José Sócrates está num momento particularmente delicado da vida dele e deixe-me que lhe diga que não quereria, com palavras que possa dizer aqui, piorar a situação em que ele se encontra sob qualquer ponto de vista. Mas, se me permite continuar, eu e o Eng.º José Sócrates não somos visitas de casa um do outro. Eu e o Eng.º José Sócrates temos uma relação, aliás, hoje não

temos relação mas, na altura da Caixa, tínhamos uma relação normal entre dois membros do mesmo partido, repito-lhe, sem sermos visitas de casa. Nunca falei com ele sobre este convite da Caixa e as minhas palavras não podem ser vistas de maneira nenhuma a fazer piorar uma situação que eu acho extremamente complicada e extremamente delicada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando foi convidado já sabia que Armando Vara e Francisco Bandeira também iriam fazer parte da administração?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Quando fui convidado, não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E já os conhecia?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Conhecia o Dr. Armando Vara, que não via para aí há uns 20 anos, e não conhecia o Dr. Francisco Bandeira.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Gostaria de compreender se, das várias decisões de crédito dentro da Caixa, alguma delas foi discutida com a tutela, quer oficialmente nas reuniões, nos almoços mensais, quer de forma bilateral entre o Presidente do Conselho de Administração, o Ministro das Finanças, o Ministro da Economia, o Primeiro-Ministro ou algum membro do Governo.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, sempre me esforcei, intuindo alguma coisa do que sejam as relações entre uma empresas pública e o governo, e nunca estou muito seguro — há aqui pessoas que já fizeram parte do governo, como a Sr.^a Deputada Constança

Urbano de Sousa, enquanto Ministra, e bem sofreu isso — de quantos governos há em quem cada governo. É uma opinião pessoal. E não sabendo quantos governos há em cada governo, desde o início sempre procurei um único interlocutor. O meu único interlocutor era o Ministro das Finanças e, para assuntos normais e mais correntes, o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E alguma vez discutiu algum dos projetos de crédito da Caixa com o Ministro das Finanças?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não me recordo de alguma vez ter discutido projetos de crédito com o Ministro das Finanças.

Discuti com ele, por exemplo, um projeto que a Sr.^a Deputada há bocado qualificava de ruinoso, mas deixe-me dizer-lhe que é ruinoso porque correu...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — 900 milhões é ruinoso!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, não, Sr.^a Deputada. Não dê...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Doutor está a responder à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Peço desculpa. Depois digo-lhe.

Não, Sr.^a Deputada, não discuti assuntos de crédito mas discuti, por exemplo, quando nos foi presente o tema da participação no capital da La Seda. Então perguntei. Aliás, para esta Comissão, tive de fazer um esforço

para ver se tinha perguntado isso à Associação, à API, se tinha perguntado ao Ministro da Economia ou ao Ministro das Finanças e terá sido ao Ministro das Finanças. Portanto, isso perguntei. Perguntei se esse era um processo que fazia sentido para este País, se sim ou não. Isso sim, mas decisões de crédito, uma a uma, concretamente, isso não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas foi assumido que o projeto da Artlant — não estou a fazer um julgamento de valor, estou a perguntar — era um projeto com patrocínio político, digamos assim?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sobre o projeto da Artlant a Sr.^a Deputada falará também, e bem, com o Sr. Eng.^o Faria de Oliveira, que é a próxima pessoa a vir a esta sala.

Sobre a Artlant pouco ou nada posso falar. Posso falar sobre a La Seda, bastante.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Adeque a mesma pergunta a La Seda.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Se falei com o Governo sobre a La Seda?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já me disse que falou com o Governo sobre a La Seda. A minha pergunta é se o projeto era entendido como um projeto com patrocínio político.

Foi-nos dito aqui pelo Dr. Vasco Orey, se não estou em erro, que era entendido dentro da Caixa que o projeto de La Seda era um projeto com apoio político. Não estou a dizer se é bom ou mau, estou a dizer que essa era a forma como era visto.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, para mim, pessoalmente — e posso responder-lhe por mim, pessoalmente —, o projeto da La Seda era claramente um projeto que tinha interesse nacional. Se isso significa que tinha apoio político ou não, tinha o apoio que me foi referido. Se fosse apresentado com pés e cabeça, poderia ser candidato a um daqueles PIN (projeto de potencial interesse nacional), ou lá como se chamam.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o Governo, quando foi perguntar se poderia entrar no capital acionista, disse-lhe para avançar?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não perguntei se deveria ou não entrar no capital acionista, perguntei se o projeto, em si, fazia sentido, em termos nacionais, e foi-me dito que se tivesse pés e cabeça poderia ser candidato a esse tal PIN.

Deixe-me dizer-lhe que isso faz-me alguma impressão. Não faz sentido perguntar a um governo nem a nenhum acionista... Deixe-me recorrer a algum conhecimento privado, e garanto-lhe que o tenho. Eu nunca perguntaria ao Sr. António Champalimaud, digamos, se, efetivamente, fazia isto ou aquilo, mas se me pergunta se eu discutia com ele alguma grande linha, algum grande tema, garantir-lhe-ei que sim. Mas dizer assim: «Então e agora? Posso entrar no capital da La Seda?». Não me faz muito sentido. Mas perguntar «A La Seda é, para vós, Governo, algo que possa ter interesse público? Dentro desse interesse público pode ser-lhe atribuído um PIN, como nos vieram dizer que iria ser?» — ah, isso faz sentido perguntar!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, onde é que o Dr. Vasco Orey foi buscar a impressão de que o projeto tinha patrocínio político, portanto que era um projeto determinado politicamente?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Conheço o Prof. Vasco Orey, conheci-o na Caixa, e pode ser, perfeitamente, Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, quero clarificar: da minha memória atual, foi o Dr. Vasco Orey. Alguém o disse, aqui, não tenho a certeza se foi o Dr. Vasco Orey ou se foi o secretário da sociedade, mas clarificarei, não quero pôr palavras na boca de ninguém.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Mas pode perfeitamente ter sido o Prof. Vasco Orey. Eu só o conheci quando entrei para a Caixa. Ele tinha sido nomeado pelo Prof. António de Sousa, que foi o primeiro diretor da Direção de Gestão de Risco e que fez um trabalho que muita gente não gostou ou que não gosta, mas que eu acho que é um trabalho notável, porque até uma certa época todo o crédito era decidido na área dos comerciais. Eram os comerciais que contactavam o cliente, eram os comerciais que elaboravam os *dossiers*, eram os comerciais que os aprovavam, e por aí fora.

Quando neste mecanismo entra uma direção que tem como único objetivo... A Sr.^a Deputada, enfim, só não me diga é que é conversa, senão é horrível! Isto é como um carro: quando num mecanismo destes entra um travão, e a Direção de Gestão de Risco, num banco, tem uma função de alertar, travar, contrabalançar, contrapesar... Hoje começa a ter quase a função de mandar. Hoje! Em 2005, 2006, 2007, o Prof. Vasco Orey ganhou o respeito de muita gente, e pode, perfeitamente, porque ele é um homem que diz o que acha, e muito bem, é um homem livre. Portanto, pode

perfeitamente ter dito: «Olhe, eu sempre fiquei com a ideia que era um processo que tinha uma influência política». E deixe-me dizer-lhe que bastaria que eu tivesse tido com o Prof. Vasco Orey a conversa que acabo de ter com os Srs. Deputados e, em particular, com a Sr.^a Deputada, para que ele, de certeza, ficasse com a ideia de que o projeto era de influência ou interesse político.

Não veja nisto um desmentido do Prof. Vasco Orey, porque acho que ele é homem para dizer exatamente isso que disse. E, se calhar, disse bem, à maneira dele.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que lhe apresentou o projeto de Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, penso que tomei conhecimento do projeto de Vale do Lobo antes de ele ser submetido ao Conselho Alargado de Crédito e Risco, onde foi submetido.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi o Dr. Armando Vara quem lho apresentou?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, os projetos, a menos que fossem alguma coisa mais complexa, não eram apresentados ao Presidente. Na véspera da Conselho eram distribuídos os documentos com as propostas dos comerciais e os pareceres de risco e, efetivamente, era aí que, em 99% dos casos, eu tomava conhecimento, no dia seguinte ou dois dias depois, dos projetos que iriam ser discutidos.

Sempre tive um acordo de cavalheiros com dois diretores da Caixa. O Prof. Vasco Orey é um deles, de Gestão do Risco, e o Dr. Lourenço Soares, outro grande profissional, Diretor dos Assuntos Jurídicos. Sempre

tive com eles um acordo de cavalheiros: «Se houver alguma coisa que fuja completamente às normas, façam o favor de me avisarem, porque é a maneira de tirar isso da ordem de trabalhos e voltar tudo atrás». Não tive esse aviso relativamente a Vale do Lobo e, muito provavelmente, não o deveria ter tido.

Já agora, deixe-me acrescentar, porque posso poupar-lhe tempo nas perguntas, que não conheço as pessoas de Vale do Lobo. Conheço uma do tempo em que ele era administrador da EDP, o Dr. Rui Horta e Costa, a quem não falo desde que ele era administrador da EDP. Não conheço nenhum dos outros senhores, nunca fui a Vale do Lobo, nunca aceitei nenhum convite para ir a Vale do Lobo, e não aceitei não porque desconfiasse das pessoas, mas porque sou associal. Não aceito convites, não vou a lado nenhum!

E, com isto, procurei só poupar-lhe a pergunta seguinte.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto-lhe é se entende que um projeto em que a Caixa entra como promotor imobiliário não é um projeto atípico para um banco.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, deixe-me dizer-lhe que essa matéria foi objeto de uma deliberação do Conselho de Administração. A memória vai-me falhando, sobretudo quando se trata de reproduzir deliberações do Conselho de Administração. Daqui a pouco, quando deixar de me ver, por eu estar submerso em pastas, diga, que eu afasto-as para o lado!

Mas deixe-me citar esta ata do Conselho de Administração... Não sei se os senhores a têm ou não. Têm? Então, se calhar, escuso de estar a citá-la e digo só o número da ata e a Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Cite, por favor! É que não temos todas as atas!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Mas esta vale a pena ter!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Nós queríamos todas!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sabe que eu também não tenho todas e descobri que os senhores têm muitíssimo mais documentação do que aquela a que eu tive acesso.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas o período que estamos a trabalhar é mais longo!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Está bem, mas isto não é propriamente um *level playing field*!

Agora vamos lá ver se não fico aqui 5 minutos à procura da ata, como há bocado!

Pausa.

É a ata n.º 51/2006, de 13 de dezembro. Eu não tenho a ata, tenho notas minhas, mas essa ata diz qualquer coisa como isto: «O Conselho de Administração considerou a necessidade de uma SGPS para desenvolver projetos em parceria com clientes da CGD na área do imobiliário». Continuando: «Foi deliberado criar a Wolfpart» e, a seguir, vêm as condições todas, a aprovação dos estatutos da Wolfpart, dos órgãos sociais da Wolfpart, quem era administrador por parte da Caixa, quem presidiria à assembleia geral, e por aí fora. Esta deliberação do Conselho, que lhe cito,

diz: «Delegar no Dr. Armando Vara os poderes necessários para constituir a Wolfpart e representar o grupo CGD na execução desta operação».

E, ao abrigo desta deliberação de criação desta SGPS, foram feitas duas operações: a operação de Vale do Lobo — que todos, à volta desta mesa, sabemos que correu mal — e foi feita uma operação de compra da torre ocidental e da torre oriental do Colombo. Dessa fala-se menos, eu tive de recorrer, nomeadamente, a notícias de jornais e, portanto, devem estar certas, que dizem que a Caixa comprou as torres oriental e ocidental à Sonae, se não me engano, e talvez à ING, não faço ideia... Sei que as contas são estas: comprámos 25%, sendo que o custo a 100% era de 12 milhões de euros, portanto, a Caixa deve ter investido 6 milhões de euros e o custo de venda das duas torres foi de 80 milhões de euros. Portanto, aqui há uma mais-valia para a Caixa da diferença entre o valor de venda da torre oriental e da ocidental do Colombo e os valores de compra.

Esta operação, enfim, penso que vem vagamente citada. Aliás, as contas da Ernst & Young não batiam com as minhas e confirmei-as no jornal, mas é isto. Essa, enfim, correndo bem, veio menos.

Portanto, não era uma operação solta, era uma operação enquadrada numa deliberação do Conselho de Administração, que referia claramente a necessidade que considerávamos de desenvolver projetos em parceria com clientes.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas a decisão de criar uma SGPS para fazer projetos com clientes aparece antes ou depois do pedido para fazer o negócio de Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Aparece, na minha opinião,... Deixe-me ver as atas, Sr.^a Deputada ... É praticamente contemporâneo. O primeiro pedido de crédito foi de 25 de outubro, Ata n.º 42/2006, do

Conselho Alargado de Crédito. E a ata que delibera a criação da SGPS é de 13 de dezembro de 2006. Aliás, nessa deliberação diz-se que «a sociedade a constituir poderá ser já utilizada para parquear a participação que venha a ser subscrita na tal Resortpart», etc.. Ou seja, havia uma deliberação para o fazer, mas ainda não tinha sido subscrita.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, criou a Wolfpart para acomodar o negócio que tinha sido decidido para Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, Sr.^a Deputada, e peço desculpa de a contrariar, mas isso seria assim se mais nada tivesse acontecido dentro da Wolfpart. E, praticamente, logo a seguir — durante a pausa encontrei, logo a seguir, a data da operação sobre as torres do Colombo — houve uma operação que não foi tão pequena quanto isso e que também foi feita no âmbito da Wolfpart.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ter acomodado mais uma operação posterior na Wolfpart não quer dizer que a Wolfpart tenha sido constituída única e exclusivamente para o negócio de Vale do Lobo, até porque o contexto em que aparece o negócio das torres do Colombo é depois de um conflito com outro banco e porque a Caixa tem de acabar por remediar o negócio — se bem me lembro, mas também irei procurar as minhas notas sobre o assunto — e, como tal, isso não apaga os factos. E os factos são estes: o negócio com a Wolfpart foi decidido e, depois, milagrosamente, a Caixa decidiu que, afinal, tinha um novo desígnio estratégico, que era construir uma SGPS para fazer negócios no imobiliário, em parcerias com o setor privado. Também não fez mais nenhuma, a não ser a das torres do Colombo que, curiosamente, não tem suspeitos envolvidos em suspeitas de pagamentos laterais a administradores

da Caixa, nem tem envolvidos administradores obscuros que fizeram negócios, também eles obscuros, com o Estado português. Portanto, cada um no seu lugar.

A minha pergunta é a seguinte: era responsabilidade da Caixa fazer negócios de promoção imobiliária?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Deixo-lhe uma pequena nota, só para alterar, lateralmente, o que disse. A finalidade da SGPS é a de desenvolver projetos em parceria com clientes da Caixa — está escrito! —, não necessariamente projetos de promoção imobiliária. Não necessariamente!

Se me diz que aconteceu que entrou na Wolfpart o crédito e o negócio de Vale do Lobo, respondo que entrou, como é evidente. É público, é notório. Se Vale do Lobo é um momento alto da vida e da história da Caixa?! Sr.^a Deputada, é escusado sublinhá-lo, a menos que queira que eu também o sublinhe ao seu lado. É, obviamente, um momento da história da Caixa que não é bom.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não lhe estou a perguntar se é um momento bom, estou a perguntar-lhe se a Wolfpart foi criada para o projeto Vale do Lobo!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — E eu estou a responder-lhe que não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Fica respondido.

Então, se Vale do Lobo aparece, na sequência da decisão estratégica da Wolfpart, como uma parceria entre a Caixa e investidores privados, porque é que o negócio de Vale do Lobo começa por ser apresentado como

um SPV (*special purpose vehicle*), um veículo a ser financiado pela Caixa, e não como uma parceria? Estranhamente, evolui para uma parceria!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, deixe-me dizer-lhe que, entre veículo e parceria, deve ser exatamente a mesma coisa. Não?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tanto não é que não foi! Tanto não é a mesma coisa que não foi a mesma coisa. Começou por ser um veículo financiado pela Caixa,...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... no qual a Caixa não tinha capital. Portanto, se sempre foi um negócio a desenvolver em parceria, porque é que não se criou, à partida, uma SGPS, ou uma empresa...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Desculpe, porque percebi-a mal. É evidente que é aquilo que a Sr.^a Deputada disse não é aquilo eu disse. Vale do Lobo começou por ser, efetivamente, um crédito como outro qualquer. Num determinado momento, aparece a ideia de se fazerem parcerias com clientes e diz-se «Vale do Lobo pode ser um desses casos». É como a Sr.^a Deputada dizia, não como eu disse.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E quantos mais casos de parcerias com clientes é que existiram, sem ser Vale do Lobo e, entretanto, as torres do Colombo, com um contexto muito específico?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, que eu conheça, mais nenhum.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Um bocadinho fraquinho para um desígnio estratégico de parcerias com clientes.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Olhe que, graças a Deus, se me permite! Só por uma razão. A deliberação de criação da Wolfpart é de 13 de dezembro e a deliberação sobre o Colombo deve ser do ano 2007, de meados do ano 2007, não sei... Se tem havido muito mais parcerias, provavelmente teríamos tido custos acrescidos, que não tivemos.

Deixe-me dar-lhe conta, por exemplo de um banco, outro que não aquele que citei há bocado, que decidiu abrir um banco novo num país europeu. Estudou, teve os melhores consultores, teve tudo feito e arrancou em outubro ou novembro de 2007. O resultado não foi o ideal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez falou com Armando Vara sobre este negócio de Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Particularmente sobre o negócio de Vale do Lobo, enquanto estive na Caixa, não me lembro de ter falado com ele.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, quando aprovou este negócio, aprovou um empréstimo sindicado?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Terá de se ver... Aprovei aquilo que ficou na ata, nesse momento. Se está na ata que o empréstimo

deveria ser sindicado, foi isso que foi aprovado; se não está, é porque não foi aprovado que o empréstimo deveria ser sindicado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Diz que se deveria abrir a possibilidade de ser sindicado, só que nunca foi e nunca houve essa possibilidade. Lembra-se de ter havido a possibilidade de syndicar esta operação?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não me lembro. Rigorosamente, não me lembro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse-nos, na última Comissão, que não se lembrava dos acionistas do BCP que foram financiados pela Caixa. Queria perguntar-lhe se já se lembra desses acionistas.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Deixe-me dizer-lhe que houve um ponto que me custou muito na última Comissão e que continua a haver nesta — e sabe isso! —, porque é quebra de sigilo bancário citar mesmo o nome dos clientes... Nem é falar de operações, é citar o nome. Portanto, enfim, se quiser saber da minha memória nessa matéria, tenho uma ideia dos clientes que possam ter sido financiados pela Caixa e que eram, ao mesmo tempo, acionistas do BCP... Como tinha da última vez, não é!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Notará que é quebra de compromisso com a verdade dizer que não se lembra, quando se lembra, dos factos.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não. Sr.^a Deputada, não é verdade, e desculpe-me dizer-lhe isto. Aquilo que é importante é o

seguinte: tenho toda a liberdade, toda a franqueza, toda a vontade de responder às perguntas, mas gostava de não infringir uma norma a que estou obrigado.

Voz impercetível.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Doutor, tomara eu, mas, se for caso disso...

Desculpe, Sr.^a Deputada, a versão de dizer «não me lembro» ou de dizer «posso ter feito um esforço, lembrava-me de alguns»... Aliás, não estive na última Comissão de Inquérito, mas eu trouxe uma pasta de notas para essa e hoje tenho duas pastas de notas, o que significa que trabalhei mais, procurei mais, investiguei mais e, mesmo assim, tenho medo de não ser suficiente. Agora, isso é diferente de fugir à verdade.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Também sabe que nós temos mais informação e isso dificulta algum tipo de respostas.

Diga-me lá quem eram, então, os acionistas que foram financiados pela Caixa.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, se o Sr. Presidente quiser, a Sr.^a Deputada insiste e a gente deixa isso para a última ronda de perguntas, em que terei todo o gosto em responder-lhe.

O Sr. **Presidente**: — Assim faremos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho nenhum problema com essa resposta.

Ainda assim, gostaria de falar de dois empréstimos em particular, que há muito tempo saíram de qualquer tipo de sigilo, que são os da Metalgest e de Berardo. Já foram amplamente falados e escrutinados nesta Comissão e quero assegurar-lhe de que não corre nenhum risco de violação de nenhum tipo de segredo.

No caso da Metalgest é um empréstimo de 50 milhões de euros, com um rácio de cobertura de 100%, em que o próprio Risco, que o Dr. Santos Ferreira tutelava, diz que não existe conforto adequado à concessão de financiamento. Quero saber porque é que aprovou um crédito sem o «conforto» do Risco?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, relativamente à entidade que está a citar, aquilo que gostaria de lhe dizer é o seguinte: a Direção de Gestão de Risco, em relação a esse cliente, dizia que, segundo a Direção de Grandes Empresas, não existe, atualmente, nenhuma exposição direta a esse cliente, mas, depois, acrescentava que, contudo, a ligação desse cliente que acaba de citar a uma outra personalidade, a qual «tem vindo a obter resultados aceitáveis nos seus investimentos bolsistas», e estou a citar o parecer da Direção de Gestão de Risco, «a aparente valia financeira da Metalgest, a aportar pelas contas de 2005, onde o capital próprio ascende a 217 milhões de euros, há a possibilidade de ser concedido crédito», com uma série de condições que eram enumeradas.

Portanto, aí, se me permite, o parecer da Direção de Gestão de Risco é razoavelmente claro. Conclui que é possível conceder o crédito.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Em determinadas condições!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Vamos ver quais são. Já vamos ver.

O Sr. **Presidente**: — Peço alguma contenção nas interferências, porque quem está a fazer a intervenção neste momento é a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua e, portanto, convém que o Dr. Santos Ferreira responda apenas às questões da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ainda estou em falta com a minha resposta, Sr.^a Deputada.

Continuava a Direção de Gestão de Risco: «Deveria haver aval de uma outra entidade, um rácio de 1 para 120, e um compromisso de que as posições a adquirir não representassem lançamento de OPA (oferta pública de aquisição) e possibilidade de penhor imediato das ações, tal como proposto pela Direção de Grandes Empresas, e obtenção prévia à contratação da informação e do interesse económico e financeiro da empresa».

Estas eram as condições da Direção de Gestão de Risco e deixe-me dizer-lhe que, em boa parte, foram satisfeitas. Não foi satisfeito o rácio de 120, não houve aval, mas, em contrapartida, houve uma exigência de autonomia financeira de 20% para a empresa; houve, ainda, não a aprovação prévia, mas cada vez que se quisessem comprar títulos, onde só se dizia «títulos de bolsas europeias», passou a discriminar-se quais eram os títulos suscetíveis de ser comprados; e, mais do que isso, o contrato tem algumas cláusulas que, se me permite que lhe leia, diziam: «assegurar que as responsabilidades atuais e contingentes assumidas no presente contrato constituem obrigações diretas e incondicionais, concorrendo, pelo menos, em pé de igualdade com todas as outras responsabilidades presentes ou futuras, atuais ou contingentes».

Normalmente, as pessoas esquecem-se — enfim, a Sr.^a Deputada não, claro! — de que, quando há um pedido de crédito, por esse pedido responde o bem adquirido, digamos, mas também todos os bens da sociedade, nos termos gerais das obrigações.

Efetivamente, também houve uma outra condição, no fundo, quase uma cláusula de *ownership*, que era a de que «a venda, permuta, arrendamento, cedência de exploração ou qualquer forma de alienação ou oneração, incluindo a realização de qualquer contrato-promessa sem o prévio acordo escrito da CGD, dos bens dados, ou que venham a ser dados, em garantia» dá direito à resolução imediata do contrato.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que eu saiba, as condições da DGR não eram opcionais, mas sim cumulativas. Portanto, não cabe à Direção de Grandes Empresas dizer «escolha esta, mas não escolha esta» ou «pode ser esta, mas não pode ser aquela». O rácio de 120% existia, tal como existia um alerta da Direção de Gestão de Risco sobre as condições das contas da Metalgest, que hoje são umas e amanhã são outras e que, inclusive, tinha resultados financeiros negativos, ou seja, tinha custos financeiros superiores aos proveitos financeiros.

Portanto, o que aprovou foi um crédito a uma empresa que não tinha como pagar juros a não ser com os dividendos do próprio empréstimo, não havendo garantias de que tivesse como reembolsar o empréstimo, a não ser que as ações valorizassem e daí ser tão importante ter um rácio superior a 100%. A minha pergunta é porque é que aceitou não cumprir a exigência do rácio de 120%, que era, aliás, prática comum na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Há uma série de coisas que a Sr.^a Deputada disse mas que não são bem assim.

Em primeiro lugar, as condições da Direção de Gestão de Risco não eram um bloco para pegar ou largar. Nunca foram! A Direção de Gestão de Risco elencava uma série de condições e, dessas, algumas eram acomodadas — era esta a expressão — e outras não eram acomodadas. Sempre assim foi, em todos os créditos. Não há um bloco relativamente ao qual se diga: «É este bloco ou não é nada!» Isso teria transformado as coisas numa situação muito mais simples, mas não era assim. Este é o primeiro ponto.

Segundo ponto: a Metalgest, que a Sr.^a Deputada citou, tinha, à época, dizia-lhe eu, uma situação líquida de 216 milhões. Era uma *holding*, era uma SGPS, consolidava integralmente algumas empresas e parcialmente outras empresas e tinha ativos disponíveis para venda. Consolidava integralmente empresas de moagem de Castelo Branco, de Santarém, penso eu, não sei... E consolidava 85,6% da Bacalhôa, consolidava parcialmente a Empresa Madeirense de Tabacos, consolidava o Savoy, que tinha cinco hotéis, consolidava a Quinta do Carmo em 44,28% e tinha disponíveis para venda uma série de empresas por cá. Ou seja, a Metalgest não estava meramente dependente dos juros ou dos dividendos dos seus ativos financeiros para pagar os juros do crédito ou para o amortizar.

Relativamente aos 120%, deixe-me que lhe diga que já antes de eu ter chegado à Caixa havia créditos com uma taxa de cobertura inferior a 120%. E comigo houve créditos com taxa de cobertura inferior a 120%, com taxa de cobertura de 120% e com taxa de cobertura superior a 120%.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quantos outros créditos fez com taxa de cobertura de 100%?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Que conste do relatório — não sei, porque só conheço o que consta do relatório, foi isso que estudei e foi a isso que tive acesso —, há mais um crédito aprovado a um outro cliente, numa reunião... Não! Mais nenhum, desculpe. Mais nenhum.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que o Risco diz relativamente à sua resposta é isto: «Bastará à empresa proceder à alienação de investimentos financeiros que detém em carteira para a sua valia diminuir abruptamente.» Tanto não havia garantias sobre a manutenção do valor da Metalgest que ela não cumpriu e não pagou o empréstimo, porque dependia das ações do BCP. Portanto, toda a realidade desmente a lógica que apresentou.

Ainda assim, queria perguntar-lhe qual era a rentabilidade desta operação, porque não acredito que a Caixa faça uma operação de crédito sem analisar a rentabilidade.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, permita-me que lhe diga que a realidade não desmente o que eu disse. Se me atrevesse, diria que a realidade não coincide com aquilo que a Sr.^a Deputada disse. E não coincide porque, quando, em 2008, foi necessário obter mais crédito para um aumento de capital do banco que referiu, foi vendido um ativo, foi diminuído o valor da dívida à Caixa Geral de Depósitos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a rentabilidade da operação?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Só consegui encontrar a rentabilidade da operação relativa a outra fundação. Enfim, como deve saber, umas vezes está escrito, outras vezes não está escrito, outras vezes não se consegue saber tudo o que está escrito.

Relativamente a outra operação, a Direção de Grandes Empresas calculava essa rentabilidade em 10,2%, creio eu, e a Direção de Gestão de Risco em 7,5%. Isto não diz respeito a esta operação, diz respeito a uma operação que não está conexas com ela, mas que tem intervenientes parecidos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A conexão é que ambas serviram para comprar ações do BCP...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Deixe-me que lhe diga que não!

Na primeira, as operações destinavam-se a refinar o cliente perante outro banco e nunca houve nem há, no contrato, nenhuma referência à compra de ações do BCP. Há, no contrato, primeiro, uma referência à compra de títulos cotados em bolsas internacionais e, depois, uma lista de títulos. E, nessa lista de títulos, está o BCP, como é evidente, está a Cimpor (Cimentos de Portugal), está a PT (Portugal Telecom), está a Sonae, está a PT Multimédia e por aí fora.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É! E que títulos é que foram refinanciados? Diga-me lá!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não faço a menor ideia!...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu acho que sabe que títulos é que foram refinanciados!...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Garanto-lhe que não faço a menor ideia!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que títulos é que foram dados como penhor?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Aqui?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No empréstimo de 350 milhões à Fundação Berardo, a que se está a referir.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, não há nenhum empréstimo de 50 milhões à Fundação Berardo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — São 350 milhões!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Como sabe, só para sermos precisos, não é, efetivamente, um crédito, é um crédito sob a forma de conta-corrente, que foi utilizada até parte desse montante.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Era um crédito para refinanciamento do empréstimo ao BCP, que poderia ter uma componente de compra de ações. Foi utilizado, num primeiro momento, o refinanciamento e foram dadas ações como penhor. Aliás, esse financiamento serviu para comprar ações.

A pergunta que lhe estou a fazer é: que ações são essas?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Que eu saiba, são ações do BCP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É só para esclarecermos...

No caso da Metalgest, também são ações do BCP. Aliás, a Direção de Risco exigia saber que ações iam ser compradas. É mais uma das condições que não foram cumpridas, mas que o Dr. Santos Ferreira acha que não era importante. Então, deu-se a oportunidade de ser um cabaz fictício, que a Metalgest não cumpria, mas assim pode vir à Comissão de Inquérito dar esta resposta, que é bastante mais confortável.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, Sr.^a Deputada. Não é algo que a Direção de Gestão de Risco controlasse, com certeza, só por uma razão: porque as ações ficavam depositadas na Caixa Geral de Depósitos. Aquilo que era usual era que as ações fossem compradas pela corretora da Caixa e ficassem depositadas na Caixa.

Não estamos a falar de contratos para compra de ações, estamos a falar de contratos para compra de participações financeiras públicas, porque eram qualificadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, não vou entrar noutra tema.

Ainda assim, queria esclarecer uma questão: se os contratos estavam dados, existiam e a Caixa tinha conhecimento deles, era mais uma razão para sabermos que os 50 milhões da Metalgest serviram para comprar ações do BCP.

Segunda questão: no empréstimo a Berardo, de 350 milhões a cinco anos, em que, mais uma vez, o Risco diz que não existe conforto, em que, mais uma vez, o Risco diz que é preciso um rácio de 120%, em que, mais uma vez, o Risco diz que não pode ser investido tudo nas mesmas ações, porque a Caixa fica demasiado exposta ao mesmo grupo financeiro,

nenhum destes avisos do Risco é ouvido. A Direção de Grandes Empresas diz que não defendeu esta operação, o Risco não defendeu esta operação e, por isso, queria saber porque é que o Dr. Santos Ferreira defendeu esta operação.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, deixe-me que lhe diga, com todo o respeito — continuo a dizer: com todo o respeito —, que a primeira operação foi aprovada numa reunião do Conselho Alargado de Crédito, das poucas a que não presidi. Mas, se tivesse presidido, se calhar, o resultado tinha sido o mesmo. Portanto, não estamos a fugir a nenhuma responsabilidade.

Deixe-me que lhe diga que o Risco pode ter dito isso, mas, verdadeiramente, o que estava escrito nas condições da Direção de Gestão de Risco era: aval,...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E houve?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, não! Só 1 minuto.
Era aval, 120%...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas houve aval?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, não!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Houve 120%?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não! Mas deixe-me continuar!... Ó Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vai tirar o coelho da cartola das garantias!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Da garagem, digo!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — A Sr.^a Deputada sabe mais da garagem do que eu, de certeza, porque, da garagem, eu não sei!

Aquilo que, efetivamente, aconteceu foi o seguinte, e repito: aval, 120%, prévia aprovação dos títulos a adquirir — condição que foi substituída por uma lista de títulos...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Podiam ser da PT!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não interessa! O que o Risco pedia era: «Quero aprovar previamente os títulos a adquirir.» E aquilo que ficou foi uma lista de títulos a adquirir — acho que é melhor!...

Ficou também a obtenção de informação económica e financeira previamente à formalização da operação e ficaram ainda coisas que o Risco exigiu e que foram lá postas, ou seja: dividendos integralmente aplicados à redução da dívida, existência de uma opção de denúncia anual do contrato, mas escrita de maneira a que efetivamente fosse obrigatória a reposição em caso de perda de valor, etc. É nesta operação, Sr.^a Deputada, que a Direção de Grandes Empresas calcula 10,7% de rentabilidade e a Direção de Gestão de Risco calcula 7,55%.

Deixe-me só dizer outra coisa. Ouvei o Dr. Cabral dos Santos — e convivi com ele, enquanto estive na Caixa — dizer que a Direção de Grandes Empresas não a tinha proposto, o que me levou a ir ver os papéis,

e, efetivamente, não consigo reconhecer a assinatura do Dr. Cabral dos Santos. Se ele diz que não propôs é porque não propôs, mas que os papéis da área comercial são todos da área da Direção de Grandes Empresas, são — e a Sr.^a Deputada tem-nos, com certeza —, quer no que diz respeito a uma das operações, quer no que diz respeito a outra das operações.

Aliás, a primeira das operações diz qualquer coisa como isto: «Considerando a idoneidade do acionista, que tem elevado património,...» — e isto são os comerciais — «... a perspectiva de início de relacionamento comercial com a empresa X, apoiando a sua política de investimento em participações financeiras, e a garantia associada, propõe-se que seja transmitido que a Caixa poderá fazer a operação nestas condições.»

Relativamente ao outro crédito, aquilo que se diz é isto: «Foram comunicadas pela Direção de Grandes Empresas as condições em que a Caixa realizaria a operação, tendo-se iniciado contactos com vista à sua concretização. Neste sentido (...)», e por aí fora.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Dr. Santos Ferreira, a quem ia pedir que confirmasse uma série de factos, podendo até começar por estas operações de crédito relacionadas com Joe Berardo, que, aliás, são conexas.

Aquilo que nos foi dito pelo Diretor de Grandes Empresas, tanto quanto percebi — naturalmente, faz fé o que ele disse —, foi que ele elaborou a proposta, apresentou a proposta, mas não a defendeu nem com ela concordava, fê-lo por ordem do Administrador Maldonado Gonelha. Foi isso que percebi.

Sei que não estive no Conselho Alargado de Crédito que aprovou esta operação da Fundação Joe Berardo, em março de 2007, mas pedia-lhe que confirmasse que estive no Conselho Alargado de Crédito de 3 de abril e no de 19 de abril de 2007, que foram introduzindo alterações à proposta.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Estive, sim, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Diga-me uma coisa: nestes Conselhos Alargados de Crédito, quem é que apresentou esta proposta?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, nos Conselhos de Crédito estavam os administradores, como sabe, estavam obrigatoriamente — enfim, não vou fazer outra vez essa conversa — o Diretor de Gestão de Risco e o Diretor de Assuntos Jurídicos e estavam os responsáveis pelas direções comerciais.

Se não foi o Dr. Cabral dos Santos... Aliás, e os administradores não apresentavam propostas, os administradores assistiam à apresentação da proposta pelo diretor comercial, às observações do risco, tentavam orientar, moderar, digamos, as discussões, e era assim que as coisas se passavam.

Se não estive o Dr. Cabral dos Santos — e se ele disse que não estive, não tenho nenhuma razão para duvidar da palavra dele...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ele não disse que não estive, ele disse que apresentou a proposta, não que defendeu a proposta, são coisas diferentes. Isto é o que ele disse, naturalmente, mas foi isso que percebi do que ele disse.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ó Sr.^a Deputada, enfim, não tenho a subtilidade do Dr. Cabral dos Santos para distinguir entre apresentar e

defender a proposta, mas sob o ponto de vista de quem está presente numa reunião... Aliás, a mesa tinha o mesmo feitio desta onde estamos sentados. Os comerciais e o Risco sentavam-se onde se encontram os Srs. Deputados do Partido Socialista e os assuntos jurídicos sentavam-se no sítio onde se encontram os Srs. Deputados do PSD. Enfim, era esta a forma, sendo que o secretário-geral estava no lugar equivalente ao da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E os administradores?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sentavam-se no lugar equivalente ao do Sr. Presidente desta Comissão.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E no lugar equivalente àquele onde está o Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sim. Estavam e continuam...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O Sr. Doutor é o único que continua no mesmo lugar?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sim, mas, ó Sr.^a Deputada, é um mau lugar, como já se percebeu.

Mas deixe-me continuar. Não sei quem é que defendeu a proposta, mas que ela foi presente como uma proposta, em papel e com timbre da Direção de Grandes Empresas, foi. Isso foi.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tem recordação da discussão de que foi alvo essa proposta ou da segunda e terceira fases desta proposta?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, não tenho, porque não consigo ter.

Como lhe disse, procurei muito recolher mais informação do que tinha na primeira Comissão. Como viu, transcrevi à mão, porque os Srs. Deputados conseguem ter os papéis, nós transcrevemos os documentos que consultamos, e, enfim, também não faz mal nenhum.

Mas não consigo rememorar uma troca de impressões havida num caso, ou dois, ou três, ou nenhum, aliás.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, não constando ela da ata, também é impossível para nós reconstituí-la.

Queria confirmar o seguinte: afirmou, há bocado — não sei se ouvi bem —, que não foi possível obter a garantia do aval, como não foi possível obter uma outra garantia, mas que, em alternativa, se tinha obtido uma coisa melhor, que era uma lista de títulos possível?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Exprimi-me mal, com certeza. Acho que, efetivamente, a alternativa ao aval era a exigência de autonomia financeira.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foi cumprida, ou não?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Foi cumprida, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Esta ideia de, como garantia, haver uma lista de títulos possível e não uma lista sujeita a aprovação prévia, também do seu ponto de vista, é uma garantia mais forte?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, mas simplifica, efetivamente, o decorrer da operação, porque, entre pedir autorização, caso a caso, face aos títulos que se querem comprar, ou ter previamente definidos quais são os títulos que se podem comprar, acho a segunda hipótese muito mais fácil do que a primeira, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, por coincidência, eram todos títulos do BCP? Assim como noutros créditos de montante elevado?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, não sei se era coincidência ou não. Já vimos, há bocado, que, nestes dois casos, os títulos que foram dados de garantia eram títulos do BCP.

Deixe-me dizer-lhe que não foi o que aconteceu noutras participações financeiras, em que havia participações financeiras em empresas cotadas, de valor muito superior às participações financeiras no BCP.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Porventura não com estas perdas?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ó Sr.^a Deputada, deixe-me dizer-lhe o seguinte: o financiamento para aquisição de participações financeiras — e falemos do BCP — não foi feito apenas pela Caixa, como a Sr.^a Deputada, melhor do que eu, sabe.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi feita pelo BCP!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Diga?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Creio que o comentário terá tido que ver com o facto de o próprio BCP também ter financiado a sua própria aquisição, por coincidência, a um grupo de pessoas que foi coincidente em várias instituições de crédito.

Mas o Sr. Doutor é que está a dizer que isto foi tudo uma coincidência.

Estou a perguntar se alguém, na Caixa, não terá, em nenhum momento, pensado que talvez isto não fosse tudo uma enorme coincidência e houvesse aqui algum desígnio.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, tenho consciência da ideia do desígnio, mas deixe-me dizer-lhe que o financiamento, neste caso, a duas entidades, para aquisição de participações financeiras no BCP, que eu saiba, foi feita por quatro bancos. Foi feita pelo BCP, foi feita pela Caixa, foi feita pelo BES e foi feita pelo Santander.

Que eu saiba, estes foram os quatro bancos que financiaram a aquisição de participações financeiras no BCP.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas diga-me uma coisa: quantos financiamentos, no montante máximo de 350 milhões de euros, é que a Caixa Geral de Depósitos fez no seu mandato?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, tive algum cuidado em ver isso. O que fez depende da forma das operações, depende, efetivamente, de estarmos a falar ou não de *project finance*...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não. Aquisição de títulos.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ah, não, aquisição de títulos... Aliás, deixe-me dizer-lhe que aquisição de títulos... Por uma operação ou somando operações?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pode fazer como entender.

Se quiser somar partes relacionadas, também temos de aumentar este limite dos 350 milhões.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, não. Não são partes relacionadas.

Diria que há estas duas operações, que a Sr.^a Deputada somará.

Há, que me recorde, do meu tempo, três operações a um outro grupo e poucas mais operações para financiamento de participações financeiras.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Três operações deste montante?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, três operações que, somadas, são superiores a este montante.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E para a aquisição de participações do BCP?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — De outro grupo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — De outra empresa cotada que não o BCP.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pode dizer-nos qual é a empresa cotada?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Posso, com certeza. Julgo que deve estar nas contas. É a Cimpor.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Diga-me uma coisa: atendendo a que, no fundo, me está a falar de duas operações ao longo de todo o seu mandato, nunca se questionou sobre que títulos eram estes que estavam a ser adquiridos e até que ponto é que tê-los como garantia poria ou não a Caixa em risco, no caso de haver uma desvalorização dos títulos?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, peço desculpa, falei em mais do que duas operações.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Três!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, disse três a um grupo, duas a outro grupo e, portanto, falei em mais do que isso.

Ó Sr.^a Deputada, aqui o... Vamos lá ver, quando se faz um crédito e se recebem ativos, aquilo que o banco espera é que os ativos mantenham o seu valor, ou que esse valor melhore. E aquilo que nenhum, penso eu, dos quatro bancos que tinham financiado — estamos a falar do BCP — o BCP, entendeu, ou percebeu a tempo, foi que o BCP ia ter uma desvalorização de mais de 90%.

Mas volto a dizer-lhe: aquilo que defende um crédito são, com certeza, as garantias. Contudo, não são apenas as participações financeiras, são também as outras garantias que existem na esfera, digamos, do devedor.

Os outros bens, os outros ativos,...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Exato. E que, no caso, eram quais?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Diga?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E, neste caso em concreto, eram quais?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ó Sr.^a Deputada, aquelas que lhe citei há pouco, quando citava, efetivamente, o património da Metalgest, as empresas que ela...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O património da Fundação de Joe Berardo, que era a mutuária.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Está a falar desse crédito? Então, 54% do património da Metalgest, porque era, efetivamente, a Fundação que detinha 54% da Metalgest, 54% daquelas empresas todas que lhe citei há pouco.

Esqueci-me de lhe citar uma *sexy*, que é a Sogrape, que estava integrada no universo da Metalgest... Aqueles 33% da Sogrape que estavam integrados na Metalgest.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Limito-me a registar que, com todas essas garantias, a verdade é que o negócio correu bastante mal e a Caixa Geral de Depósitos ficou com as perdas. Ou estarei enganada?

Isso não me parece, de todo, *sexy*.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ó Sr.^a Deputada, a senhora é experiente e sabe perfeitamente que é característica de todas as atividades económicas, e da banca em particular, o risco.

Há operações que correm bem e há operações que correm mal.

Eu custar-me-ia, aqui, em público... Mas, enfim, dou-lhe listas de operações que correram bem e de créditos que correram bem, porque, se não fosse assim, efetivamente, não existia, já não existia Caixa Geral de Depósitos. Se todas tivessem sido iguais a estas operações que se estão aqui a ver, então não existia. E deixe-me dizer-lhe que tudo isto acontece não quando o crédito é, efetivamente, concedido. É a partir do momento...

Na verdade... Nesta a Sr.^a Deputada... Enfim, sei que faz isso para me obrigar a responder, para mais clareza, etc., etc., etc. Mas as pessoas, e disso a Sr.^a Deputada não se pode esquecer, porque sofreu isso na pele... Houve uma crise! A Sr.^a Deputada sofreu isso! Teve de gerir no meio disso.

Eu, que estava de fora e que já não tinha nenhuma função, olhava, às vezes, para as pessoas que tinham responsabilidades e confesso-lhe que não me alegrava nada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A mim também não me alegrou nada. Mas agora estamos na fase pré-crise, estamos na fase da causa.

Eu tive responsabilidades na fase dos efeitos.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não tivesse a Sr.^a Deputada tido, neste caso concreto, uma queda de 90% ... E deixe-me dizer-lhe que o valor de um banco cair 90% não é usual! Não tivesse isso acontecido, não estávamos neste nosso diálogo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não estávamos. Mas estamos aqui para perceber até que ponto é que as perdas são consequência da crise ou vão para além do que era expectável, mesmo num cenário de crise. E por isso é que nos estamos a centrar em determinadas operações e não na sua globalidade.

A minha questão é: nesta porque é que todas as garantias falharam?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, se vir o índice PSI-20 nos três anos anteriores à crise, verá que sobe ano a ano.

É evidente que a Sr.^a Deputada sabe, como eu sei — é aquilo que todos nós dizemos —, que rentabilidades anteriores não justificam rentabilidades futuras. Todos sabemos isso, mas havia um historial de PSI-20 a crescer. E há uma coisa: havia garantias para além das participações financeiras neste caso em que estamos a falar.

Havia participações, havia garantias no valor de dezenas de milhões, centenas até — 217 milhões era o valor do ativo de uma das empresas —, havia garantias para além das participações financeiras.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas todas falharam?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ó Sr.^a Deputada, vai ter oportunidade, com certeza, de fazer essa pergunta e ter uma resposta muito assertiva.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mais do que a resposta, preferia ter tido as garantias e a sua efetivação.

Vamos passar a outra operação de crédito: Vale do Lobo.

Quero confirmar — para perceber se entendi bem aquilo que nos disse — o seguinte: tanto quanto sabemos, e já foi confirmado nesta Comissão, este processo de crédito iniciou-se no dia 28 de junho de 2006, através de um *e-mail*; foi aprovado, numa primeira versão, no Conselho Alargado de Crédito de 27 de julho de 2006; e depois, posteriormente, na sua versão final, em 25 de outubro de 2006. O que lhe pergunto é se me consegue dizer, novamente, qual é a data da deliberação do Conselho de Administração que dá origem à Wolfpart.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Digo com certeza, Sr.^a Deputada. Trata-se da ata n.º 51/2006, de 13 de dezembro de 2006.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então a Wolfpart é constituída na sequência do processo de crédito de Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — A Wolfpart é constituída após a concessão do crédito a Vale do Lobo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E chama-se «*wolfI*», que, por acaso, é lobo em inglês, por coincidência?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, não tenho esses seus dotes, quer dizer...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isto não é um dote. Falar inglês não é propriamente um dote! «Lobo», em inglês, é «*wolf*», portanto

Wolfpart quer dizer «parte do lobo», traduzindo textualmente. O que pergunto é se chamar «lobo» é uma coincidência ou se a constituição desta sociedade tem alguma relação com a operação de crédito de Vale do Lobo.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, não consigo... Entendo a beleza do seu raciocínio. Garanto-lhe que a coisa que menos me importava nessa altura era saber como se chamava a sociedade. Deixe-me dizer...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois não. Presumo que se importasse com o que ela poderia ganhar, mas, como ela, na realidade, foi um sumidouro de dinheiro para a Caixa, o que pergunto é se esta relação existe ou se é uma mera coincidência.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, se quer uma opinião pessoal, para coincidência, posta, assim, agora aqui, parece-me excessivo. Parece-me excessivo. Para coincidência, acho demais.

Agora, deixe-me dizer-lhe que, efetivamente, aquilo que aconteceu em Vale do Lobo — já não posso voltar a repetir — é uma má operação com maus resultados. Não posso dizer mais do que isto que lhe estou a dizer.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Percebo isso, mas, ainda assim, quero entender qual foi o raciocínio utilizado na altura. Já escalpelizámos noutras audições o processo de concessão de crédito. O que quero perceber é o processo que leva a Caixa a constituir-se, no fundo, em capitais próprios, levando a que a operação, na sua totalidade, tenha um montante que é 2%, 3%, de capitais próprios, na realidade.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, se estamos a falar, digamos, da lógica da criação da Wolfpart, se é essa a questão, é aquilo que, há bocado, tive a oportunidade de dizer. Num determinado momento, a Caixa achou que devia, ou podia, ter uma SGPS, praticando, através dela, atos de colaboração ou de cooperação com alguns dos seus clientes em determinados negócios, fundamentalmente turismo e áreas comerciais.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Presumo que Vale do Lobo fosse turismo. De facto, é um *resort* turístico. Era um cliente desde há três ou quatro meses. É isso?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, não sei responder a essa sua pergunta. Admito que seja.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos falar sobre outro processo de crédito. Há bocadinho respondeu e, depois, acabou por não terminar a resposta. Disse que não podia falar da Artlant, mas que podia falar da La Seda. Gostava de lhe pedir, então, que falasse da La Seda. Consegue localizar no tempo esta operação? O que nos pode dizer sobre a La Seda?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, o que lhe posso dizer da La Seda... Quer que a poupe — quer, com certeza — a uma descrição do que era a La Seda, digamos, em 2006? É irrelevante.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Se não for uma descrição muito extensa, não vejo por que não.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, a La Seda era uma empresa catalã, como sabe, cotada na Bolsa de Madrid, que tinha um valor de capitalização na ordem dos 300 milhões. Era uma empresa antiga, foi criada em 1925, e, a partir de uma certa época, 1955, concentrou-se na produção do PET (polietileno tereftalato). Em fevereiro de 2006, a La Seda adquiriu unidades industriais de um grupo turco e isso deu-lhe, efetivamente, uma posição de relevo na concorrência com alguns dos seus principais adversários — «adversários», salvo seja —, concorrentes nesta matéria da produção do PTA (*purified terephthalic acid*), que era a matéria-prima do PET.

A La Seda liderava o mercado europeu de PET, com uma quota da ordem de 27,7%. Para comprar as unidades turcas, a La Seda fez um investimento da ordem dos 300 milhões de euros e, com as perspectivas que, nessa época, se viam para esse mercado do PET, apontava-se para um crescimento do mercado na ordem dos 10% a 12%.

Estamos, portanto, a falar de uma empresa antiga, cotada na bolsa, líder de mercado europeu em matérias-primas e a fazer aquisições que a tornariam uma das líderes mundiais.

Em junho de 2006, a La Seda, para fazer parte face a alguns investimentos contratou com o Banco Santander, que tomou firme a montagem e a organização de um aumento de capital. Deixe-me dizer-lhe que o preço de cada ação nesse aumento de capital era de 1,5 € e, para haver uma referência deste valor de subscrição, a cotação das ações, na altura, oscilava entre 2,1 € e 2,5 €, e o preço de compra dos direitos na bolsa era de 1,7 €.

Em junho de 2006, a Caixa Geral de Depósitos foi contactada pelo grupo Imatosgil, que veio propor a participação de 5% no capital da La Seda. De acordo com os representantes desse grupo, Imatosgil, o projeto, digamos...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só para precisar: quem, exatamente, em nome deste grupo, o contactou a si?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, não. Participei... Um dos meus colegas — que deve ter sido contactado, penso que terá sido o Dr. Maldonado Gonelha, é normal que fosse, porque tinha, efetivamente, as grandes empresas — perguntou-me se estaria disponível para um almoço na Caixa, onde ele estaria presente, e não sei mais quem, e o grupo proponente, que era este senhor da Imatosgil e mais dois nomes de que me hei de lembrar, depois digo-lhe e a Sr.^a Deputada registará. Não me esquecerei. Mas sabe-os de certeza.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois sei, mas quero que os diga. Não quero induzir as testemunhas no sentido...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Então, faça-me um favor, porque não tomei nota, mas sei... Um deles chama-se Gaioso?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Talvez Gaioso Ribeiro. E o outro Freire de Sousa.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Exatamente. Esses mesmos. Fica como se fora eu a dizer.

Estes senhores apresentaram o projeto. O projeto foi mandado estudar para a Caixa Banco de Investimento. Devo ter feito, e fiz de certeza, uma diligência junto do Ministro das Finanças por causa do PIN que diziam que poderia haver. Estamos no verão de 2006.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O PIN não tem a ver com o aumento de capital, o PIN tem a ver com a construção de uma fábrica. Certo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Exatamente. O PIN tem a ver com... Peço desculpa, é uma ajuda que me está a dar e agradeço-lha.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É uma ajuda, mas é, também, uma pergunta.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, o PIN não tem a ver com o aumento de capital. O PIN tem a ver com a ideia que existia de que seria possível construir uma fábrica de PTA em Sines e que esse projeto poderia merecer, do Governo português, a atribuição desse tal PIN.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Este almoço tratou do aumento de capital, da fábrica ou de ambas as coisas?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Nada. Este almoço tratou de um aumento de capital, o que... Se alguém vier à Caixa dizer «olhe, a gente propõe que entrem para o capital desta empresa», é normal que se pergunte «e que tencionam os senhores fazer?». É normal que a resposta seja: «Aquilo que tencionamos fazer é continuar a — não sei se foi isso que foi dito, estou a discorrer — consolidar a nossa posição e vir a construir uma fábrica em Sines», e por aí fora. Foi isto, efetivamente, que aconteceu.

O assunto foi enviado para o conselho de investimentos da Caixa Banco de Investimento e há uma ata, que lhe diria que é a ata n.º 42, que diz o seguinte: recomendação à administração da Caixa Capital,

participação até 5% no capital da La Seda, através de compras na bolsa de direitos de valor ou por via de tomada firme, não interessa, e por aí fora.

Deixe-me já dizer-lhe que, neste aumento de capital, houve outras entidades que entraram no capital da La Seda, uma delas, pelo menos, uma entidade não menor, que era, exatamente, o grupo Oman Oil.

Há, igualmente, uma ata n.º 43 do conselho de investimentos da Caixa Capital, que diz o seguinte: «O conselho de investimentos tomou conhecimento das informações subsequentes à entrada de capital na empresa, deu acordo ao reforço da posição para 5%, bem como à celebração do acordo de entendimento com o grupo Imatosgil, tendo em vista a concretização do investimento PET/PTA em Portugal e o reforço da parceria estratégica com o referido grupo». Isto é setembro de 2006. Mais: foi tomado conhecimento que o conselho da Caixa indicou o Dr. António Maldonado Gonelha para acompanhar mais diretamente este *dossier* face às previsíveis repercussões na economia nacional dos investimentos que se prevê virem a ser concretizados. Pode, por exemplo, estar neste parágrafo que lhe acabei de ler a convicção do Prof. Vasco Orey sobre a expressão que ele usou de carácter ou de influência política. Digo isto porque o Dr. Vasco Orey participava nestas reuniões.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o Sr. Doutor não acabou de dizer que, ainda antes de setembro, no verão, falou com o Governo a propósito desta...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Falei com o Governo a propósito de um PIN, ou melhor, da possibilidade de ser atribuído o PIN.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos a esse PIN, porque acho que estamos a falar de duas coisas diferentes.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Muito bem.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Aquilo que nos está a dizer é que o aumento de capital e a participação no capital tinham diretamente a ver com a construção desta fábrica. Certo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Estou a dizer-lhe... Por outras palavras, a resposta é sim, para sermos diretos. Faria pouco sentido entrar no capital de uma empresa da Catalunha se não tivéssemos presente que essa empresa poderia vir a investir em Portugal.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, depois, a Caixa acabou por financiar não só o capital mas também a própria construção da fábrica, somando uma coisa à outra.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, vai outra vez... Por isso é que lhe disse que, sobre a Artlant — embora alguém tenha dito que, digamos, também sou capaz de responder —, sou capaz de responder pouco, porque estive na parte da entrada no capital, informei-me sobre o PIN, não estava na Caixa quando, efetivamente, arrancaram as obras da fábrica, se fizeram *bridge loans* ou *loans*.

Mas deixe-me dizer-lhe que, se calhar, se estivesse, com o que sei hoje... «Com o que sei hoje», não, ninguém. Mas, se estivesse com o que sabia naquela altura, provavelmente, o resultado seria parecido. Não estou aqui a fugir ou a atirar responsabilidades para mais ninguém.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos começar por esta parte do PIN. No requerimento e no processo de PIN, consegue-se ler: «Não foi

efetuado um estudo de mercado específico para sustentar este projeto — no caso, é o projeto de construção da fábrica —, aliás, inicialmente decidido numa base de racionalidade empresarial no âmbito de um grupo prestigiado e relevante no setor». La Seda, não é? «Não obstante, foram efetuadas algumas análises sobre as tendências de consumo de PTA e PET por personalidades com grande experiência acumulada no setor e com base em fontes de informação bastante credenciadas».

Aparentemente, com base nestas informações, este projeto acabou por merecer o selo PIN. O que quero entender — porque isso tem sido aqui dito, não me parece corresponder à realidade, mas quero confirmar consigo — é isto: o simples facto de um projeto ser declarado PIN implica obrigatoriamente que a Caixa Geral de Depósitos lhe dê acesso a crédito?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, não, porque, se fosse sim, então, a Caixa teria entrado... Não sei quantos PIN houve ao longo deste País, mas, então, a Caixa teria entrado, digamos, neles todos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Deve ter havido umas dezenas.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, enfim, é qualificada, também, para o saber, mas não. A resposta é não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas disse-nos que, neste verão, falou com o Governo sobre este assunto. Falou com quem? O que lhe foi dito?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, na última vez que aqui estive disse que não tinha a certeza se tinha falado com o Ministro

das Finanças, com o Ministro da Economia, ou com quem fosse. Fiz um grande esforço e cheguei à conclusão de que, efetivamente, com o Sr. Ministro da Economia acho que nunca falei enquanto fui presidente da Caixa. Portanto, resta-me dar-lhe uma resposta e dizer que falei com o Sr. Ministro das Finanças.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E o que disse o Sr. Ministro das Finanças?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, disse aquilo que os Srs. Ministros normalmente dizem, ou seja, dizem que é um projeto, que será com certeza avaliado, etc., etc., etc.

Sr.^a Deputada, terá já dito isso algumas vezes e, provavelmente, a Sr.^a Deputada Constança Urbano de Sousa também. Mas, digamos, nunca vi nenhum ministro a comprometer-se quando lhe é apresentado um problema na primeira reunião ou na primeira conversa. Não me lembro de ter tido duas.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Disse e na presunção de que a avaliação era, de facto, feita e de forma rigorosa. Presumo que este seja o objetivo desse tipo de frases.

A Caixa fez, então, essa avaliação?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Deixe-me dizer-lhe que o dito PIN foi — a Sr.^a Deputada sabe isso — efetivamente concedido praticamente um ano depois. Portanto, no verão de 2007, um ano depois da nossa primeira conversa.

A Caixa fez *n* estudos sobre a La Seda e sobre a Artlant. Tudo isto foi feito na sede devida, que era a Caixa Banco de Investimentos sob a direção, repito, do Dr. Jorge Tomé.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Consegue explicar qual foi a razão para a operação ter sido montada como foi para o financiamento ter sido dado da forma que foi?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Peço-lhe desculpa, mas já não assisti, digamos, a essa parte.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não assistiu? Como assim? É de 2007. Aconteceu em janeiro e já não assistiu?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não acredito que tenha... Não quero mentir e, sobretudo, não quero que a Sr.^a Deputada possa dizer, depois, que lhe menti. Vou voltar a ver, mas não tenho ideia de ter estado em alguma matéria respeitante ao crédito à construção da fábrica.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não estou a falar do crédito à construção da fábrica, estou a falar da participação em capital e do aumento de capital.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ah! Isso sim, claro.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Consegue explicar-me a operação com detalhe?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, num determinado momento o Grupo Imatosgil propôs, digamos, à Caixa a constituição de um agrupamento português. Esse agrupamento teria sempre a ideia de reforçar o poder de intervenção e de voto dos órgãos sociais da La Seda. Foi decidido fazer um SPV, onde entrava a Caixa, entrava o Grupo Imatosgil. Houve um aumento... A Caixa foi comprando ações, o que nos levou a cerca de 7% do capital e, num determinado momento, julgo que se percebeu que havia problemas no Grupo Imatosgil.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Problemas no Grupo Imatosgil, não no grupo La Seda?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, no Grupo Imatosgil, no qual creio que houve a ideia de que havia problemas no grupo, que havia conflitos de interesses entre o Grupo Imatosgil e a La Seda e que havia problemas com o presidente da própria La Seda. Aí, a decisão tomada foi a de pôr termo ao acordo de parceria com o Imatosgil, o que se veio a verificar em outubro de 2008. Enfim, estou a ler algumas das minhas notas.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Entretanto, a Caixa Geral de Depósitos já tinha investido.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Tínhamos feito aumentos de capital, tínhamos acompanhado aumentos de capital, digamos, na La Seda.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — De quanto?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, a Caixa começou por aumentar a posição no capital da La Seda, deixe-me ler, tendo

passado de 5% para 7,2%, o que correspondeu a um investimento em ações da La Seda de cerca de 48,9 milhões.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quando tiveram conhecimento ou quando teve a Caixa Geral de Depósitos conhecimento destes problemas entre o grupo Imatosgil e problemas no próprio Grupo La Seda e com o presidente da La Seda?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, como entende, estou a ler-lhe as minhas notas e, efetivamente, tenho a minha nota... Posso acrescentar ao que disse há pouco que a nossa convicção de problemas no Grupo Imatosgil e de conflitos de interesse eram derivados e relacionados com as aquisições que a La Seda tinha efetuado de empresas pertencentes ao Grupo Imatosgil em 2005 e no primeiro semestre de 2006. Foi na sequência de termos tomado conhecimento destes factos ou de estes se terem tornado claros para nós que foi decidido denunciar a parceria em outubro de 2008. Não acredito que tenha demorado muito tempo entre termos conhecimento dos factos e termos denunciado a parceria.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, não sei se demorou muito tempo ou não. Sei que esta ideia de que o aumento de capital foi no sentido da construção da fábrica, na realidade ambas foram financiadas, quer a construção da fábrica, quer o aumento de capital, quer uma política de aquisição de participações da própria La Seda.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, aquilo que conheço e sobre o qual falo perfeitamente à vontade é a aquisição dos primeiros 5%, é efetivamente o acordo com o Grupo Imatosgil para a criação de um SPV para reforçar o grupo português dentro da La Seda, é o

aumento de capital na La Seda, que, como lhe disse, nos fez passar de 5% para 7,2%. Disso falo-lhe perfeitamente à vontade.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Confirmo, mais uma vez, da sua memória, que o objetivo de toda esta estratégia era a construção da fábrica. Certo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, se não fosse, volto a dizer-lhe que faria, na minha opinião pessoal — pode ser que outras opiniões existam —, pouco sentido estramos a investir numa fábrica sediada na Catalunha.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, ou numa *holding* sediada em Espanha ou, sobretudo, a fazer investimento estrangeiro com capital português. Se todo o investimento estrangeiro for feito exclusivamente com capitais e crédito portugueses, suponho que haverá muitos estrangeiros com muito interesse em investir em Portugal. Não é assim?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, deixe-me dizer-lhe que, apesar de tudo, no capital da La Seda entre os 100% e os 7,2% que citei ainda vai um bocadinho.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, mas esse capital não foi investimento estrangeiro em Portugal, foi investimento português em Espanha. O investimento feito em Portugal foi o investimento na fábrica.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Os 7,2%, sim. O investimento na fábrica é outra coisa.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito rapidamente, faço uma última pergunta sobre uma operação de crédito diferente, de 2007, a uma empresa que, na altura, se chamava Opway, do Grupo Espírito Santo.

Trata-se de uma empresa financiada e, na altura, foi expresso que o financiamento se destinava a refinanciar a dívida — ou parte dela — que a empresa já tinha não só para adequar a maturidade dos financiamentos aos meios libertos do grupo, como para reduzir a dívida contraída dentro do Grupo Espírito Santo devido a imposição do Banco de Portugal. Gostava de saber se tem memória da concessão deste crédito e se tem memória de qual seria o problema do Banco de Portugal em 2007, pela exposição do Banco Espírito Santo ao Grupo Espírito Santo.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, como lhe disse, relativamente aos documentos que quisemos consultar, nós deslocávamo-nos à Caixa Geral de Depósitos e consultávamos os documentos. Não me pergunte se acho bem ou acho mal, pois eram as regras. E assim foi.

No que diz respeito à Opway, esta é uma das empresas do *top 25*... E eu não li só por uma razão: tive alguma dificuldade em perceber que estávamos a falar da velha OPCA (Obras Públicas e Cimento Armado). Tive alguma dificuldade em perceber, só a ler...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas é isso mesmo.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Estávamos a falar da velha OPCA. Nas poucas notas que tomei, vi que se tratava de um crédito com uma carta de conforto e uma *ownership clause*, que me dá alguma garantia. Naquela altura, se a *ownership clause* fosse, digamos, do Banco Espírito Santo ou do Grupo Espírito Santo, dava-me algum conforto, mas mais do que isso parece... Na ata diz «parece acomodar o parecer da DGR».

Ora, lendo que se tratava da antiga OPCA, que devia ter crédito dos Espírito Santo, e devia ter crédito a tal ponto que... Tal como a Sr.^a Deputada fez o favor de ler, o Banco de Portugal podiam estar resvés ou a atingir a concentração de grandes riscos, portanto precisavam de encontrar alternativas. Com uma carta de conforto e com a *ownership clause* e com a nota em ata, dizendo que pareciam ter sido acomodados todo o parecer da Direção de Gestão de Risco, confesso que passei para os documentos seguintes que me pareciam mais duvidosos ou quezilentos.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Dr. Carlos Santos Ferreira e agradecer as respostas que foi dando até ao momento.

É um facto que foi sob a liderança do Dr. Santos Ferreira que a Caixa concedeu um conjunto vasto de empréstimos que se revelaram extremamente ruinosos e muitos deles atribuídos com pareceres desfavoráveis ou pareceres condicionados da Direção de Gestão de Risco. Nesta Comissão, estamos a tentar perceber como é que isto foi possível, ou seja, como foi possível que a Caixa, num determinado período, tivesse concedido empréstimos que se revelaram extremamente ruinosos e com perdas avultadas. Só na amostra da EY estamos a falar de 1760 milhões de euros de perdas.

Já foi abundantemente questionado sobre operações concretas, portanto não vou insistir nessas mesmas operações uma vez que já respondeu, já deu muitos detalhes, informação interessante.

Queria apenas colocar-lhe algumas questões de carácter geral. Uma delas tem que ver com uma afirmação ou uma informação que foi dada

pelo Sr. Dr. Alexandre Santos, que esteve nesta Comissão Parlamentar de Inquérito há duas semanas. O Dr. Alexandre Santos afirmou que, em 2005, coincidindo com o início da sua liderança na Caixa Geral de Depósitos, foram dadas orientações para que a quota de mercado no segmento empresas aumentasse significativamente de um valor que, na altura, era de 13,7% para o que ele chamou de «quota natural da Caixa Geral de Depósitos», ou seja, por volta dos 25%.

Portanto, foram dadas orientações, em 2005, de acordo com o Dr. Alexandre Santos, à área comercial para que se empenhasse a fundo no segmento das empresas, de forma que a quota da Caixa praticamente duplicasse em números redondos.

Ora, este é um objetivo muito ambicioso — concordará comigo — e se lhe disser que os outros bancos não estavam a dormir e também disputavam este segmento de mercado também concordará comigo.

A pergunta é a seguinte: como se consegue fazer um aumento tão significativo da quota de mercado num determinado segmento? Isso não terá sido feito à custa de implementação de uma estratégia que passava pela assunção de maior risco na concessão de crédito?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, muito obrigado pela sua pergunta. Quase que faço uma pausa. Só não fecho os *dossiers* porque, a seguir, provavelmente, o Grupo Parlamentar do PSD obrigar-me-á a abri-los. Portanto, ficam aqui.

Mas deixe-me dizer-lhe duas coisas. Dizia o Sr. Deputado que, neste período em que integrei o Conselho da Caixa, vários empréstimos houve que tiveram maus resultados.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Ruinosos foi a palavra que usei!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ruinosos!? Então usarei também outro adjetivo, como verá daqui a 1 minuto.

É verdade que tiveram maus resultados. Ao resto já lá vamos.

Mas terá de me fazer o cumprimento de dizer que fui eu o primeiro a dizer isso, aqui, nesta sala, quando fiz a apresentação inicial. Isso está escrito na apresentação que distribuí, nomeadamente quando se diz que o período de 2005-2007 é aquele que apresenta o maior número de operações que constam do *top 25*. Esse cumprimento tenho-o como tendo sido feito por si.

Deixe-me dizer-lhe também que se tenta sempre juntar o parecer do risco desfavorável e o parecer do risco favorável aos resultados do crédito. Se um dia tiver paciência para ler o documento que hoje entreguei... Não li essa parte porque achei que não valia a pena estar a maçar-vos e a fazer perder tempo — aliás, há muitas páginas que não li —, mas lá irei se for preciso. Efetivamente, consigo fazer-lhe um exercício dizendo-lhe que, nos casos em que o parecer do risco era favorável, tivemos mais perdas do que nos casos em que o parecer foi desfavorável.

Francamente, cerca de 90% dos pareceres do risco eram condicionados. Muito poucas eram as margens do favorável e do desfavorável, mas, Sr. Deputado, já lhe irei citar as percentagens. O que não deixa de ser uma ironia quando se quer ligar o parecer do risco com o resultado!

Quer isto dizer, Sr. Deputado, que o Risco não prestava para nada? Não! Não é nada disso! O Risco não previa, ou não previu, o que era imprevisível. O Risco não conseguiu prever o imprevisível.

E o imprevisível é aquilo de que as pessoas não gostam de falar: num determinado momento, digamos, aconteceu, em Portugal, na Europa, nos Estados Unidos, no mundo, uma crise financeira transversal. Não soa bem dizer: «Olhe, isto correu mal e o problema foi só da crise».

Bom, se calhar, não foi só da crise, repito, não foi só da crise. Mas o Risco não podia prever o imprevisível.

As orientações que existiam em 2005 vinham já de um projeto que era o projeto Líder que estava em funcionamento na Caixa, tendo sido lançado pelo Dr. Vítor Martins em 2005, em que um dos objetivos era aumentar a quota de mercado, nomeadamente na área empresarial.

Um dos mandatos que recebi do Sr. Ministro das Finanças, quando me convidou, foi o de aumentar a quota de mercado na área das empresas. Portanto, aquilo que o Dr. Alexandre Santos disse, disse bem.

Só há duas áreas para aumentar a quota de mercado em empresas: ou nas grandes empresas ou nas PME. Nas grandes empresas, a competição faz-se à custa de preço. É mais seguro e a competição é uma competição de *spreads*. Nas PME, a competição é muito mais do que uma competição de *spreads*.

Esta ideia de aumentar o financiamento às empresas é, aliás, transversal, desculpe-me dizer-lhe, a todos os governos. O partido do Sr. Deputado dirá que essa é uma das responsabilidades da banca, em geral, e da pública, em particular. Ouvi, muitas vezes, o PSD dizer a mesma coisa, e bem. E vejo agora o Dr. António Costa dizer que a banca devia ser mais amiga das empresas. São várias formas de dizer uma coisa que está certa.

Há apenas um pormenor no seu raciocínio. É que, efetivamente, por muito esforço que tenha sido feito, a Caixa não aumentou nestes dois anos a quota de mercado de 13% para 25%.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Aumentou 1%!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Exatamente! Tem toda a razão!

A Caixa, neste período, aumentou para 14% ou 15%, no máximo, e continuou a ser o terceiro banco a financiar as empresas. Ou seja, não se assistiu, digamos, do lado da Caixa, a uma tentativa de atingir 25% de quota natural de empresas, como diria o Dr. Alexandre Santos, à custa fosse do que fosse.

É sempre bom que a gente tenha objetivos elevados.

Sabe, tinha um professor na faculdade que dizia: «Os senhores estudam para 10 e, depois, admiram-se e chumbam!».

Ora bem, aqui era estudar para 25%. Mas a quota de mercado acabou por ficar em 13% e 14% e, deixe-me dizer-lhe e, repito novamente, bem, porque não é possível aumentar ou dobrar uma quota de mercado em dois anos, a não ser cortando o preço para metade ou subindo o risco para o triplo ou para o quádruplo!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas a pergunta era exatamente essa: para implementar este objetivo, para o tentar atingir, e sabemos que não foi atingido, foi à custa do aumento do risco?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, se tivesse sido, provavelmente, os 25% tinham sido atingidos. É tão fácil como isto: se se quisesse dobrar, triplicar ou quadruplicar o risco, eram atingidos. Não foram! Verdadeiramente não foram.

Permita-me que termine a minha resposta. Quando o Sr. Deputado fala de empréstimos ruinosos, faça-me também, então, o cumprimento de dizer que estes são os dois anos de lucros prodigiosos. São os anos com os maiores lucros da Caixa de um lado e de outro. Tirando isso, estamos sempre de acordo.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Dr. Carlos Santos Ferreira, com certeza, concordará que quando a administração de uma empresa, neste caso a Caixa Geral de Depósitos, transmite às diversas direções, nomeadamente à comercial, que têm um objetivo, obviamente que não vão desvalorizá-lo dizendo que há um objetivo, mas que não é para cumprir, que é só para fazer de conta. Obviamente que isto exerce uma pressão sobre a área comercial e sobre todos os trabalhadores dessa área, e dirigentes, no sentido de tentarem, podendo falhar, atingir esse objetivo.

Esta pressão exercida pode ter condicionado a questão do risco, ou seja, pode ter levado a uma menor exigência na preparação dos *dossiers* de risco, a uma menor profundidade na consideração dos pareceres do risco. A pergunta é exatamente essa: esta orientação geral, que partiu de cima e foi transmitida a toda a estrutura, não poderá ter contribuído, nesse período, para uma desvalorização do risco?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, o Risco, em cada momento que passava na Caixa, desde que foi criado pelo Prof. António de Sousa, fortalecia-se cada vez mais. Ele foi criado como uma rutura no que era a tradição da Caixa. Foi criado e foi aceite, porque as pessoas perceberam-no, mas os homens, os responsáveis pelo Risco, o Prof. Vasco Orey, o seu número dois que, depois, o veio a substituir e que, julgo, será ouvido nesta Comissão, travaram sempre a sua batalha e defenderam sempre os seus princípios.

O Risco é imune, graças a Deus, mais uma vez, ao objetivo de dobrar, digamos, a quota de mercado. É imune!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas a área comercial não é!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não! O Risco é imune a isso. É imune a isso e foi!

Esteve aqui o Dr. Alexandre Santos. Não consegui ver a intervenção dele, mas permito-me fazer uma pergunta ao Sr. Deputado: um diretor como o Dr. Alexandre Santos entende perfeitamente que se lhe diga que temos um grande objetivo que é chegar, um dia — ele não disse, com certeza, no dia *x* ou *y* ou *z* —, a ter uma quota de mercado... Nós, Caixa, liderávamos em todos os campos, nos depósitos, no crédito à habitação, em tudo, nos seguros só não dominávamos no *leasing* e no *factoring*, penso eu.

Um diretor como o Dr. Alexandre Santos percebe que esse é um objetivo, percebe que ele terá de ser perseguido. Mas acha que um homem como ele troca... Quer dizer, pode aumentar de velocidade, mas a ponto de sair da estrada?! Não... Os diretores da Caixa não eram feitos dessa massa. Repito: os diretores da Caixa não eram feitos dessa massa. Gostavam de ter objetivos, gostavam de saber a direção, mas não trocavam quotas de mercado por aumento de risco.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — O Dr. Carlos Santos Ferreira acabou de dizer que a Direção de Gestão de Risco era imune ao objetivo de aumentar, de duplicar a quota.

Pergunto-lhe, do ponto de vista do Conselho de Administração, quer do presidente, quer dos demais administradores, se viam o Risco nesse período como um empecilho aos objetivos da Caixa.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, pelo contrário. Deixe-me dizer o seguinte: por tradição, a Direção de Gestão de Risco dependia do presidente. Foi assim que foi criada, foi assim no tempo do Prof. António de Sousa, do Dr. Vítor Martins, do meu. Não sei se continuou ou não, mas o Eng.º Faria de Oliveira dirá isto melhor do que eu.

E a resposta é não! Não sei o que aconteceu depois de mim. Sei que, efetivamente, quer o Dr. António de Sousa, quer o Dr. Vítor Martins, quer eu, o nosso trabalho era muitas vezes estar ao lado do Risco explicando a sua importância e relevância. Longe de nós antever a relevância e a importância que o Risco tem hoje.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Então, nesse sentido, perguntava-lhe se, valorizando o Risco e a sua importância, em algum momento, em reuniões do Conselho de Administração, do Conselho de Crédito ou do Conselho Alargado de Crédito, interveio no sentido de apelar ou de dar orientações — uma vez que era dirigente — de maior exigência na avaliação do risco, de maior cuidado na aprovação das propostas que eram apresentadas pela direção comercial.

Se sim, consegue situar essa circunstância no tempo, mais ou menos? Em que atas é que poderemos encontrar intervenções suas ou de outros administradores apelando ou dando orientações no sentido de terem cuidado e de ser preciso dar mais importância ao Risco, apelando às direções comerciais para moderarem as proposta e terem em conta, valorizarem o que do outro lado, do Risco, diziam? Pode ajudar-nos a localizar nas atas intervenções suas ou de outros administradores nesse sentido?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, não era hábito o Conselho de Administração discutir operações de crédito. As operações de crédito eram...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Orientações gerais?!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não há uma orientação geral nessa matéria. Mas nos Conselhos Alargados de Crédito, nos quais participava, e não vale a pena repetir isto, esse tipo de apelos fazia-se na prática. Ou seja, quando os comerciais propunham determinadas coisas, quando o Risco contrapropunha determinadas condições, quando, efetivamente, pedíamos e as pessoas debatiam as suas opiniões, cara a cara, frente a frente, convenciam-se, não se convenciam, mas nunca se chegou a um momento de rutura nem que o Risco tenha dito: «Assim, esta operação não devia continuar».

Nunca se chegou a esse momento. Fora disso, o que há, e aí o Sr. Deputado pode encontrar nas atas, essas, sim, penso, do Conselho — e, repito, usarei o intervalo para lhe dar conta dessa ata —, vários projetos feitos na Caixa, nessa altura, e no sentido do reforço e de melhoria da área do risco. Há, pelo menos, dois ou três projetos, com nome, com datas de início, com reportes, todos eles relativos à melhoria de várias áreas do risco.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas, como o Sr. Doutor sabe, muito melhor do que eu, em organizações deste tipo como a Caixa Geral de Depósitos há sempre culturas prevalecentes e, neste caso concreto, pode haver uma cultura prevalecente de valorização do risco e da Direção de Gestão de Risco como pode haver uma no sentido contrário, de desvalorização. E é obrigação do Conselho de Administração e da liderança inculcar, digamos, uma cultura correta e, neste caso, a cultura correta era a de valorizar os pareceres da Direção de Gestão de Risco e tentar travar operações mais arriscadas.

Aparentemente, terá havido uma falha da sua parte, como Presidente do Conselho de Administração, e do Conselho de Administração no seu

todo, em inculcar esta cultura naquele período na Caixa Geral de Depósitos no sentido de se valorizar mais o risco.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, se havia, efetivamente, alguma orientação, ela passava pelo respeito de todos pela Direção de Gestão de Risco. Aliás, na minha frente, nunca vi ninguém a não considerar o risco.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Não considerar, pode ser... Há diversas gradações. Entre desconsiderar e considerar há diversas gradações e o papel da direção seria fazer com que o risco fosse levado cada vez mais a sério, de forma a reduzi-lo e com isso reduzir as perdas.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, eu acho que o risco foi sendo cada vez mais levado a sério.

Não sei com que ideia é que a Comissão ficou do depoimento do Prof. Vasco Orey, mas não pode, com todo o respeito, ter ficado com um entendimento muito diferente daquele que estou a dizer.

Eu não quero dizer-lhe que não possa ter havido, ao longo de 20 anos, um administrador ou outro que achava que tratar os assuntos apenas na área comercial é que era bom. Não estou a dizer que não existissem e deviam existir. Essa foi, até ao momento em que o Prof. António de Sousa criou a DGR, a cultura predominante.

Portanto, daquilo de que estamos a falar é de uma alteração da cultura predominante e se o risco na Caixa, hoje, é o que é e é, em minha opinião, extremamente robusto, isso foi feito em várias etapas e essas etapas passam pela defesa do risco e das suas funções.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Já se falou aqui da carta de Almerindo Marques, em 2002, uns anos antes da sua entrada na Caixa, e eu pergunto-lhe se essa carta e as denúncias aí apresentadas tiveram algum impacto que pudesse ser sentido alguns anos depois quando passou a liderar o Conselho de Administração.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, eu não lhe queria parecer mal, mas a primeira vez que ouvi falar da carta foi nos jornais a propósito desta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Portanto, quando assumiu a presidência do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos não tinha conhecimento desta carta? Não lhe foi dado conhecimento dela? Não estava em curso nenhuma análise e reflexão sobre as denúncias havidas nessa altura?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, garanto-lhe que não!

Eu tive, efetivamente — e já disse isso na primeira Comissão de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos —, a felicidade de receber *dossiers* impecavelmente preparados pelo Dr. Vítor Martins, mas garanto-lhe que não estava lá nada sobre nenhuma carta do Dr. Almerindo Marques...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Desculpe interrompê-lo.

O que está a dizer é que essa carta caiu em saco roto? A tal ponto que nem o Presidente do Conselho de Administração sabia dela e só veio a saber anos depois pelos jornais?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, eu acho que os factos que o Sr. Deputado cita são de 2002. Ora, eu cheguei à Caixa no verão de 2005 e, verdadeiramente, o que lhe posso dizer é que no verão de 2005 essa carta não estava em cima da mesa, não era matéria, que eu saiba, de análise ou de debate.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Passo à questão seguinte.

Pergunto-lhe se, na altura, no período entre 2005 e 2007, como é que, na sua perspetiva, avaliava operações de crédito, empréstimos, para compra de ações em que as garantias eram as próprias ações.

Não estou a falar em nenhuma operação em particular, mas gostaria de saber qual era a sua posição na altura. Era favorável? Desfavorável? Tinha um pé atrás relativamente a isto ou achava que assim é que era? Qual era a sua posição?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, a minha opinião, nessa altura, era rigorosamente a mesma que tenho hoje.

Primeiro, aquilo que entra no ouvido e na cabeça das pessoas é a expressão «crédito para compra de ações», sendo que a garantia é fraca, porque são as próprias ações...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Que podem descer! Que podem subir!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — ... que podem descer e subir! Mas isso entra lindamente no ouvido das pessoas.

Deixe-me dizer-lhe que, em primeiro lugar, o crédito para a aquisição de participações sociais é legal. Isso sempre foi feito em Portugal e estamos a falar de todos os bancos, ou melhor, eu não direi todos os bancos mas quase todos os bancos, porque, se calhar, pode haver algum

que nunca o tenha feito. Não sei! Agora, sei que a esmagadora maioria dos bancos fazia crédito para a compra de participações sociais.

Dizer que a garantia desse crédito eram apenas as ações, como eu tentei, há bocado, dizer, não é rigorosamente assim, porque eram as ações mais o património da empresa ou da entidade que pedia esse crédito. Não eram apenas as participações sociais. Aliás, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que é curioso que se tenha esse problema com as ações como garantia e não existam outras preocupações.

Há pouco, falou-se muito no fomento mobiliário e dizia eu que, no fomento mobiliário, a garantia é a mais fraca de todas. A garantia é, é feito o crédito, constrói, mede, mais dinheiro para construir... A garantia não existe. No fomento mobiliário, praticamente, a garantia não existe.

Relativamente às participações financeiras como garantia eu pedia-lhe o favor, se o quisesse fazer, de consultar Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, onde no n.º 3 do artigo 23.º se diz que — e vou a citar de cor, pelo que podem não ser estas as palavras corretas — a garantia hipotecária do crédito à habitação pode ser substituída por outra garantia que se considere adequada ao risco constituído e, depois, no n.º 4 considera-se adequado ao risco constituído para garantir o crédito à habitação que a garantia seja composta por títulos.

Portanto, Sr. Deputado, estamos perante uma situação em que títulos, ações, podem garantir crédito à habitação, e isto por força de um decreto-lei.

E deixe-me dizer-lhe que já vi várias pessoas com grande saber arrepiarem-se por haver crédito para a compra de participações financeiras, e já não falo nos grupos portugueses, que existem e que estão a funcionar, e bem, e que foram feitos em cima de financiamento para participações financeiras, já nem falo desses, mas pedia a sua atenção para o facto de

haver um decreto-lei em vigor que permite que os títulos garantam o crédito à habitação.

Não vejo porque é que, de um momento para o outro, passou a haver, digamos, o anátema dos títulos como garantia de crédito.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Podemos concluir da sua resposta que, na altura de 2005 a 2007, considerava perfeitamente normal estas operações?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, pode concluir da minha intervenção que eu, nessa altura, considerava perfeitamente normal essas operações e hoje não considero normal, porque, efetivamente, as bolsas estão cada vez mais reduzidas e, por aí fora, sobretudo se falarmos da bolsa portuguesa.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Questionámos aqui o diretor da Direção de Grandes Empresas sobre estas operações e ele disse — e isso já aqui foi repetido pela Sr.^a Deputada Cecília Meireles — que se limitava no Conselho Alargado de Crédito a apresentar estas operações, mas não as defendia. Foi-lhe perguntado várias vezes, se não era ele, se não era o Risco, quem defendia estas operações no Conselho Alargado de Crédito.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não vi — até porque o vídeo só foi posto, penso, hoje ou ontem à noite — a intervenção do Dr. Cabral dos Santos e, portanto, custa-me comentar uma coisa que não ouvi, mas acredito no que o Sr. Deputado me está a dizer. Acredito nisso piamente.

Mas peço-lhe desculpa... Quem é que defende uma operação? Eu se vejo um papel timbrado de uma direção — e o Sr. Deputado tem os documentos — ...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Quem defende a proposta na reunião do Conselho Alargado de Crédito?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — ... tem de ser o diretor, não vejo outra maneira. Se não é o diretor é o substituto do diretor...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Ele diz que não era ele...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Mas, Sr. Deputado, cuidado, e peço desculpa...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Se não era ele nem o substituto, quem é que defendia?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas terei de ver a intervenção. O problema é tão simples como isto: se há uma proposta que vai ao Conselho de Crédito, se essa proposta antes de ir ao Conselho de Crédito tem de ser enviada para a DGR, alguém deve estar a falar, alguém assinou os papéis... Pode ter sido um gestor de cliente. Muito bem! Agora, eu não acredito que numa direção da Caixa um gestor de cliente esteja sem orientação superior a enviar ele as coisas para o Risco, a recolher as observações do Risco, a fazer sínteses...

Sr. Deputado, não sei quem defendeu; quem apresentou o problema isso sei: foi a Direção de Grandes Empresas, porque é o que está no papel timbrado.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Do ponto de vista da defesa, estas operações ficam órfãs!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Ninguém as defendeu!

Passemos à frente, então.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, eu não posso dizer mais ou tentar contribuir mais do que aquilo que estou a fazer.

Sr. Deputado, o que é que o senhor fazia se, numa reunião onde estivesse, lhe aparecesse um papel escrito, timbrado... Não me pergunte se estava ou não assinado pelo diretor. Aliás, se quer saber, tentei ir ver, mas, como não conheço a assinatura do Sr. Diretor, portanto não sei...

Quem propõe, isso eu sei: foi a quem competia propor. Foi a quem competia propor, que é a Direção de Grandes Empresas. Era à Direção de Grandes Empresas que competia propor, e propôs.

Não penso que sejam operações que fiquem mal vistas. São o que são!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Há pouco, dizia que nas reuniões do Conselho Alargado de Crédito havia discussões vivas e presume-se que tenha havido argumentos e contra-argumentos — argumentos a favor e argumentos contra — e a nossa pergunta a todas as pessoas que cá vêm tem sido no sentido de saber quem é que apresentava os argumentos a favor. Já sabemos quem é que apresentava os argumentos contra, mas continuamos, depois desta audição, sem saber quem é que apresentava os argumentos a favor.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Deixe-me dizer-lhe...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Doutor, agora, deixe-me fazer as perguntas de seguida e, depois, responderá.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Serei muito rápido.

Os argumentos a favor eram sempre apresentados pelas direções comerciais, nem que fosse sob a forma de dizer: olhem, aqui está o *dossier*, está aqui nos papéis o que se pensa. E quem é que escreveu os papéis?

Mas deixe-me dizer-lhe que me custa muito essa dúvida no seio da Comissão, porque o Dr. Cabral dos Santos geria a área das grandes empresas... Dizer que ele fazia propostas com as quais não concordava, não sei! Não tinha esse pelouro e dizer isso já me custa.

Isso tinha de ser como eu disse ou como tentei dizer.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Na realidade, o que ele disse, questionado diretamente, foi que, na altura, não tinha expresso a sua opinião, nem favorável nem contrária, e não queria expressá-la 15 anos depois, aqui, na Comissão. Mas disse taxativamente, em resposta a vários grupos parlamentares, em particular ao do PCP, que não tinha defendido essas propostas no Conselho Alargado de Crédito.

Mas, pronto, registamos a sua resposta e não vou insistir mais.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria apenas de confirmar — e isto é algo que já foi dito aqui — que Joe Berardo tinha um tratamento especial na Caixa Geral de Depósitos à margem das regras.

Pergunto: era assim ou não? Se sim, porquê?

Como última pergunta, porque já não disponho de mais tempo, gostaria de saber se estes créditos de que temos estado a falar eram créditos de favor.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Respondo-lhe tão rapidamente quanto o Sr. Deputado fez a pergunta.

Ponto um: nunca vi nada que me permitisse concluir que essa pessoa que citou tivesse qualquer tratamento fora das regras. Nunca vi nada!

Ponto dois: não há créditos de favor! Não há! Por definição, isso é uma ilegalidade. Um crédito de favor é uma ilegalidade! Não há!

O Sr. **Presidente**: — Para concluir a primeira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer a presença do Dr. Carlos Santos Ferreira e dizer-lhe que a minha primeira intervenção será um pouco em resposta à declaração inicial que aqui fez.

Sr. Doutor, permita-me que lhe diga que — e esta é uma conclusão que retiro —, se tivesse analisado as operações da Caixa durante a sua gestão com o mesmo detalhe, cautela e escrutínio com que analisou o relatório da Ernst & Young, porventura, hoje não estaríamos aqui.

O Sr. Doutor faz uma análise para contradizer a auditoria, para contradizer os serviços, que já aqui vieram fazer declarações completamente diferentes, para contradizer o próprio Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Paz Ferreira, e, portanto, todos estão errados e só o Sr. Doutor é que está certo, e eu presumo porquê.

Aliás, o Sr. Doutor começou por dizer que podem existir aqui motivações políticas e pessoais nesta polémica — foi assim que começou a sua intervenção — e eu respondo-lhe dizendo que penso que o Sr. Doutor não se está a referir ao Dr. Mário Centeno. Passo a citar o que disse o Dr. Mário Centeno: «É evidente que existiu má gestão na Caixa, mesmo para

aqueles que não conhecem esta auditoria». Subcrevo a afirmação do Dr. Mário Centeno e sou insuspeito para o fazer.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Calculo!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — O Dr. Centeno disse ainda: «A Caixa já está a trabalhar no apuramento das responsabilidades civis, porque o Ministério das Finanças deu-lhe essa indicação e o Banco de Portugal tem também de avançar com processos contraordenacionais».

Logo, aquilo que o Sr. Doutor aqui fez — e eu compreendo, é humano — foi procurar defender-se já desses processos de contraordenação e de responsabilidade civil que podem estar a ser preparados contra a sua gestão. E porquê? Porque a sua gestão, Sr. Doutor, foi responsável por 2/3 das perdas relacionadas com as operações do *top 25*. Essas perdas aconteceram sob a sua gestão, levando, depois, a que uma das maiores recapitalizações da história portuguesa tivesse de ocorrer, sendo que milhares de milhões de euros dos contribuintes portugueses tiveram de ser metidos na Caixa.

Ora, tem de haver responsáveis e os responsáveis não são o clima, as alterações climáticas, a conjuntura externa; os responsáveis são os atos concretos de decisão, porque se é verdade que há responsabilidades do contexto, se é verdade que a banca é um negócio de risco, quando se tomam decisões contra pareceres — é a auditora que o diz —, quando nós procuramos nas atas e não encontramos fundamentação para se contrariar os pareceres e se avançar com as operações, é natural que se pergunte: qual é a motivação? Qual é a motivação que esteve por detrás da aprovação destas operações?

Até agora o Sr. Doutor não nos conseguiu esclarecer que motivações foram essas. Eu compreendo, e volto a dizer porquê: porque está a

defender-se, desde já, dos processos que possam ocorrer quer civil quer de responsabilidade contraordenacional.

Mas vou mais longe, Sr. Doutor: aquilo a que assistimos durante vários depoimentos, ao contrário dos da primeira Comissão à Caixa Geral de Depósitos, é que são os diretores que vêm aqui dizer-nos aquilo que se passava.

E, por exemplo, o que eles nos dizem, olhando para o caso Vale do Lobo, é o seguinte: «Eu recebi o processo já feito por um administrador que me disse ‘está aqui o processo, leve-o para o Conselho de Crédito’». Isto é normal? Depois, a responsabilidade é de quem? É do diretor que o levou ao Conselho de Crédito ou do administrador que lhe pôs nas mãos o processo já preparado? Já agora, um amigo dessa administração, que, depois, foi para outro banco, num processo de que já iremos falar, o Dr. Armando Vara, naturalmente.

E aqui até podemos ir mais atrás. O Dr. Campos Cunha, na primeira Comissão à Caixa Geral de Depósitos, disse que uma das razões que levou à sua demissão de Ministro das Finanças foi o facto de não demitir a administração da Caixa Geral de Depósitos, como lhe estava a ser imposto pelo Primeiro-Ministro.

O Dr. Teixeira dos Santos aceitou essa alteração e podemos perguntar logo — não é a si, é quando ele cá vier —, o que é que estava por detrás dessa motivação. Mas quando associamos essa motivação ao que aconteceu a seguir na Caixa Geral de Depósitos, se calhar, temos suspeitas avultadas de quais eram as motivações reais das mudanças que queriam que acontecessem na Caixa Geral de Depósitos, porque os resultados estão hoje à vista de todos nós.

Não sei se pode já comentar.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ó Sr. Deputado, posso e tenho imenso gosto.

Deixe-me começar, como se costuma dizer, pelo princípio.

O Sr. Deputado terá ouvido o que eu disse, e ouviu bem, mas deixe-me, então, ler-lhe o que eu disse: «Revela-se particularmente importante e oportuno o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, pois num contexto de procura da verdade, que se acredita isenta de ideias e de conclusões pré-concebidas...» — não foi aquilo que me pareceu da sua intervenção — «... oferece a possibilidade de apresentar explicações, clarificações, razões e argumentos, o que até agora pouco aconteceu».

Ou seja, eu permiti-me fazer, na minha introdução, aquilo que me parece óbvio, que é um voto de confiança no trabalho da Comissão e numa Comissão sem ideias pré-concebidas.

Fiquei, deixe-me dizer-lhe, um pouco triste porque me pareceu, pela sua intervenção, que havia ideias pré-concebidas. Eu tenho grande esperança que resulte do trabalho final desta Comissão aquilo que os senhores ouviram às várias pessoas.

Posso dizer-lhe que não ouvi o Dr. Paz Ferreira, de quem, aliás, sou amigo há 40 anos, dizer nada de diferente do que eu disse. O Dr. Paz Ferreira disse, tanto quanto eu entendo, que alguém lhe tinha mostrado uma carta ou uma posição do Dr. Cabral dos Santos em que se dizia «tratando-se do fulano *x*, esse senhor tem sempre um tratamento especial». Foi mais ou menos isto.

O que lhe respondi foi, se me permite, que nunca vi essa pessoa em questão, esse cliente em questão, com um tratamento fora do comum.

O Sr. Deputado citou o Dr. Mário Centeno, que disse que, mesmo não lendo a auditoria, houve má gestão. Sr. Deputado, se me permite, o 25 de Abril fez-se para isso; fez-se para que cada um possa exprimir as suas opiniões, boas, más, tontas, não tontas, acertadas, erradas... Todas!

Quaisquer! O Dr. Mário Centeno tem esta opinião, tem todo o meu respeito.

Tentei dizer-lhe, e fui eu que tomei a iniciativa, que o maior número de casos do *top 25* são do período de 2005 a 2007 e tentei explicar, eventualmente, já percebi, sem grande sucesso, que difícil seria que não fosse assim, porque aquilo que se seguiu... O Sr. Deputado podia ter feito o que quisesse, a menos que não desse nenhum crédito, mas podia ter feito tudo o que quisesse. Por outro lado, acho — e escrevi-o — *sui generis* que se continue, efetivamente, a falar dos milhões de perdas e que se esqueçam os resultados e os lucros. Acho *sui generis*! Acho que não funciona! Acho que não é assim!

Não gostava de continuar a repetir que não há uma relação, que é devido respeito ao Risco... Mas não é, como já também muita gente disse nesta Casa, o Risco que decide; se o Risco decidisse, era inútil haver Conselhos de Administração. O Risco não decide. É bom ouvi-lo, é bom respeitá-lo, mas ele não decide!

A seguir, disse o Sr. Deputado que havia vários diretores que já tinham dito coisas contrárias. Com todo o respeito, o Dr. Alexandre Santos disse uma coisa sobre Vale do Lobo: que recebeu um processo das mãos de um administrador que lhe disse para o entregar no Conselho de Crédito.

Se quer a minha opinião, disse isso, disse, com certeza, bem, mas o procedimento é mau. Só que o Sr. Deputado esqueceu-se da parte seguinte do que foi perguntado ao Dr. Alexandre Santos: «Conheceu outro caso desses?». E o Dr. Alexandre Santos respondeu: «Não conheço! Nos anos de 2006 e 2007 não conheço!».

Esse facto é, obviamente, a ter acontecido, mau, é errado, não deve ser assim, mas, com um pedido de equilíbrio, a segunda parte da resposta do Dr. Alexandre Santos também vale.

A única coisa que até agora a minha posição pode ser diferente da que foi aqui expressa por diretores é aquela que foi expressa pelo Dr. Cabral dos Santos relativamente a duas operações em que ele disse que não as tinha defendido, o que não impediu que as tivesse proposto. Tirando isso, não há nenhuma divergência entre o que eu disse e o que eu ouvi dizer que os diretores e as outras pessoas tenham dito.

Acho muito bem que os diretores tenham sido chamados e ouvidos. Aliás, lembro-me que tive duas reuniões com a Ernst & Young e entre elas mandei um *e-mail* que dizia: depois da primeira reunião, eu acho isto, aquilo, aquilo, aqueloutro... E nesse *e-mail* eu sugeria, e sugiro, que ouvissem os diretores da época e percebi que ouviram imensos diretores. Aliás, entre os que sugeri estava o Prof. Vasco Orey, o Dr. Cabral dos Santos, o Dr. Alexandre Santos. Eu disse para ouvirem estes porque eram os que, na altura, lá estavam e sabiam.

Guardo-me, agora, para a sua pergunta para depois avançar.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Doutor, referi o Dr. Paz Ferreira porque ele disse que avançou com vários alertas e o que nos disse na sua intervenção foi que não recebeu nenhum alerta. Portanto, há aqui uma contradição clara com aquilo que ele nos disse em sede de Comissão.

Ainda em relação à operação Vale do Lobo, disse não só que isso foi estranho como o Conselho Alargado de Crédito decidiu dar autorização para que o mesmo administrador Armando Vara pudesse conceder só ele, sozinho, 6 milhões de euros e baixar o *spread* a um cliente.

Isto era normal que acontecesse?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, os alertas que o Prof. Paz Ferreira disse ter feito não eram, com todo o respeito, dirigidos ao Conselho de Administração, penso eu.

Eram dirigidos ao Conselho de Administração?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — O Dr. Paz Ferreira foi meu contemporâneo... Estou a perguntar o que ele disse.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Doutor, não era para a comunicação social, como pode imaginar, nem era diretamente para os serviços. O interlocutor do Conselho Fiscal é a administração da Caixa Geral de Depósitos.

O que, depois, a administração faz com os alertas, as recomendações, etc., do Conselho Fiscal, isso é outra coisa.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Deixe-me dizer-lhe duas coisas.

Em primeiro lugar, como ele próprio disse, o Dr. Paz Ferreira e eu fomos contemporâneos por pouco tempo. Pode ver-se, mas estamos a falar de meses.

Deve ter havido um parecer do Dr. Paz Ferreira respeitante ao período em que estive como Presidente.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Talvez. Não posso confirmar.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Certo, mas é relevante. Peça-lhe que confirme isto, porque é relevante. Uma coisa é dizer-se: «O senhor recebeu do Dr. Paz Ferreira não sei quantos alertas». Isto foi o que ele disse aqui. Mas, eventualmente, confirmando isto que agora lhe disse, o Sr.

Deputado, provavelmente, chegará à conclusão de que não está a falar com o interlocutor certo.

E há mais um ponto. É que, com todo o respeito...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Poderia ter feito.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Um fez sobre o segundo semestre, provavelmente, de 2007. Sr. Deputado, o melhor é irmos ver. Se não demorar meia hora...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Não convém!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Diga?

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Não convém!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Pois, não convém.

Sr. Deputado, no relatório da Ernst & Young vêm os períodos...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Também confirmou que fez vários alertas!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Com certeza.

Deixe-me dizer-lhe que os destinatários, digamos, desses alertas não são necessariamente o Conselho de Administração. Entendo, pessoalmente, que os alertas dirigidos por não sei quem são dirigidos fundamentalmente aos acionistas e não ao Conselho de Administração.

Mas não estamos a falar dos pareceres nas contas. Estamos a falar desses alertas que, depois, o Sr. Deputado me dirá de que forma se revestiriam.

Aquilo que há na Caixa são contas aprovadas sem nenhuma ênfase e sem nenhuma reserva e tem apenas, num ano, aquilo que foi escrito em 2008 sobre 2007, que é o Dr. Oliveira Rego, se quiser posso ver isso, a dizer: «Atenção, consideramos adequado o mecanismo de controlo, etc., mas pode haver casos que a gente não conheça, que não tenham chegado ao nosso conhecimento e nos quais possa haver algumas irregularidades e fraudes». E disse isso uma vez, repito, uma vez, nas contas de 2007, penso eu.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Fraudes! É o que ele diz!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Mas sem ter tirado daí nenhuma consequência. Ou seja, não pôs nenhuma ênfase, não fez nenhuma reserva. Se fossem irregularidades relevantes, e o Sr. Deputado sabe isso tão bem, como eu, era obrigatório identificá-las no relatório e, se fossem fraudes, era obrigatório comunicá-las ao Ministério Público.

Nada disso aconteceu. Ou seja, nem as irregularidades foram identificadas — eram, provavelmente, não relevantes; nem as fraudes foram denunciadas — eram provavelmente, uma suspeita.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — A segunda parte da minha pergunta foi sobre a mesma operação cujo *dossier* foi preparado e entregue pelo Dr. Armando Vara e que o Conselho Alargado permitiu que ficasse nas mãos dele a concessão de mais 6 milhões...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não é usual, não é normal, mas, digamos, não é nada de demasiado extravagante. Mas não é, obviamente... Não há, por norma, uma delegação desse âmbito num administrador.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Compreendemos, Sr. Doutor, que, se for um português normal que se dirija à Caixa Geral de Depósitos, não tem este tipo de tratamento. E, durante esta administração, houve este tipo de tratamento para clientes especiais.

Pode não ser o tratamento de favor, para não entrar noutras ilações, mas são comportamentos fora do normal da administração para clientes especiais, face à generalidade dos cidadãos. Isto porque, de certeza, se eu lá for pedir qualquer coisa, não será esse o tratamento que me vão dar!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não tenho, digamos, essa convicção.

Se vir bem, grande parte destes assuntos dos casos que vêm nesta auditoria são todos de grandes empresas — a maior parte. O que é normal! É normal que as maiores perdas sejam geradas nos maiores créditos. Também é normal!

Evidentemente não é possível comparar, como o Sr. Deputado está a tentar, valha-me Deus...

Se calhar, se fosse à Caixa, era tratado ainda de uma forma mais especial assim que a pessoa do balcão o reconhecesse, o que também não era bom, deixe-me dizer-lhe! Também não era bom, porque, na verdade, aquilo que é importante é que todas as pessoas sejam tratadas de maneira a sentirem-se especiais.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Todas por igual!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Todas por igual e todas especiais.

Mas é difícil comparar uma grande empresa com um caso individual.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Isso significa que, para grandes empresas, pode haver situações especiais, em que um administrador pode alterar os *spreads* e ficar com margem para conceder créditos de milhões, enquanto que, para uma pequena empresa ou para um cidadão, isso não acontece. É a ilação que se retira das suas palavras.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, mais uma vez, olhe que não!

Aquilo que lhe estava a dizer é que, se vir todos os casos, não encontra outro em que tenha havido uma alteração dessas delegada. Vai encontrar outros casos em que há redução ou alteração de condições e de *spreads*, voltando ao Conselho de Crédito.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Então, o que é que terá motivado isto?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Esse é um assunto sobre o qual já somos dois a gostar de saber a resposta. E vamos tê-la!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Espero que se tenha! A diferença é que eu não estava nessas reuniões e o Sr. Doutor estava!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não é isso que faz a diferença.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Doutor, essas decisões foram também tomadas com o seu voto. Portanto, presumo que, ao votar, o fez de forma consciente. O senhor lá saberá porque é que isso foi feito assim.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, tenho uma pessoa amiga que diz que está lá a minha assinatura, a minha presença e se está a minha assinatura é porque eu estava lá. Quando decidi, fi-lo de acordo com aquilo que achava que era aceitável.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Pode justificar então?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — O quê, Sr. Deputado?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — A decisão.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — É a que está em ata.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Não está!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — A fundamentação não está, por isso é que estamos a perguntar.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, estamos a falar de Vale do Lobo e essa fundamentação é razoavelmente fácil. Estava-se, e já disse isto uma vez, numa época em que se procurava fomentar a venda de crédito.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Era esta decisão de concessão para o Dr. Armando Vara poder atuar com esta discricionariedade.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que não faço, neste momento, a menor ideia de qual foi a fundamentação para essa decisão particular.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Isso já eu aceito.

Sr. Doutor, será que as cautelas que tem, tanto na intervenção inicial, como ao longo desta audição, estão relacionadas com o que já disse relativamente a não querer falar em algumas coisas, porque não quer piorar a situação em que se encontra o Eng.º Sócrates? Sou obrigado a perguntar se não nos pode dizer algo mais.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não. Se não se importa de ajudar a minha memória, que, às vezes, falha, a pergunta a respeito do Eng.º Sócrates era sobre se eu tinha falado com ele por causa e alguma operação de crédito...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Nomeadamente Vale do Lobo e outras.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — A sua resposta foi que ele está num momento muito delicado e que não quer aqui piorar a situação em que ele se encontra.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — O que nos leva à suspeita de que, de facto, pode haver muita informação que o Sr. Doutor pode não nos querer contar para não piorar a situação do Eng.º Sócrates.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Acho subtil, mas, permita-me e não se ofenda, razoavelmente retorcido. Mas acho subtil!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Não sei porquê!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Tinha de entender a minha declaração como uma declaração cavalheiresca. Não tenho nada, não sei nada relativamente a Vale do Lobo ou a qualquer outra operação.

Mas o que sei é que há um risco, como se vê da intervenção do Sr. Deputado, de que as palavras possam ou ser mal ditas, que pode ter sido o meu caso, ou ser mal entendidas, o que não é com certeza o caso do Sr. Deputado.

Esse *statement* só deve ser visto comigo a dizer que há uma pessoa que está numa situação da vida que todos sabemos qual é e que, efetivamente, não gostaria de dizer nada que pudesse ser interpretado da forma A, B ou C e que ainda possa causar-lhe ainda mais problemas.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — O facto de o Sr. Doutor poder pensar que pode fazer declarações que lhe podem causar mais problemas é que nos leva a pensar que declarações seriam essas...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, é o que lhe digo. Pode haver...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Não respondeu à minha pergunta!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não respondo porque rigorosamente não tenho nada para lhe contar.

Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: prova-se que o meu cuidado é mais do que exigível, é mais do que deve ser. Se com um *statement* que a mim me parecia tão claro o Sr. Deputado retira tais conclusões, o melhor é não fazer *statement* nenhum! E não é necessariamente andar à volta.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Deixe-me, então, só passar, porque o tempo escasseia, a um último grupo de perguntas relacionado ainda com o financiamento ao BCP.

Já compreendemos o vosso raciocínio de que eram operações normais, que não houve tratamento especial, etc. Mas disse-nos hoje que só mais tarde se veio a aperceber do desígnio que estava por detrás dessa operação de compra de ações do BCP.

Isso foi uma afirmação sua: só mais tarde é que se apercebeu do desígnio que estava por detrás dessas operações.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Hoje?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sim, disse aqui. Pergunto-lhe se percebeu isso antes ou depois de ter passado para a administração do BCP.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Peço-lhe imensa desculpa, mas pode tentar, já que tem uma memória e umas notas excelentes e bons assessores, enquadrar essa minha frase?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — O Sr. Doutor disse que não achou a operação anormal, mas que foi só mais tarde que se apercebeu do desígnio

que estava por trás da operação tão alargada de compra de ações do BCP. Daí a minha pergunta: só percebeu esse desígnio antes ou depois de ter ido para a administração do banco?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, nem me tinha apercebido que tinha dito isso. É mau...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Estamos perante uma Comissão de Inquérito onde tem a responsabilidade...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Eu sei, Sr. Deputado, não me lembre disso.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Está perante um tribunal e, portanto, as pessoas têm de ter cuidado com tudo aquilo que dizem.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — É evidente. Deixe estar, porque, se conseguir enquadrar-me esse *statement*, ficava-lhe grato. Ficava-lhe sinceramente grato.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas não me responde...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Respondo que, efetivamente, se a expressão é se era depois ou antes de eu estar no BCP que me apercebi... Que expressão é que utilizou, Sr. Deputado?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Desígnio.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Se foi antes ou depois que me apercebi do desígnio da aquisição de ações? Sr. Deputado, tenho alguma dificuldade em responder a isso.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Pois tem!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Faço ainda uma outra pergunta sobre esta matéria.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Diga.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Algum dos acionistas do BCP, a quem a Caixa emprestou dinheiro para comprar ações, se opôs à sua ida para a presidência do BCP?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — O Sr. Deputado quer falar sobre a história do BCP?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Se quiser falar, esteja à vontade.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ó Sr. Deputado, para já — enfim, e, se quiser, continuo na segunda ronda —, respondo-lhe: não, que eu saiba, porque, como o Sr. Deputado, melhor do que eu, sabe, também o voto em assembleia é secreto. Portanto, não faço ideia de quem é que votou de um lado e quem é que votou do outro. Portanto, essa sua pergunta é de resposta impossível. Não faço ideia. Ninguém pode fazer essa ideia.

Mas sou capaz de acrescentar que esses votos não chegavam para fazer ninguém ser eleito no BCP, como se provou no caso do Comendador Berardo, que não conseguiu ser eleito.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como é óbvio, o voto é secreto, mas a manifestação pública de apoio é conhecida. E aquilo que se constatou é que nenhum daqueles que beneficiaram do financiamento da Caixa, depois, se opuseram à sua entrada para a administração do BCP.

A última pergunta é no sentido de saber se nos pode dizer se houve alguma conversa com o Primeiro-Ministro da altura sobre essa passagem para o BCP e o abandono da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, primeiro, o abandono não é propriamente abandono; há uma renúncia minha, feita no dia 27 de dezembro, a quatro dias de terminar o mandato. É um pequeno problema de terminologia que me permite, com certeza, corrigir.

Segundo ponto: não houve nenhuma conversa com o Primeiro-Ministro sobre esta matéria.

Mas permita-me que lhe diga, porque também acho — e, já agora, peço desculpa por aquilo que vão sofrer —, verdadeiramente, que a teoria de ter havido financiamentos da Caixa a alguns acionistas do BCP e que, depois, alguns membros do Conselho da Caixa foram eleitos para o BCP na base dessas ações compradas com crédito é a chamada teoria do «assalto ao BCP».

A teoria do «assalto ao BCP», se me permite, é uma frase fácil, é uma frase apelativa e tem, verdadeiramente, um só objetivo, que é ocultar o que se passou.

É uma frase que foi criada por quem perdeu, em 2008, porque, verdadeiramente, houve quem ganhasse e houve quem perdesse. E esta frase foi criada por quem perdeu e transformou-se numa bucha para encher discursos escritos, artigos, o que for.

Gostava, sem vos tomar muito tempo, de vos dizer o seguinte: no dia 4 de dezembro de 2007, o Eng.º Jardim Gonçalves apresentou cartas de renúncia aos cargos de presidente do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho Superior do BCP. E, no dia 4 de dezembro de 2007, o Presidente do Conselho de Administração e Executivo do BCP comunicou ter tomado a iniciativa de constituir uma lista composta por pessoas convidadas, exclusivamente pelo seu critério, para irem para o Conselho do BCP.

Foi o Dr. Filipe Pinhal que tomou a iniciativa de fazer esta comunicação. Tudo isto são comunicações públicas. Essa lista tinha-o, a ele, como Presidente e CEO, tinha o Dr. Christopher de Beck como Vice-Presidente, tinha, depois vários administradores, o Dr. José João Guilherme, o Dr. Alves Monteiro, o Dr. Miguel Maya, o Dr. Paulo Macedo e o Dr. Rui Horta e Costa.

No dia 21 de dezembro — estamos sempre em 2007 —, o Governador do Banco de Portugal convocou os principais acionistas do BCP e comunicou que o Banco de Portugal tinha decidido não aceitar dois elementos desta lista.

Nessa reunião, e em várias reuniões, estavam presentes — posso não ter toda a gente presente, posso não ter a memória de toda a gente, mas tenho a memória de alguns dos presentes — a EDP, representada pelo Dr. António Mexia, estavam, efetivamente, os Srs. Manuel e José Manuel Fino, estava o Sr. Bernardo Moniz da Maia, estava o Comendador Berardo, estava o Dr. Fernando Ulrich, estava eu, estava o Dr. Ferro Ribeiro, em representação do Dr. Stanley, admito, e penso, mas não garanto, que estava o Dr. Pedro Teixeira Duarte.

No dia seguinte, dia 22 de dezembro, há uma reunião na EDP. Nessa reunião estavam presentes estas mesmas pessoas — admito que estivesse mais alguém, francamente estou a falar também já muito de cabeça — e participei nessa reunião até ao momento em que se começaram a discutir

nomes. E, quando se começaram a discutir nomes, já disse isto na última Comissão, e fui objeto de um comentário de que ainda hoje me lembro, e saí dessa reunião.

No fim da reunião, as pessoas vieram ter comigo e disseram-me: «Nós gostávamos que você encabeçasse uma lista ao BCP». Pedi-lhes tempo, obviamente, para consultar os acionistas principais. E aqui estamos a falar da Eureko, estamos a falar da Sonangol, estamos a falar do banco Sabadell, pelo menos estes. E foi o que fiz nos dias seguintes.

Obtida a resposta dos acionistas principais, no dia 27 de dezembro, renunciei ao lugar na Caixa, apresentei a minha demissão ao Dr. Paz Ferreira, que, depois, a fez seguir para o acionista, e entrei de férias, claramente.

Seguiram-se uma série de demissões, que não interessam aqui para o caso, porque aconteceram dentro do BCP — e não estamos aqui a discutir o BCP — e, no dia 28 de dezembro, o BCP comunicou o seguinte ao mercado: «O BCP informa que, no decurso da reunião do respetivo Conselho Superior, realizada a 27 de dezembro de 2007, tomou, informalmente, conhecimento da composição da lista (preliminar) — que fulano de tal organizou — e pretende apresentar aos acionistas do BCP na próxima assembleia geral, a 15 de janeiro de 2008, tendo resolvido manifestar o seu apoio à referida lista» — isto a 28 de dezembro. «Mais informa que a composição da referida lista não foi ainda submetida ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral». É destes dias que vários acionistas de relevo do BCP manifestam o seu apoio à lista. Entre esse apoio está a Eureko, que era o maior acionista — não, na altura, o maior acionista até era o BPI — e está o Eng.º Jardim Gonçalves, assinando por ele e pela mulher, e está o Dr. Filipe Pinhal.

Tudo isto são documentos públicos. São públicos. Tão públicos que, Sr. Presidente, também lhos deixo. Ficam aqui.

Aquilo que acontece é que, no dia 28, a lista foi submetida e foi subscrita por estes acionistas todos. Os grandes acionistas do BCP, toda a gente, a Eureko, a Teixeira Duarte, até da Sonangol, por aí fora.

Dia 30 de dezembro, o Professor Miguel Cadilhe apresentou a sua candidatura, com uma lista. Estava dentro do prazo. E, no dia 8 de janeiro, o Conselho Superior do BCP reuniu para ouvir uma exposição sobre a estratégia que cada um dos dois candidatos — eu e o Dr. Miguel Cadilhe — tencionavam apresentar ao banco.

Ouviu as exposições e — também os poupo a isto tudo — o Conselho concluiu que ambas as candidaturas «são credíveis e competentes para a gestão executiva do banco» e ainda que «apoiará o Conselho de Administração Executivo que vier a ser eleito».

Ora bem, a esse Conselho Superior incumbia pronunciar-se sobre os aspetos mais relevantes da vida do banco e tinha pessoas — não me pergunte se estiveram presentes ou não, porque, efetivamente, tive acesso à convocatória e ao comunicado final, mas não tive acesso à ata — que faziam parte do Conselho Superior, como o Sr. António Gonçalves, o Dr. João Alberto Pinto Basto, o Pedro Teixeira Duarte, o Dr. Vasco de Mello, o Swalef, em representação da Eureko, o Sr. Ludgero Marques, o Eng.º Dias da Cunha, o Dr. Alexandre Soares dos Santos, o Dr. Josep Oliu, que é o presidente do Sabadell, o Eng.º Luís Valente de Oliveira, o Sr. Manuel Alfredo de Mello, o Eng.º Ricardo Bayão Horta, por aí fora.

O que digo é que, na verdade, esta teoria do assalto é um bocado... Para assalto, já é muita gente a fazer isto. Já é muita gente, já é muita gente, já é demasiada colaboração para haver um assalto.

Há uma assembleia geral, que acontece em 15 de janeiro, e essa assembleia geral teve a presença do maior número de acionistas desde essa data até hoje. E aquilo que aconteceu é que a lista que eu encabeçava teve

97,7% dos votos e a lista que o Prof. Miguel Cadilhe encabeçava teve 2,1% dos votos.

Queria dizer-lhe que nem todas as votações tiveram esta diferença. O Prof. Menezes Cordeiro foi eleito por uma diferença de 10% — 55% contra 45% — para presidente da mesa da assembleia geral, e o Comendador Berardo, que encabeçava uma lista para o Conselho de Remunerações, foi derrotado.

Queria dizer-lhe que, em todos os anos que se seguiram — portanto 2008, 2009, 2010, 2011 —, as votações respeitantes à apreciação da administração foram sempre da ordem dos 93%, em 2010, até 99% em 2011 e 2009.

Portanto, relativamente à grande teoria de que há uma entidade, que é a Caixa, que financia uma pessoa, duas talvez — no meu tempo — e que isso faz com que consigam ser eleitos para a administração do BCP, confesso que, para mim, estamos na categoria do mito urbano. Não é verdade. Não é verdade. Alguns dos factos que, aqui, hoje, referi, nunca tinha achado que tivesse de os referir, sendo públicos, mas também há limite, digamos, para as histórias. Portanto, pareceu-me que era um bom momento para contribuir para o fim desta história.

O Sr. **Presidente**: — Vamos suspender os trabalhos durante 5 minutos.

Eram 19 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados, vamos retomar os trabalhos, dando início à segunda ronda.

Eram 19 horas e 28 minutos.

Cabe a primeira intervenção ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem, assim, a palavra a Sr.^a Deputada Constança Urbano de Sousa.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sr. Presidente, Dr. Carlos Santos Ferreira, regresso ao que aqui disse, que foi, mais ou menos, que não havia nenhum problema na concessão de empréstimos em que o único colateral seria o penhor de ações. De facto, depois o património do mutuário responde nos termos gerais se por acaso as ações não tiverem valor ou forem deficientemente avaliadas. É que um dos grandes problemas de todos estes empréstimos, de acordo com uma inspeção do Banco de Portugal, é que os métodos de avaliação destes ativos, das ações, eram desadequados e não refletiam os seu justo valor.

Mas vamos falar num caso concreto em que, pegando nas suas palavras, segundo as quais há sempre a garantia do património, das ações e do ativos, e as ações das grandes empresas são muito valiosas, houve um empréstimo de 180 milhões de euros para compra de ações, sobretudo do BCP, pela Investifino, de Manuel Fino.

Quando estudei esse *dossier* de crédito, li, num parecer da Direção de Gestão de Risco, que, além de se saber que Manuel Fino era, de facto, administrador da Cimpor, membro do Conselho Superior do BCP e que até tinha sido sócio de uma empresa que devia dinheiro à Caixa Geral de Depósitos, a informação sobre o grupo em si, o Grupo Manuel Fino, era escassa — não são palavras minhas — e que o montante do financiamento era excessivamente elevado para a aparente pouco expressiva, à época, dimensão e valia do Grupo, cujo único ativo eram ações da Cimpor e do BCP (e depois também teve como ativo ações da Soares da Costa), sem património imobiliário, sem atividade operacional relevante e sem que se

conhecesse o património do seu acionista. Este é um caso em que, isto digo eu, mesmo que se solicitasse um aval para este empréstimo de 180 milhões de euros, seria de muito pouca valia.

Gostaria de saber como explica uma operação destas à luz do tal dever de diligência que qualquer administrador deverá ter quando lê um *dossier* de crédito e esta informação, antes de dizer «sim, dou 180 milhões de euros» ou «não, não dou 180 milhões de euros».

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, vou ter alguma dificuldade em explicar esta operação, se a operação a que Sr.^a Deputada se está referir é a operação de crédito de 180 milhões de euros de julho de 2005.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Não! 2007!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Muito bem.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — A de 144 milhões foi para a compra de ações da Cimpor.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Exatamente. Sobre essa já consigo dizer-lhe.

Em 2005, a Investifino tinha ativos cotados na ordem dos 534 milhões e tinha, fundamentalmente, ao contrário do que é a crença das pessoas, ações da Cimpor no valor de 450 milhões e ações do BCP no valor de 74 milhões. Esta era a fotografia da Investifino em 2005. Tinha uma dívida à volta de 400 milhões e tinha, portanto, uma autonomia financeira de 21%.

Em 2006, este ativo passa a 755 milhões e a autonomia financeira — não vos vou massacrar com os outros números — mantém-se nos 21% e, em novembro de 2007, os ativos cotados eram 1262 milhões, dos quais quase 900 milhões eram Cimpor e BCP eram 128 milhões, e, depois, havia 200 milhões na Soares da Costa. A autonomia financeira tinha passado a 35%.

Se quisermos, efetivamente, raciocinar, posso dizer que esta operação a que a Sr.^a Deputada se refere teve uma taxa de garantia de 120%, como viu no Risco. Mas, se quisermos olhar para esta situação e para estes números, eram números normais, aceitáveis para concessão deste crédito.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Então, se assim é, porque é que deu tanto prejuízo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputada, eu não consegui, pelo contrário, fazer valimento da minha tese e, efetivamente, não levei em linha de conta outros fatores e a minha tese voltou-se contra mim. Verdadeiramente, aquilo em que eu acredito a maioria dos presentes não acredita: houve factos inesperados, factos imprevisíveis, factos que nem o Risco conseguiria prever e esses factos levaram a um descalabro das empresas portuguesas, financeiras e não financeiras, e, sobretudo, as cotadas.

Deixe-me citar de cabeça — embora possa cometer erros, aliás, já tiveram a bondade de me alertar no sentido de ter cuidado com o que digo, dado que, efetivamente, estamos numa Comissão que funciona como se fosse, digamos, um tribunal, com poderes idênticos — o seguinte: sem querer mentir, o PSI-20, em 2008, caiu 50%.

Portanto, de um momento para o outro, desapareceu, acabou. E isto ninguém foi capaz de prever — e repito o que já disse, peço imensa desculpa — nem em Portugal, nem no estrangeiro.

Se tiver a paciência — já não tem, porque, enfim, já bem basta o que basta — de ler esta papelada toda que eu entreguei, se tiver a paciência de ver as citações todas que pus no fim da minha apresentação, verá que é espantoso perceber como, de três em três meses, ou de dois em dois meses, a Goldman Sachs — podemos achar tudo o que quisermos da Goldman Sachs e não sei se as nossas opiniões são diferentes ou são iguais — passa de dizer, em 2008, «achamos que isto vai continuar ótimo» a dizer «ai, a crise financeira está a devastar a América». Dir-me-ão: «Ah, é a Goldman Sachs!». Não! Para efeitos de previsão económica, era, enfim, das coisas boas que havia. Hoje, já nem sei.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Portanto, a culpa é da crise financeira de 2008. Então, vamos para uma empresa...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Desculpe interrompê-la.

Não, não só. Também houve, efetivamente — e eu não nego isso —, digamos, erros feitos. Eu não gostava de negar que houve erros.

Aquilo que peço é que se entenda que é um período de euforia, um período em que tudo está a correr bem, e, de um momento para o outro, o mundo desapareceu. Agora, se podíamos ter sido mais cautelosos? Se calhar, podíamos. Portanto, não gostava de dizer «isto foi só a crise». Isso não!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Então, refiro-me agora a uma empresa estrangeira, a La Seda.

Disse aqui que a La Seda era uma empresa extremamente sólida e que havia muitos estudos sobre ela. Eu não conheço os estudos que estiveram na base das decisões, que foram duas, de entrada da Caixa diretamente no capital social da La Seda. Mas conheço as análises que estão subjacentes ao crédito que foi concedido de 115 milhões de euros a uma empresa criada para o efeito, pelo Grupo Imatosgil, para comprar ações da La Seda — isto na operação de aumento de capital que já aqui referiu, que penso que tenha sido a mesma em que a Caixa Geral de Depósitos, depois, reforça a sua posição social para 7,3% —, em que o único ativo que essa empresa recém-criada tinha, como garantia, eram ações que iria supostamente adquirir, não se sabe a que valor, porque ainda ia haver a operação de aumento de capital da La Seda.

Quando leio as análises subjacentes a este negócio, vejo muitas notícias de jornal sobre a estratégia expansionista da La Seda. Mas há uma coisa que sei: a La Seda esteve praticamente falida, esteve com as suas ações suspensas na Bolsa de Madrid, esteve num processo de reestruturação naquilo a que se chama de «fuga para a frente», com um endividamento muito elevado e, devido aos anúncios de grandes aquisições que estava a fazer por aí fora de grandes fábricas, se já estava sobreendividada, ainda se ia endividar muito mais para poder adquirir todos esses ativos. Foi o que aconteceu e que levou à sua falência e, entretanto, desapareceu.

A Direção de Gestão Risco considerou, dados estes fatores todos, que a operação era de risco muito elevado, sobretudo porque o único ativo que esta nova empresa do grupo Imatosgil já tinha eram ações também da La Seda, que, ainda por cima, estavam oneradas a outro banco, porque não tinha contas certificadas, porque os seus ativos não podiam ser avaliados e a verdade é que, mesmo assim, o crédito foi concedido.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe para concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — A verdade — é um facto — é que, pouco tempo depois, a Caixa estava a decidir o vencimento antecipado deste crédito e, passado um ano, estava a executar a garantia e a vender as ações da La Seda por uns míseros 8 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, há aí alguns factos que não sei se estão dentro ou fora do contexto da linha do tempo.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — É toda a linha do tempo. Posso-lhe dar datas, se quiser!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Também eu.

Em relação ao que estamos a falar, ou seja, ao crédito dado àquilo que era a Selenis, SGPS, SA...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Criada para este efeito em 2006, só para ir ao aumento de capital!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Exatamente.

É um caso curioso — curioso neste sentido, não tem graça nenhuma, como é evidente — em que, efetivamente, a taxa de cobertura era de 135%.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Porquê?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Espere, espere.

Repare, quando digo isso é só para dizer que discutirmos se a taxa de cobertura é 120%, ou 115%, ou 125%, aqui, neste caso...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Nunca falei da taxa de cobertura por uma razão muito simples...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Espere...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Nunca falei da taxa de cobertura por uma razão muito simples: depende de como se avaliam os ativos! Se são mal avaliados ou se são sobreavaliados! A mim nunca me ouviu falar de taxa de cobertura!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Eu sei, eu sei que não ouvi. Mas não pude deixar de dizer que tínhamos uma taxa de cobertura de 135% que não tem...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Para mim, é irrelevante neste caso!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Eu sei, eu sei.

E tinha como garantia, obviamente, as ações da La Seda. Tinha efetivamente, depois, cuidados de verificação quinzenal, digamos, do valor...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sempre a pique!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Está bem, mas pode cortar.

Tinha, depois, as clássicas — isto era, penso eu, uma operação do Banco de Investimento — cláusulas da banca de investimento e do *project finance*, que são o *pari passu*, o *cross default*, o *ownership*, uma conta reserva para fazer face ao serviço da dívida, de 12 milhões... Tudo!

Como é que lhe hei de dizer? É das operações com mais garantias e é das operações...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Mas de prejuízo quase instantâneo! Um ano depois!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — ... que correram francamente mal!

O Sr. **Presidente**: — A segunda intervenção é do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira, ainda não está claro para nós porque é que no caso de Vale do Lobo aceitou financiar um negócio em que os acionistas privados entram com 6 milhões de 230. A Caixa está a fazer um negócio de promoção imobiliária. Volto a perguntar: porque é que a Caixa resolveu fazer este negócio de promoção imobiliária?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, penso que a resposta não andarão longe daquilo que lhe disse há pouco.

Digamos, claramente, que a Caixa achou, quando pensou nestas alternativas destes investimentos feitos juntamente com clientes, que havia a possibilidade de aumentar os seus lucros e os seus resultados. Se éramos capazes de avaliar o projeto para dar crédito e se ele nos parecia suficientemente sólido, então, poderíamos ter um delta de resultados.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Porque é que não entrou sozinha?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não faço a menor ideia, mas não estou a ver a Caixa... Nunca veria a Caixa, pessoalmente, com a maioria do capital. Via a Caixa a aliar-se, a cooperar com pessoas que tivessem *know-how*, mas não via a Caixa a entrar a 100%.

Neste caso, e a Sr.^a Deputada sabe disso tão bem como eu sei, a Caixa acabou a ter 100% de tudo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Porque é que não pediu uma garantia pessoal dos investidores que estavam em minoria no capital?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Se me recordo, havia uma hipoteca qualquer sobre o património de um deles, mas não lhe garanto que esta minha resposta esteja completamente certa.

A Sr.^a Deputada tem o condão de me fazer folhear mais vezes este *dossier* do que... Enfim, espero que, depois, os outros Srs. Deputados não se sentiam desafiados a isso!...

Dê-me só 1 minuto, Sr.^a Deputada.

Pausa.

A nota que tenho sobre a primeira concessão de crédito, a tal que era falada aqui há pouco, diz «acomodadas as sugestões da Direção de Gestão de Risco com ajustamentos nas alíneas 3) e 6)».

Deixe-me dizer-lhe que não consegui encontrar na ata as alíneas 3) e 6). Ou, então, acho que as alíneas 3) e 6) não fazem este sentido.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, queria prosseguir com as questões. Creio que o Sr. Doutor já respondeu à sua pergunta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, estava a tentar encontrar, enquanto esperava pela resposta...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Então, enquanto a Sr.^a Deputada procura, talvez eu possa aproveitar o tempo, porque, há bocado, não fui claro numa matéria que tinha a ver com as torres do Colombo. Lá voltamos à questão das célebres torres do Colombo!

A Sonae Sierra e o ING venderam 50% das torres do Colombo — 25% à Iberdrola e 25% à Caixa Geral de Depósitos — por 12 milhões de euros. A torre ocidental foi, depois, vendida, no verão de 2015, por 80 milhões a um *trust* de Singapura e a torre oriental foi vendida a um fundo imobiliário alemão também por 80 milhões.

Portanto, esta operação tem — já agora, para contrabalançar com as outras — um investimento da Caixa Geral de Depósitos de 6 milhões, em parceria com a Iberdrola, e um ganho para a Caixa de 40 milhões, ou seja de 6 para 40. Não contrabalança muito das outras perdas, mas eu, há pouco, não tinha sido capaz, porque não tinha aberto a página onde isto está, de citar como devia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A informação que tenho é a de que não havia aval pessoal e que, aliás, a Caixa aceitou uma diminuição de entrada do capital de cerca de 20 ou 30 milhões para, e adoto aqui o adjetivo já usado, uns míseros 6 milhões, pelo que continuo sem perceber porque é que a Caixa aceitou este negócio.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, o negócio, o crédito a Vale do Lobo tem, como lhe disse, há pouco, problemas ou questões e começou acomodando muitas das sugestões da Direção de

Gestão de Risco, mas acabou, sejamos claros, com a Caixa a ter a totalidade dos capital e do crédito de Vale do Lobo. Acabou! Se calhar... Não sei se começou bem, mas estamos os dois de acordo que não acabou bem.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A diferença é que um de nós não assinou o contrato, nem a decisão do crédito a Vale do Lobo, e, portanto, continuo sem saber porque é que ele foi assinado.

Há pouco, o Sr. Doutor conseguiu atirar a responsabilidade do crédito de Joe Berardo para um diretor...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Eu?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi bastante óbvio!

Agora, fico sem saber quem é defendeu este crédito.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, respondendo à primeira parte da sua pergunta, então dos dois desconfio que não foi a Sr.^a Deputada que concedeu o crédito, mas deixe-me dizer-lhe que se há coisa que eu não faço é atirar para um diretor a responsabilidade de nada!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi o que fez!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, não o fiz! Se fiz, peço imensa desculpa... Aquilo que estávamos a discutir há bocado era quem é que tinha feito a proposta para a Metalgest ou para a Fundação Berardo. Certo?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Quem tinha defendido!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ah, quem tinha defendido!

Aquilo que eu disse foi: «Não sei quem é que defendeu, sei quem é que propôs». É tão simples como isso! A Sr.^a Deputada tem — e desculpe estar ao lado da sua pergunta — os documentos todos e, se for aos documentos da Metalgest, e, repito, tem os documentos todos!, verá que começam todos com um parecer da área comercial.

A Sr.^a Deputada far-me-á o favor de ver em que papel é que está impresso... Fui eu que disse, há bocado, que não era capaz de reconhecer as assinaturas e não fui capaz de reconhecer a assinatura do diretor; agora, quando se recebe um papel, quando o diretor... Pergunte-me: «O diretor estava presente?» Não sou capaz de lhe garantir que ele estava presente. Quando recebo um papel timbrado da Direção de Grandes Empresas, não sei quem é que defende, mas tenho de deduzir que quem propôs foi, rigorosamente, a Direção de Grandes Empresas.

Bom, pode haver uma diferença semântica entre defender e propor? Se calhar, pode. Agora, eu não sei quem defendeu, mas sei quem propôs. Disso não tenho dúvidas!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Acontece que, no caso de Vale do Lobo, a Direção de Empresas Sul já admitiu que foi Armando Vara a negociar este crédito. Por isso é que eu quero saber se foi Armando Vara o responsável pela degradação de condições que levou a que este crédito ruinoso tivesse sido aprovado.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, já respondi há pouco, não sei se foi a si ou se foi a um colega seu, que, a ter-se verificado o comportamento que o Dr. Alexandre Santos aqui referiu, eu não achava bem! Já não posso pôr isto mais por extenso...! Não achava bem! Já o

disse! Se calhar, no meio de outras coisas que não deveria ter dito, como diria o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas achou bem a operação? Ou não achou bem a operação?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Achei bem, porque, caso contrário, não a tinha aprovado. Se é essa a pergunta... Não pode haver nenhuma operação que tenha a assinatura de uma pessoa que está presente e, a menos que essa pessoa tenha dito que não concorda, então, essa pessoa aprovou. Está aprovado!

Pergunta-me: «O Dr. Armando Vara é o responsável pela degradação da situação?». O Dr. Armando Vara — e citei-lhe há pouco uma ata do Conselho — era o responsável, nomeado em Conselho, para acompanhar este tema. É responsável? Garanto-lhe que essa não sei!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Essa?!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Essa não sei! Que a operação foi aprovada por mim e por mais três ou quatro colegas, isso sim!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse-nos, há pouco, que a Metalgest não era um negócio arriscado, como nenhum destes aparentemente, porque tinha muitas participadas, tinha muitas empresas, de moagem, hotéis e por aí adiante.

Gostaria de saber quais eram as contas dessas participadas. Qual foi a análise financeira feita a essas participadas?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, num dos casos e penso que não se tratará desse caso da Metalgest, mas do caso ao lado...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A esse vamos a seguir! Agora concentremo-nos neste!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Está bem!

Perguntou-me quais eram as contas de cada uma dessas entidades...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, na medida em que deu como garantia que a Metalgest tinha muitas participadas, eu não sei se estavam todas falidas ou não, mas presumo que a Caixa, para emprestar 50 milhões com rácio de 100%, soubesse a situação financeira das participadas que, como garantiu aqui, era um aval possível, ou uma segurança possível...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, não tenho nenhuma informação sobre cada uma dessas empresas, tenho aquilo que está escrito na proposta comercial, a qual a Sr.^a Deputada também tem e que diz mais ou menos isto: «O grupo deve ser analisado de uma forma global, sendo que os seus ativos vão muito para além das participações financeiras existentes. É a empresa do grupo que tem as participações. A empresa detém os melhores níveis de rentabilidade do grupo pelo facto de concentrar a atividade de aquisição de participações financeiras, empresas... Tem um decréscimo como empresa da rentabilidade de 25%, em 2002, e tem uma autonomia financeira de 54%».

Sr.^a Deputada, se eu visse — hoje é diferente —, efetivamente, uma autonomia financeira de 54%, isso, a mim, dava-me conforto. E deixe-me ainda dizer-lhe que o parecer da Direção de Gestão de Risco começava por

dizer: «Não existe atualmente nenhuma exposição direta a essa empresa, contudo, a ligação dessa empresa ao senhor X, o qual tem vindo a obter resultados aceitáveis nos seus investimentos, a aparente valia financeira da empresa a aportar pelas contas de 2005, onde o capital próprio ascende a 217 milhões (...).» E, depois, vinham as condições.

Verdadeiramente, penso que uma das condições que foi obtida...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Peço desculpa por interromper. Peço que leia esse primeiro ponto na íntegra, por favor.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Se eu o tiver, Sr.^a Deputada. Qual deles?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que diz «historicamente tem vindo a obter mais-valias aceitáveis...». Eu pedia-lhe que lesse o que está entre...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — «Nos seus investimentos bolsistas».

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E antes?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Aquilo que eu tenho diz: «A ligação da empresa ao senhor X, o qual tem vindo a obter resultados aceitáveis nos seus investimentos bolsistas (...).» Depois, logo a seguir diz «a aparente...»... É que a Sr.^a Deputada terá o documento e eu tenho apenas umas notas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ah, é que esqueceu-se de transcrever que a DGR dizia: «(...) o qual historicamente tem vindo, segundo informação reconhecida na comunicação, a obter resultados aceitáveis».

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não! Isso aí, peço-lhe desculpa, não transcrevi, mas não tenho nenhuma dúvida de que esteja aí. É a diferença entre um de nós ter isso ou não.

Agora, deixe-me dizer-lhe que tem...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas tinha!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Tinha? Se tem aí o documento, tinha... Mas era esse bocadinho que queria que eu dissesse? Estou perdido!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quero perceber porque é que emprestou 50 milhões a uma empresa com rácio de 100%. Disse-me que a empresa tinha participadas que lhe davam segurança e eu estou a perguntar-lhe quais as contas das participadas. Disse-me que não sabe quais são as contas das participadas e disse-me também que a empresa tinha resultados operacionais e eu pergunto-lhe quais eram os resultados operacionais da Metalgest ou de quanto eram.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Vou dizer-lhe o que tenho nas minhas notas. Sobre ativos financeiros, tenho um resultado líquido de 2005 de 3 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Também tem, certamente, informação que lhe diz que esse resultado líquido de 3 milhões foi devido a resultados extraordinários pela venda extraordinária de uma participação à Teixeira Duarte?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — É verdade.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem informação que lhe diz que os resultados operacionais eram negativos, ou seja, a empresa só tinha resultados do rendimento de participações financeiras?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, vamos lá ver, neste momento, não consigo dizer-lhe, como é óbvio, quais são as contas de todas as participadas que aqui estão. Mas a Sr.^a Deputada vai ver...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não se sinta mal. Não consegue porque elas não existem, não estavam no parecer.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Está bem. Se me diz que não estavam no parecer da direção, nem da área de empresas, nem da área de risco... Não estavam nos pareceres! O que estava nos pareceres foi aquilo que lhe disse: quais eram os ativos, qual era a situação líquida, qual era a autonomia financeira. Era, efetivamente, o que estava nos pareceres. Essas foram as notas que tirei do que estava nos pareceres.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me fazer-lhe uma pergunta: se, de um momento para o outro, a empresa se endividar em mais 200 milhões de euros, o que acontece à tal autonomia financeira em que se está a basear?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — É uma pergunta à qual não é difícil responder-lhe. Nessa situação, digamos que a autonomia financeira diminuía, obviamente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Fico sem perceber quais eram as garantias da Metalgest, para além dos 100% das ações.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputada, volto a insistir: teriam de ser todas aquelas que, de acordo com o direito das obrigações, respondem perante um credor. E deixe-me dizer-lhe que tanto existiam que, em 2008, uma destas entidades, mais propriamente a Bragatel, foi vendida e a dívida foi diminuída em 20 milhões e, portanto, alguém... E foi vendida por mais de 20 milhões, foi diminuída a dívida à Caixa em 20 milhões. Portanto, não são propriamente empresas, digamos, no papel, não podem ser, a menos que a Bragatel fosse a única empresa que não fosse de papel.

Agora, deixe-me continuar. Relativamente a muitas outras — e volto a dizer-lhe — não sei as contas pela razão que a Sr.^a Deputada diz, e muito bem, porque não estão no parecer. Não sei as contas das participadas. Sei efetivamente por quanto é que foi vendida, por exemplo, a participação na Sogrape. Julgo que tenho uma ideia, mas não tenho a certeza suficiente para falar. Chama-se Bernardino Carmo & Filho, que é a Sogrape, e da qual a Metalgest tinha. Quanto é que valem esses 33%? Provavelmente não valem nada porque é uma posição minoritária, dir-me-á a Sr.^a Deputada, mas alguma coisa valeu.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu não lhe digo nada, o que lhe digo é que deu um crédito sem saber o que valia e isso também tem valor quando estamos a avaliar decisões de gestão.

Queria falar também sobre o crédito de 350 milhões a Joe Berardo, em que a Direção de Gestão de Risco diz claramente que queria um rácio de 1,2, o que não aconteceu; um aval pessoal, que também não aconteceu; e queria uma aprovação prévia das ações a comprar para evitar... Imagine só o que a Direção de Risco queria evitar: posições significativas no capital de outras empresas que depois fossem difíceis de desfazer sem pôr em causa a sustentabilidade das próprias empresas e queria evitar comprar ações ou que se dessem como penhor ações com grande volatilidade ou relativamente às quais a Caixa tivesse um conflito de interesses. Acontece que estes 350 milhões não foram usados na totalidade, foram inteiramente dados como penhor ações do BCP que não cumprem nenhum, mas mesmo nenhum, destes critérios.

E por isso eu volto a perguntar-lhe qual foi o conforto que teve para dar este crédito a Joe Berardo.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, em primeiro lugar, como sabe, esse crédito não é de 350 milhões, estamos a falar de uma conta-corrente que foi usada em 250 ou 260 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foram aprovados 350 milhões. Se o Berardo não quis usar o resto...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Até 350 milhões!

Deixe-me dizer-lhe o seguinte: a preocupação relativamente ao aval... Permita-me que seja eu agora a ler na íntegra, porque estas minhas notas, em vez de estarem à mão, estão datilografadas.

Diz a Direção de Gestão de Risco: «Somos levados a concluir que, face às características da operação em análise, de um ponto de vista de raiz, seria aconselhável o aval de...» — fulano — «... como conforto adicional.

Contudo, atendendo às contas da entidade, admitir-se-ia a substituição do mesmo pela introdução de uma cláusula que permita acautelar a valia financeira dessa mesma entidade, sugerindo nós a fixação de uma autonomia financeira de 25%, após eventuais correções resultantes da certificação legal de contas».

Deixe-me dizer-lhe que a entidade apresentou demonstrações financeiras com a respetiva certificação legal, emitida pelo auditor e pelo ROC, e daí esse aval não ter sido pedido. E obteve-se, efetivamente, uma autonomia financeira mínima de 20% nesta matéria. Aliás, relativamente aos 120% de que me fala, quando se concretizou a operação de crédito, embora contratualmente o mínimo fosse 105%, o rácio de cobertura no momento em que se concretizou a operação era de 116%. Mas, como eu há pouco aqui disse, as percentagens, às vezes, não querem dizer tudo.

Relativamente à outra preocupação, digamos que a preocupação da Direção de Gestão de Risco não era tanto ser o título *A* ou *B* ou *C*, era serem títulos transacionáveis e era, sobretudo, serem títulos num montante — e isto é expresso várias vezes — que não levasse ao lançamento de nenhuma OPA.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quanto a conflitos de interesses com a Caixa Geral de Depósitos...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Nunca vi. O problema é meu, com certeza, mas nunca vi nenhuma referência a conflitos de interesses com o Grupo Caixa Geral de Depósito. Mas devem existir, para a Sr.^a Deputada estar a citar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A preocupação da DGR com os conflitos de interesses está logo abaixo da preocupação com a necessidade de não lançar OPA.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Peço imensa desculpa, mas agora não percebi.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No parecer sobre o risco, a DGR manifesta preocupação com a necessidade de lançamento de uma OPA, mas também com eventuais conflitos de interesses para o Grupo Caixa Geral de Depósitos com o facto de os títulos poderem ter elevada volatilidade e com a possibilidade de ser uma grande participação numa empresa que colocasse em causa a venda das ações caso o penhor fosse executado. Esta era a preocupação da DGR e era por isso que a DGR queria poder aprovar previamente os títulos a dar como garantia, coisa que não aconteceu.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Hei de ler essa última nota, mas aquilo que se alterou foi o seguinte: a primeira proposta da DGR era aprovar a aquisição, a segunda maneira como ficou foi uma lista de títulos que era aceitável serem adquiridos. E a DGR, repito-lhe, tinha toda a possibilidade de saber quais eram, dado que os títulos estavam depositados na CGD.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse-nos hoje que a reunião do dia 21 de dezembro no Banco de Portugal serviu para serem informados de que havia dois administradores que não podiam integrar a lista do BCP. Na última Comissão de Inquérito disse que a mesma reunião não tinha servido

para analisar listas do BCP. Gostaria de confirmar consigo qual a versão que quer tornar definitiva.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Eu acho que nenhuma delas contradiz a anterior.

Peço-lhe imensa desculpa, mas aquilo que eu disse hoje não contradiz a anterior. O que lhe disse é que houve uma reunião — e disse na reunião anterior da primeira Comissão de Inquérito e estou a dizer hoje — no Banco de Portugal, com estas pessoas presentes, em que o Governador do Banco de Portugal da época comunicou que não aceitava duas pessoas da lista que lhe tinha sido apresentada. E tive o cuidado de dizer que, no dia 4 de dezembro, o Dr. Filipe Pinhal a um comunicado do BCP sobre isso anunciou que ia apresentar uma lista da sua responsabilidade. Anunciou isso, comunicou qual era a lista e de certeza que a mandou para o Banco de Portugal.

No dia 22, o Governador da altura chamou os principais acionistas e disse que não aceitava dois dos administradores constantes dessa lista. Não disse mais nada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Só achei estranho que da última vez que foi perguntado relativamente à presença do Dr. Filipe Pinhal nessa reunião e o que foi dito sobre ele e a resposta que deu — e cito-o — foi: «A reunião não se destinava a analisar a lista do Dr. Pinhal, destinava-se, efetivamente, a que o Sr. Governador do Banco de Portugal comunicasse aos principais acionistas as considerações que achava por bem comunicar», o que... Aliás, tiro-lhe o chapéu pela precisão da resposta que nos deu da última vez.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não. Sr.^a Deputada deixe-me dizer-lhe — e não quero incorrer aqui num erro como, ao que parece, incorri há bocado, e vou ficar a pensar nele, mas enfim — que o Dr. Filipe Pinhal não esteve na reunião do dia 21 de dezembro no Banco de Portugal...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que estou a dizer é que nos disse aqui, há pouco, que foi nessa reunião que o Governador lhe comunicou a si e aos restantes acionistas que o Dr. Filipe Pinhal já não ia fazer parte de nenhuma lista porque já não tinha idoneidade para tal.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, aquilo que lhe disse e repito é que nessa reunião o Sr. Governador do Banco de Portugal comunicou aos principais acionistas do BCP — e não estava presente nenhum acionista estrangeiro — que havia dois membros da lista que tinha sido apresentada pelo Dr. Filipe Pinhal que o Banco de Portugal não aceitava.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, está a confirmar exatamente aquilo que eu lhe disse. Nesta versão diz que lhe foi comunicado que não aceitavam dois membros, na anterior versão disse-nos que não queria falar, que a reunião não tinha servido para falar sobre listas, quando foi perguntado pelo Deputado João Almeida se a reunião tinha servido para falar da lista do Dr. Filipe Pinhal. A contradição ainda existe. Peço desculpa, mas ela não é minha.

Terminar colocando algumas perguntas, que são muito breves e muito concretas.

No dia 22 de dezembro, houve uma reunião na EDP com vários acionistas do BCP, na qual foi decidida a presidência do BCP. Queria saber

quem o convocou para essa reunião, em que qualidade foi convocado, quem estava nessa reunião, quem propôs o seu nome para essa reunião, quando soube que ia ser proposto, se foi no meio da reunião que foi confrontado com o facto de poder vir a ser o novo presidente do BCP. Estavam todos sentados à mesa e pensaram: «Olha, porque não o Presidente da Caixa?»...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de concluir. Já usou da palavra durante 6 minutos e 20 segundos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Termino já, Sr. Presidente.

Gostaria de saber com quem mais contactou até à sua nomeação final para o BCP.

E gostaria ainda de terminar com uma pergunta breve. Na lista dos acionistas que o propõem a si e à sua lista ao BCP, há vários clientes da Caixa — vários! Não sei se os financiamentos serviam para comprar ações ou não, pois não temos dados para o saber, mas estou confiante de que nos vai dar essa informação.

Há duas *holdings*, a Pluvia Holdings e a Jedburg, que não sabemos o que são, pois foram constituídas mas desapareceram depois da nomeação para a assembleia geral. Não há nenhuma referência sobre elas na *internet*. Portanto, gostaria de saber quem são estas duas *holdings*.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Começo pelo fim porque é a parte menos agradável.

Quando, nestes últimos dias, alinhei algumas ideias sobre esta matéria, também olhei para essas duas *holdings* e, para lhe ser franco, não me lembrava quem eram.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não se lembrou?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, porque também não encontrei nenhuma referência a estas coisas. Não sei. E deixe-me dizer-lhe isto com toda a ressalva possível e imaginária, toda, porque posso estar a cometer um erro. Seriam *holdings* da esfera do Dr. João Rendeiro? Não faço a menor ideia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que eu saiba, o Dr. João Rendeiro não concordou com a sua nomeação.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não concordou?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Acho que não. Mas, pelo menos, foi o que...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ou então, se calhar, são outras.

Há dois ou três dias andei exatamente à procura dessas duas entidades. Aliás, dei ao Sr. Presidente a convocatória da assembleia geral — e está à vossa disposição a partir do momento em que a entregue, como é evidente, nem poderia ser de outra maneira —, onde penso que vem...

Ah, não, estava a dizer que esta não tinha as assinaturas, mas acho que consigo encontrar uma, e virei cá entregar, com as assinaturas de cada uma destas entidades e talvez pelas assinaturas seja possível chegar lá.

Isto para responder à última parte do que me perguntou.

Quanto à primeira parte do que me perguntou, calculo hoje que tenha sido convocado para essa reunião pelo Dr. António Mexia, porque a reunião foi na EDP, no Marquês de Pombal, portanto admito que tenha sido

convocado pelo Dr. António Mexia. Lembro-me bem do sítio, porque foi num sábado e havia o problema de saber onde se parava.

As pessoas que estavam presentes foram as que eu disse há pouco: estava o Dr. António Mexia, em representação da EDP; estava eu, e só entendo ter sido convocado por estar em representação da Caixa, que era acionista do BCP, como a Sr.^a Deputada sabe; estava o Sr. Manuel Fino e o filho, penso que em representação da Investifino; estava o Sr. Bernardo Moniz da Maia, em representação da Sogema — e peço desculpa de estar a repetir o que disse...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Todos clientes da Caixa!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — O Bernardo Moniz da Maia não sei se é da Caixa, isso não sei, mas se a Sr.^a Deputada procurar há de ser de outros sítios. Não sei, se é da Caixa eu não sei. E, que eu saiba — desculpe-me, se calhar já estou a pisar o risco —, sem financiamento de ações.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não sei!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Já somos dois. Até que enfim!

Mas estava o Comendador Berardo e estava também o Dr. Fernando Ulrich, em representação do BPI, e estaria alguém em representação do Dr. Stanley Ho, provavelmente o Dr. Ferro Ribeiro. Ah, e muito provavelmente estava o Pedro Teixeira Duarte.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem propôs?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Há bocado, eu disse isso, tentei dizer isso. Quando a reunião começou, como deve calcular — tenho medo de ser mal interpretado, mas foi uma reunião de egos —, quando se começou a discutir quem, efetivamente, poderia encabeçar uma lista para se candidatar ao BCP, não me pergunte quem é que avançou com o meu nome, mas ele avançou e, a partir do momento em que ele avançou — eu já disse isso e já tive aqui opiniões diferentes, na primeira comissão de inquérito —, eu, efetivamente, saí da sala e fui para o gabinete do Dr. António Mexia, onde passei não sei quanto tempo. Quando o Dr. António Mexia voltou, disse-me: «Importas-te de voltar à sala?». E o que me disseram foi o seguinte: «Nós, depois de conversarmos, gostaríamos que encabeçasse a lista de candidatura ao BCP».

Como deve calcular, isto teve lugar a resposta e a troca de impressões. E o que eu disse foi «acho encantadora essa vossa ideia, mas, efetivamente, eu tenho algumas pessoas com quem tenho de falar. Bom, para começar, tenho de falar em casa com a minha mulher e a minha família, lamento, mas é um hábito velho que eu tenho, e, depois, acho todas as pessoas aqui presentes excelentes, mas tenho de falar para além do BPI», que, na altura era o maior acionista, «tenho de falar com o Eureka», que era tradicionalmente o grande acionista do BCP, «tenho de falar com a Sonangol», que na altura tinha 5% ou coisa assim, «e tenho de falar com o Banco Sabadell», que tinha outros 5%. E nesses dias seguintes foi isso que eu fiz, falar com essas três entidades — quatro! Estava a esquecer-me da família, o que é complicado!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

É agora a vez do CDS-PP.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, continuaria pegando nessa lista de entidades com quem tinha de falar. Não tinha também de falar com o acionista da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, os meus respetos.

Efetivamente, não falei com o acionista da Caixa Geral de Depósitos antes de ter apresentado a minha renúncia. Quando decidi que me candidatava, obviamente que falei com o acionista — terão oportunidade de perguntar isso ao Prof. Teixeira dos Santos, com certeza, se quiserem — e disse-lhe que «a partir do momento em que se tenha esta conversa, não se fica».

Quando se vai a um acionista e se diz «eu pensei ir embora», não se fica, diga ele o que disser. Nessa altura a gente sai. Portanto, falei com ele e, a seguir, peguei na caneta e escrevi ao Dr. Paz Ferreira — que, enfim, parece que tenho de ver quantos alertas é que ele me mandou, coisa que farei esta noite, fomos os dois assistentes há 40 anos, juntos, portanto, vou dizer: «você manda alertas e eu não sei» e tal?... Mas esse é um problema meu, quando isto acabar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Infelizmente, é também um problema nosso. Não é?!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, não, mas, Sr.^a Deputada, tenho todo o gosto em dar-lhe conta desta conversa.

Bom, portanto, demiti-me, apresentei a renúncia e o Dr. Paz Ferreira, no mesmo dia, fez seguir a carta para o Ministério das Finanças e eu entrei de férias no dia seguinte. No dia 27, ainda estive na Caixa a escrever estas cartas.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Recapitulando: estava a descrever uma reunião e disse que, quando o seu nome avançou, saiu da sala. Vou insistir e vou ter de perguntar-lhe quem é que avançou com o seu nome.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, peço-lhe imensa desculpa, mas neste ou noutro ambiente a Sr.^a Deputada já participou em reuniões deste tipo, com certeza, e...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Acho que se o meu nome tivesse sido avançado para Presidente do Conselho de Administração do BCP me lembraria do nome da pessoa que o disse!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Peço-lhe imensa desculpa, mas, efetivamente, não me lembro, porque numa reunião deste tipo não há alguém que pede a palavra, levanta-se e diz: «Agora estou aqui e proponho fulano» — à inglesa, o *floor*, *I take the floor*, etc.. Não há. Isto era muito mais um *brainstorming* e, quando começaram a surgir nomes, e até nem sei se o meu foi o primeiro, não sei, não me lembro, mas sei que, quando vi o meu nome citado, disse: «Se não se importam, não me levem a mal, tenho ideias, mas, entretanto, saio da sala, como é evidente».

Já da última vez, deixe-me dizer-lhe isto, tivemos... Enfim, foi a parte que para mim foi mais... O Sr. Deputado foi *straight!*... Bom, não interessa! Sr.^a Deputada, peço desculpa pela interrupção. Diga, por favor.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estávamos a falar do *brainstorming* — gosto de ir passo a passo, porque, às vezes, a reconstituição dos acontecimentos também traz à cabeça as memórias — e

o Sr. Doutor disse que alguém, de quem não se lembra, falou no seu nome e que, nessa altura, decidiu sair da sala, foi para o gabinete de António Mexia e depois voltou.

A partir desse momento, nesse *brainstorming*, a pessoa que representava a Caixa, que era o Sr. Doutor, desapareceu. Certo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Desapareceu.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E em todo este processo a Caixa, enquanto acionista do... Desapareceu!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não estive nessa parte da conversa, com certeza, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não estive nem nesta conversa, nem nas conversas consigo, nem foi tida nem achada no processo, de maneira nenhuma. Só voltou a ser tida e achada aquando da sua nomeação para concordar com ela. Certo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Peço desculpa, não ouvi a pergunta.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A Caixa Geral de Depósitos, enquanto acionista, só voltou a aparecer em todo este processo na altura da sua nomeação propriamente dita. Certo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Nomeação?!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ou o que lhe queira chamar!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Naquele dia?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Naquele dia não, posteriormente, quando se fez a transição.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, não, a Caixa voltou a «aparecer», se quiser, quando eu decidi apresentar a minha renúncia ao Sr. Ministro das Finanças, no dia 27.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E nessa conversa que teve com o Sr. Ministro das Finanças não o questionou sobre qual deveria ser a posição da Caixa na assembleia geral que iria decidir a nova administração do BCP?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Eu seria completamente incapaz de o fazer. Só me faltava isso!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, mas percebe que a questão, neste contexto, é pertinente e que o Sr. Doutor se colocou neste contexto, não fomos nós quem o colocou.

Repare, está numa reunião de *brainstorming*, na qualidade de representante da Caixa, enquanto acionista do BCP. O seu nome surge. Pondera o assunto, fala com outros acionistas de referência e, depois de ponderar, depois de decidir, voltou a lembrar-se que era representante da Caixa e foi falar com o representante do acionista Caixa, com o Ministro das Finanças.

Bom, há de convir que é relevante para nós percebermos qual foi, afinal, o papel da Caixa Geral de Depósitos em todo este episódio, porque a

Caixa Geral de Depósitos aparece como acionista, aparece como financiadora dos acionistas e depois tem um Presidente do Conselho de Administração que passa da Caixa para o BCP. E nem sequer se lembra de quem é que se lembrou de o propor! Compreenda que esta é uma história um bocadinho difícil de acreditar!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ó Sr.^a Deputada, se, efetivamente, fosse uma história construída, garanto-lhe que teria os detalhes todos na ponta da língua e que seria capaz de ter uma história que a Sr.^a Deputada achasse que fazia todo o sentido.

Na verdade, tendo acontecido como aconteceu, é assim mesmo que aconteceu. Foi assim! Pode ser bem visto, mal visto, assim visto, mas que aconteceu assim, aconteceu!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não é uma questão de ser bem ou mal visto, mas compreenda que é uma série de coincidências um bocadinho estranha, todas na mesma história!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Com todo o respeito, a única coincidência que vejo, e já várias vezes foi citada à volta desta mesa, é a Caixa ter financiado a aquisição de participações financeiras do BCP e, a seguir, dois ou três dos seus administradores terem sido eleitos para o BCP.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, com certeza...!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Essa é a coincidência que gira à volta desta mesa e o que eu tentei explicar, e já percebi que sem sucesso, é que, efetivamente, as pessoas que tinham financiamento para terem participações financeiras no BCP eram, com certeza, estimáveis, mas essas

participações não levavam a lado algum. E tentei dizer isto de uma maneira o mais serena e elegante possível.

Esta semana, quando estive a recuperar alguns dos papéis que há bocado li, percebi uma das razões pelas quais, porventura, a lista que eu encabeçava fez 98% a favor e 2% a favor do Dr. Cadilhe e, a seguir, quer o Menezes Cordeiro — como eu disse, ganhou 45/55; o Prof. Menezes Cordeiro? Não sei quantos pessoas de Direito há aqui, mas o Prof. Menezes Cordeiro é o Prof. Menezes Cordeiro! — e o Comendador Berardo, juntamente com o Luís Champalimaud e o Prof. Pinto Barbosa, perdem as eleições para o Conselho de Remunerações.

Estava a ver as propostas e, efetivamente, a única diferença que encontro é que a proposta da minha lista é assinada, à cabeça, pelo Eureka e, logo a seguir, pela Teixeira Duarte, enquanto todas as outras propostas são assinadas pela Sonangol. Foi a única diferença que encontrei. Aqui para nós, visto agora, na altura nem reparei nisso, é uma diferença de peso. E, se quiser, de peso é o documento que entreguei há bocado ao Sr. Presidente, porque...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas a Sonangol também apoiou...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Claro, claro! Estamos a falar...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É uma questão de prioridade, de quem encabeçava a lista de subscritores. É isso?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — É só dizer que, provavelmente, 15% a 20% dos votos não estavam a subscrever a lista. Não

estavam a subscrever a lista para a mesa da assembleia geral, nem para o conselho de remunerações. A lista que subscrevi foi subscrita por toda a gente, Eureka... O que é que eu disse? A Teixeira Duarte...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Teixeira Duarte, Sonangol...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sonangol, Banco Sabadell, Stanley Ho... Toda a gente. Não, a Caixa não! A Caixa não subscreveu a minha lista.

Aliás, nunca perguntei ao Eng.^o Faria de Oliveira como é que a Caixa votaria, e deixe-me dizer-lhe que fiquei bastante surpreendido quando, na assembleia geral, vi a presença do BPI que era o maior acionista, digamos, do BCP, na sequência da OPA e da troca daquelas participações em que não houve troca, mas da compra de cada um a fazer participações.

O BPI esteve na assembleia geral. Pergunta-me: e votou em si? Não faço a menor ideia, mas o BPI tinha 8% ou 9%, não sei, o Dr. Cadilhe teve 2%. Abstenções praticamente não houve. Não sei em quem é que eles votaram.

São vários, são bocadinhos, portanto pode ter um bocadinho de um lado e outros bocadinhos noutra.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já agora, retomando o princípio desta audição, disse-nos que, quando o convidavam para alguma coisa, só perguntava o que é que queriam que fizesse. Nessa reunião, nesse *brainstorming* em que acabou por sair o seu nome, também lhe disseram o que é que queriam que fizesse?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada não, ninguém me disse o que queriam que eu fizesse.

Com todo o respeito que tenho pelas pessoas que estavam nessa reunião, não tinha tomado, sequer, a decisão de conversar, etc. Tomei a decisão de pensar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, para pensar, com certeza que lhe explicaram qual era o objetivo. Isto porque disse que isso era a conversa que lhe parecia adequada quando o convidavam para alguma coisa. Estou a pegar nas suas palavras!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — É verdade, Sr.^a Deputada. É verdade o que está a dizer, mas, para isso, era preciso que tivesse havido nessa reunião mais pessoas que não estavam lá.

Como lhe disse, não estava, tirando o representante do Dr. Stanley Ho, nenhum acionista estrangeiro. Estavam só acionistas qualificados, mas não estava nenhum acionista estrangeiro e os acionistas estrangeiros, naquele momento, no BCP, não sei, tirando aqueles dois fundos que não sei quais eram, representavam cerca de 20%.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos atribuir, então, à providência ou à coincidência.

Gostava de saber o seguinte: leu na sua exposição, sobre a Ordem de Serviço n.º 13/2003, voltando à Caixa, que compete ao Conselho de Crédito e Riscos autorizar a contratação de operações a prazo superior a 18 meses, sem a prévia constituição de garantias. Certo? Foi isto que nos disse?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — É aquilo que está na ordem de serviço.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É aquilo que está na ordem de serviço!

Essa ordem de serviço também diz que se deve ter em conta a prática da concorrência, o *rating* da empresa e o seu relacionamento comercial com o grupo da Caixa Geral de Depósitos. E mais diz, no ponto a seguir, que nas operações de prazo não superior a 18 meses, devem ser exigidas garantias reais ou pessoais e, quando não são exigidas, as mesmas deverão ser expressamente fundamentadas.

O que gostava de perceber é porque é que há uma exigência de fundamentação para operações de prazo inferior a 18 meses, mas não para as que têm prazo superior a 18 meses.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, espero ter hoje mais sucesso do que tive naquela reunião... É que tentei explicar isso, e mal; se tivesse explicado bem, a EY não o teria escrito. Mas tentei explicar isso mesmo.

O sistema de concessão de crédito era, na Caixa, naquele tempo, hoje não sei como é, cada vez mais... Quanto mais se subia na hierarquia, menos limitações havia.

Portanto, fazia todo o sentido que o Conselho de Crédito, sem ser o Alargado, dispensasse garantias que tivesse de justificar, não fazia sentido que o Conselho Alargado de Crédito, que era o máximo da Caixa, o tivesse de fazer. Pela mesma razão que, no escalão mais baixo, um diretor se tivesse um parecer negativo do Risco a operação chumbava, se esse diretor obtivesse uma assinatura do seu administrador, a assinatura dos dois, do diretor e do administrador, podia sobrepor-se a um parecer negativo do Risco.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Compreenda que esta ausência de fundamentação é o que leva, depois, a metade das perguntas que lhe foram feitas hoje nesta Comissão de Inquérito. Quando lhe perguntamos porque é que determinadas operações são aprovadas em condições diferentes das que a Direção de Gestão de Risco propunha, na realidade, não existe esta fundamentação, nem existe memória do que ela foi.

Repare que há bocado dizia que não sabia se a proposta tinha sido apresentada ou defendida, mas sabia de quem era o papel timbrado. Mas, nesta Comissão de Inquérito, aquilo que nos dizem os diretores, expressamente, e no caso em concreto desta proposta da Fundação Berardo foi um administrador que ordenou que apresentasse a proposta, e agora, outro administrador, o Presidente do Conselho de Administração, diz que esta era a proposta que vinha dos serviços.

Inexistindo a fundamentação, como é que vamos, algum dia, conseguir saber porque é que estas operações foram aprovadas?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, permita-me que lhe diga isto: estamos a falar de 2005, 2006 e 2007, pelo que nada disso é obviamente válido hoje.

Hoje, como sabe, a partir de 2008... Mas, antes de lhe dizer isso, essa era a prática de toda a banca, repito, de toda a banca. Não há um banco... Digo isto, mas há um banco que não sei como fazia, os outros sei, uns porque lá estive e outros porque perguntei.

Efetivamente, em muitos deles, o despacho ou é aprovado ou não aprovado. Não há mais! Era assim e tanto era assim que, a partir de uma certa altura, com normas do Banco de Portugal, se foi avançando para a necessidade de justificar as deliberações. Hoje, como a Sr.^a Deputada sabe, e bem, que é um outro mundo, até as atas do Conselho...

Se a Sr.^a Deputada for ver as atas do Conselho daquele tempo, verá que são todas assim. Eram assim naquele tempo. Foi deliberado... Vem a indicação de qual é a área e depois diz-se foi deliberado isto e isto, mas nem sequer diz quem é que propôs! A gente pressupõe que foi o diretor, o administrador...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Aparentemente, o secretário-geral não estava sequer nas reuniões. Portanto, se a pessoa que fazia a ata não estava nas reuniões, só pode saber o que constar do suporte documental, não é?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Mas deixe-me dizer-lhe que não era efetivamente o caso, naquele tempo. Hoje tanto é que as atas... E a grande diferença, se calhar, é muito maior, não sei, nas atas do Conselho de Administração do que é nas atas dos Conselhos de Crédito.

Hoje, como a Sr.^a Deputada sabe, é indispensável, em cada ata, em cada deliberação, dizer qual é a opinião de cada um dos presentes, como se pronunciaram, etc., e, no fim, obviamente, justificar. Mas, repito, foi sentida a necessidade, em 2008 ou 2009, não me pergunte, de haver uma norma do Banco de Portugal que impunha isto.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sei que os tempos são outros. Acho é que estas lições foram um bocadinho, para usar um eufemismo, foram bastante caras de interiorizar.

Repare numa coisa: como os outros bancos faziam, é um problema, sobretudo, dos acionistas dos outros bancos; passa a ser também um problema do Parlamento a partir do momento em que é preciso dinheiro público para lá pôr e, no caso da Caixa Geral de Depósitos, estamos a falar de um banco público.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É a última questão, Sr. Presidente.

Disse que a regra era a não fundamentação. Contudo, já foi aqui falado que no caso do Grupo Lena há uma fundamentação e também há outro cliente — é o cliente C009 — que também teve fundamentada a decisão no despacho. Gostava de saber porque é que neste caso ela foi fundamentada.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não sou capaz de lhe responder. E tenho hoje também, deixe-me dizer-lhe, imensa pena de que não haja fundamentação em cada um destes pontos, como deve calcular, porque, para vós, isto é trabalho pesado e sucedem-se reuniões e reuniões. Mas também calculará que, para as pessoas que vêm aqui prestar declarações, não é ligeiro.

Portanto, se me pergunta se gostaria que hoje houvesse fundamentação, adorava! Deixe-me dizer-lhe, porque isso me perturba, e depois calo-me: há bocado disse, mas volto a dizer, porque é um assunto que me aflige, relativamente ao caso das operações dessa pessoa e da entidade que referiu, aquilo que disse foi aquilo que vi. Fui de propósito à Caixa consultar o que podia consultar, depois de me terem dito, porque não vi, uma vez que o vídeo foi posto esta noite ou esta manhã. Não vi! Mas, hoje é terça-feira, fui ontem à Caixa para consultar esses dois processos, porque queria ver quem é que tinha proposto essas operações de que estamos a falar.

Respondi-lhe: «Não sei quem é que as defendeu». Mas sei que estavam propostas no papel de uma direção, porque isso fui lá ver. Mas fui

o primeiro a dizer que não sou capaz de dizer que a assinatura era do diretor...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o diretor disse que só as propôs porque recebeu uma ordem nesse sentido de um administrador e que, se não a tivesse recebido, não a tinha proposto.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, permita-me uma sugestão que há de ser possível: não sei em que momento mas pode perguntar qual foi o administrador que lhe deu essa ordem.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isso foi dito, foi o Dr. Maldonado Gonelha.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Pela sua intervenção toda, achava que era eu.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, não! Deixei claro que foi um administrador, não o Presidente do Conselho de Administração. Disse isso na primeira: ele disse quem foi o administrador e não que foi o Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, pronto, mas eu escusava de ter estado a sofrer estes 5 minutos!

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá, em nome do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, a maior parte das perguntas que lhe têm sido dirigidas têm sido sobre o risco, a gestão do risco, as práticas que existiam na Caixa Geral de Depósitos no período em que foi Presidente do Conselho de Administração.

A questão que lhe queria pôr é a seguinte: com base na sua experiência no sistema bancário, considera que as práticas de gestão de risco na Caixa Geral de Depósitos — naquele período, não agora — eram similares ou não às práticas de gestão de risco noutros bancos? Se não, eram melhores ou piores? Qual era o posicionamento da Caixa nesse *ranking*, digamos assim, da gestão de risco?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, só lhe posso responder comparando e vou inevitavelmente cometer injustiças que me hão de ser atiradas à cara. Mas só lhe posso responder comparando com o BES e com o BCP.

Não conheço o suficiente da prática de risco do Santander e não conheço o suficiente da prática de risco do BPI. Estou só a falar dos cinco bancos grandes, na altura...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — E como é que avalia relativamente ao BES e ao BCP?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Acho que a prática de gestão de risco da Caixa era diferente da prática de gestão do BES e do BCP. Permita-me que lhe diga que acho que a gestão de risco da Caixa era muito melhor do que a do BES e a do BCP.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Agradeço a resposta.

Agora queria colocar algumas questões relativamente ao acompanhamento pela tutela. A Caixa Geral de Depósitos era, e é, um banco público, com um acionista único, que é o Estado, sendo a tutela exercida pelo Ministério das Finanças, isto é, pelo Ministro das Finanças ou, por delegação, pelo Secretário de Estado das Finanças e do Tesouro.

Portanto, há aqui uma obrigação do Ministério das Finanças, em representação do acionista, que somos todos nós basicamente, de fazer o acompanhamento do que se passa na Caixa.

O Dr. Manuel Oliveira Rego, ex-revisor oficial de contas da Caixa, numa audição, já há várias semanas, disse que enviava relatórios à tutela, de três em três meses, e que nesses relatórios, às vezes, reportava, e cito, «indícios de coisas graves», mas que os Ministros das Finanças dos diferentes Governos não ouviam os seus reparos. As palavras podem não ter sido exatamente estas, mas o sentido era este: ele reportava coisas que até considerava graves e não tinha *feedback* por parte dos diferentes Ministros.

O senhor está noutra posição, porque se havia algum *feedback* por parte dos Ministros das Finanças dos diferentes Governos, no caso daquele período em que lá esteve, isto é, de 2005 a 2007, esse *feedback* seria dado ao Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho de Administração. Ora, queria perguntar-lhe qual era o grau de empenhamento dos Ministros das Finanças nesse período no acompanhamento do que se passava na Caixa, dos objetivos da Caixa, do grau de sucesso ou de insucesso com que esses objetivos eram atingidos e também relativamente aos problemas de créditos em incumprimento e àqueles problemas que o Dr. Manuel Oliveira Rego referiu aqui.

Como é que, do seu ponto de vista, como Presidente do Conselho de Administração, via a atuação do Governo? Pode relatar-nos como é que era

esse grau de empenhamento? Era profundo ou superficial? Poderá qualificar como quiser, obviamente.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, eu estava com vontade de dizer uma coisa, e vou dizê-la, mas prometa-me que não leva a mal. É que eu não aprecio os meus patrões. Os meus patrões apreciam-me, a mim, e eu até gosto de ser bem apreciado...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Eu não estou a pedir que faça uma apreciação dos patrões. Estou a pedir que relate aqui qual era o grau de intervenção ou de acompanhamento do acionista relativamente à ação do banco.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Eu respondo-lhe, e tenho consciência de que este não é o sítio para este tipo de troca de impressões. Peço-lhe desculpa por lhe ter dito isso.

O que havia era o seguinte: periodicamente, mas deixe-me dizer-lhe que de forma irregular — não havia mensal, bimensal ou trimensal —, o Sr. Ministro das Finanças fazia um almoço no Ministério, onde, aliás, se comia o que vinha, penso, da cantina do Ministério (e chegava e sobrava) e onde estava ele, o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que era o Dr. Carlos Costa Pina, eu e o Dr. Maldonado Gonelha, que era o Vice-Presidente da Caixa. Os jornais, normalmente, referem como Vice-Presidente da Caixa o Dr. Armando Vara, mas o Vice-Presidente da Caixa era o Dr. Maldonado Gonelha e era por isso que ele ia comigo às reuniões com o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado. E falávamos da atividade da Caixa consoante o período do ano em que estávamos — de como ia ser o ano, como é que tinha sido o ano ou o semestre, enfim. Eles queriam também saber, e legitimamente, como é que nós víamos o mercado — e eu,

se estivesse na posição deles, também ia querer saber como é nós víamos o mercado. Havia temas que eram recorrentes.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Por exemplo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Tive tempo de fazer uma lista! Um deles era o banco postal. O banco postal era um tema recorrente, até porque provavelmente o Sr. Ministro tinha a ideia de que eu, pessoalmente, me opunha à constituição de um banco postal, porque, a meu ver, isso fragilizaria a Caixa Geral de Depósitos. E, aqui, Sr. Presidente, tenho de fazer uma declaração de interesses, só para não ser levado a mal, porque sou daqueles que acham que a Caixa Geral de Depósitos deve ser pública. Embora, por causa do aumento de capital de que a Sr.^a Deputada há pouco falava, também me tenha dado ao trabalho de calcular quanto é que valia hoje a Caixa Geral de Depósitos, usando um múltiplo para o mesmo tipo de bancos, etc. É um exercício académico, que é possível, mas o resultado desse exercício, peço imensa desculpa, é meu, não foi exercício de nenhuma função.

Havia outro tema recorrente, que era Espanha. Espanha era um tema recorrente, porque efetivamente nós estávamos perante um problema, que era um crescimento orgânico ou um crescimento por aquisições.

Lembro-me de que, por duas, três ou quatro vezes, fui perguntado sobre a sucursal de Timor.

Falámos, uma ou duas vezes, sobre a dispersão de capital na área de seguros. Quero também fazer aqui uma declaração de interesses e dizer que eu era a favor da dispersão de capital na área de seguros.

De que mais nós falávamos? Falávamos, às vezes, da alteração do perímetro da consolidação. Eu percebia mal São Tomé, percebia mal dois bancos em Cabo Verde, enfim...

Com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças eu tinha reuniões mais amiúde ou ele falava-me mais amiúde. E discutíamos o trivial que se discute com um acionista, que é: como é que está a atividade, como é que está o mercado, qual é o montante de dividendos, quais são as necessidades de capital — tudo à volta disto.

Há uma coisa que nunca nenhum dos dois nos perguntou (e nós também nunca lhes dissemos, nem tínhamos de dizer), que foi a operação de crédito *A*, ou *B*, ou *C*, ou *D* — aí, zero.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas a questão a que me interessava que pudesse responder, com base nas memórias que tem desse período, era se, nesses almoços ou nessas reuniões, havia da parte da tutela, do Ministro das Finanças ou do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, alguma referência àqueles relatórios que eram enviados pelo revisor oficial de contas e nos quais se relatavam problemas que o Dr. Manuel Oliveira Rego considerava graves, era se, nesses almoços irregulares ou nessas reuniões mais regulares com o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, eles manifestaram alguma preocupação, dizendo, por exemplo: «Olhe, imagine, recebemos este relatório, onde se fala destes problemas. O que é que se passa? Que medidas estão a ser tomadas?»

Era isto que queria perguntar-lhe. Era, apelando à sua memória, se se lembra de que, quer o Ministro das Finanças quer o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, lhe colocaram questões desta natureza, revelando que tinham lido os relatórios e que se tinham interessado pelo assunto.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não tenho memória de alguma vez me ter sido referido qualquer relatório do Sr. Revisor Oficial de Contas que tenha sido enviado à tutela.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Muito bem.

Numa outra audição — não sei se teve oportunidade de ver — do Prof. Dr. Eduardo Paz Ferreira, também relativamente a estas matérias dos alertas lançados pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria, o Prof. Dr. Eduardo Paz Ferreira, basicamente, disse que considerava que os sucessivos Governos, e também aqueles na altura em que o Dr. Carlos Santos Ferreira era Presidente do Conselho de Administração, deixavam correr para ver se a coisa se aguentava, que era esta a atitude dos Governos.

Pergunto-lhe se subscreveria esta afirmação do Sr. Prof. Dr. Eduardo Paz Ferreira.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, deixe-me procurar aqui aquilo que, há pouco, quis encontrar e que, depois, prometi que iria encontrar durante a interrupção dos trabalhos. É que tive urgências que se antepuseram e que não me permitiram cumprir o que tinha dito.

Pausa.

Estou à procura de onde é que, no relatório da EY, vêm os mandatos.

Pausa.

Está aqui! Sr. Deputado, o Dr. Paz Ferreira foi Presidente...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Dr. Carlos Santos Ferreira, o senhor já referiu numa resposta anterior,...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Mas mal, porque não tinha isto aqui à minha frente!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — ... de que havia uma pequena sobreposição.

Mas a pergunta não é essa.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Mas gostaria de continuar, é muito breve.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Com certeza.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — O Dr. Paz Ferreira foi Presidente do Conselho Fiscal, diz aqui, de 22 de julho de 2011 a 31 de dezembro de 2015...? Bom, ainda bem que não está cá o Sr. Deputado Duarte Pacheco, senão diria que lá estava eu a embirrar com o relatório.

É que, verdadeiramente, o Dr. Paz Ferreira foi Presidente do Conselho Fiscal por volta do último semestre de 2007. Estou certamente a ver mal isto... Mas vou ver melhor.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Dr. Carlos Santos Ferreira, tenho presente que há essa pouca sobreposição ou quase nenhuma sobreposição.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Mas é que aqui não há sobreposição...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas a pergunta não era essa.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Vou ver isto melhor, porque, a acreditar no que aqui está, não há sobreposição nenhuma. Certamente, estou a ver mal... É só 1 minuto. É mentira, 2007...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Permita-me reformular a pergunta, para não perdermos mais tempo.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Mas eu tenho presente a sua pergunta. Posso responder-lhe.

O Dr. Paz Ferreira é uma alma que tem um humor muito particular. É um homem extremamente inteligente, é um homem de causas e é um homem que tem um humor muito particular.

Eu não seria capaz de assinar uma expressão dizendo «eu falava e mandava coisas para o Governo e eles deixavam correr a ver se isto se aguentava».

Agora, acho que isso corresponde ao humor e à maneira de estar do Dr. Paz Ferreira. Portanto, se me pergunta «e assina essa declaração?», respondo-lhe que não assino, até porque provavelmente não tive a experiência que ele teve, de, se calhar, mandar documentos e não ter *feedback* dos documentos. Se calhar, o que me falta é isso.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para concluir esta segunda ronda, é a vez do Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês Domingos.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira, aproveito para cumprimentá-lo.

Gostava de voltar a falar aqui de um caso sobre o qual ainda não falámos muito, que é o caso da Quinta do Lago.

Houve um Conselho Alargado de Crédito, em janeiro de 2007, que aprovou um financiamento em sindicato bancário, em que a Caixa entraria com 50% de 177 milhões de euros. Era uma construção societária

complexa e o parecer de risco, aliás, refere que não se conheciam os acionistas.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, importa-se de dizer o número do crédito. É que há três casos a que não consegui ter acesso, que são: o C013, o C014 e o C015.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — São precisamente esses casos a que me refiro.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Do meu tempo, do C013, do C014 e do C015, peço imensa desculpa, mas não consegui sequer ter as atas. Pedi as atas do Conselho Alargado de Crédito e não as recebi. A acreditar que a Caixa mandou as atas a quem esteve presente... E a Sr.^a Deputada com certeza tem as atas. Eu não sei se estive presente. Mas esses três casos são para mim um deserto. Há mais dois, o C018 e o C019, mas esses não são do meu tempo. Mas talvez seja possível ver nas atas se eu estive presente.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Muito bem.

Mas quero colocar-lhe algumas questões. Neste caso, temos duas situações que, para nós, são complicadas e que vemos com alguma preocupação. Esta era uma operação, que, como eu estava a explicar, era complexa e que teve dois momentos críticos. No próprio Conselho Alargado de Crédito tinha ficado acordado que a libertação dos montantes para a primeira fase da construção só ocorreria após 25% de comercialização e a DGE veio, até antes da celebração do contrato, pedir para mudar essa percentagem para 10%. E, nessa altura, aparentemente não foi solicitado um parecer da DGR.

Mais tarde, a DES (Direção de Empresas Sul) vem pedir que a operação deixe de ser sindicada porque há um desinteresse do BPI. Portanto, inicialmente, havia interesse do BPI em participar nesta operação e, a seguir, deixa de haver.

O Sr. Doutor, por acaso, sabe por que é que o BPI deixou de se interessar por este projeto?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, não sei... Estamos a falar do C015, não é verdade?

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sim!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não sei... Repito, em relação à C013, à C014 e à C015, tenho aqui um buraco branco e a única nota que tomei no C015 foi que, efetivamente, a Ernst & Young disse que o parecer era inexistente.

Numa frase seguinte — e estou a traduzir, ou a transcrever, ou a reler —, diz-se: «A proposta inicial...» — como a Sr.^a Deputada dizia — «... previa a sindicância da operação com outra instituição financeira,...» — nem diz que era o BPI, 50/50 — «... tendo a mesma sido analisada pela DGR, cujo parecer foi condicionado. Acresce que a finalidade de garantias, o parecer do DGR e outros factos relevantes...» — ah, isto é uma nota minha! — «... são iguais aos do C013.»

Portanto, o que é que quero dizer com isto? É que, se vir o C013 e o C015, encontra bocados de texto iguais e, verdadeiramente, a única nota que tenho é essa sobre a sindicância ser 50/50, mas tomada por mim, com base no relatório da Ernst & Young, sem acesso às atas do Conselho de Crédito.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Muito bem.

Então, temos uma operação que pedia a syndicação, enfim, o parecer de risco pedia a syndicação, situação essa que acabou por vir a ser ignorada — o Sr. Doutor não se lembra —, porque o outro investidor não entrou...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não conseguiu fazer!

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — ... e, portanto, a Caixa fez sozinha.

Isto é um bocadinho semelhante ao que aconteceu com Vale do Lobo, sendo que Vale do Lobo é um bocadinho mais grave. E é um bocadinho mais grave porque já sabemos e temos referido abundantemente que o projeto foi apresentado diretamente por um administrador, conforme disse aqui o Diretor de Empresas Sul.

O Diretor Comercial de Empresas e o Diretor de Risco alertaram também para a necessidade de fazer uma syndicação de projeto e a administração aprovou, de novo, sem syndicar o projeto, apenas com base no interesse de um administrador. Estes são apenas dois exemplos em que os outros bancos não fizeram igual à Caixa. Há outros, mas estes são dois exemplos em que os outros bancos não fizeram igual à Caixa.

Portanto, o Sr. Doutor veio dizer que era um período de euforia, mas nitidamente não era euforia para todos, ou seria mais moderada nos outros. Por isso, gostava que me explicasse porque é que a Caixa estava especialmente eufórica.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, explico-lhe com todo o gosto.

Deixe-me que lhe diga que, se tivesse havido um período de euforia na Caixa, então, isso ter-se-ia refletido no custo do crédito, nas imparidades. Como tive oportunidade de vos referir — e não de ler, porque

não se leem mapas —, na página 9 da minha apresentação: «O custo do crédito, nas perdas anuais médias, da Caixa foi 0,91%, tendo quatro bancos,...» — e fui buscar todos os bancos ibéricos cotados — «... o Popular, o Santander, o BCP e o BES, custos de crédito superiores.»

Portanto, se me permite, a euforia foi boa, foi magnífica, porque não se refletiu em custos de crédito, mas o mais provável é que nem sequer tenha acontecido. Aliás, as euforias traduzem-se normalmente em quotas de mercado e deixe-me que lhe diga o seguinte: o BPI tinha uma quota de mercado de crédito concedido de 13,1% em 2005, de 13,5% em 2006 e de 13,2% em 2007; o BES tinha 22,5%, 23,2%, 22,6%; o BCP tinha 33,1%, 31,4%, 31,6%; a Caixa tinha 31,3%, 31,9% 32,5%. Não há aqui nenhuma euforia! Muitas vezes, os bancos participavam ou não nas operações sindicadas, consoante a remuneração ou a ligação que tinham a outros clientes locais.

Diz-me a Sr.^a Doutora: «A Caixa não procedeu como os outros.» E eu digo: «Olhe se a gente tem procedido como alguns dos outros!...» Não teria sido uma brilhante ideia.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — É curioso que refira isso, porque, de facto, um dos exemplos que referiu de bancos que tiveram mais perdas — para além dos espanhóis, de que não temos os resultados — foi precisamente o do BES, que sabemos que não era exatamente um exemplo com o qual a Caixa se quisesse comparar. Portanto, enfim, compreendo a sua referência.

Depois, também temos o caso do BCP. E não é verdade, Sr. Doutor, que, de facto, o que aconteceu com o BCP foi um bocadinho diferente? Segundo dados das contas dos próprios bancos, que, aliás, foram recolhidos pela jornalista Helena Garrido, para o livro que escreveu, exatamente no período 2005-2007, as imparidades de crédito que foram geradas na sua

Administração eram superiores a 17% e, no BCP, eram 4,6%. Portanto, de facto, a situação da Caixa foi diferente.

Mas, repare, não fui eu que disse a palavra «euforia», foi o Sr. Doutor que a referiu, em resposta a alguém.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Claro, é verdade!

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Portanto, estou apenas a corroborar aquilo que disse: de facto, se calhar, na Caixa houve uma certa euforia.

Gostava que me confirmasse uma coisa em relação às perdas que estão no *top 25*. Pode confirmar se é verdade que, das perdas de 1300 milhões de euros, mais de metade, mais de 800 milhões, teve origem na sua Administração?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, como tive oportunidade de ler e de dizer várias vezes, só por um milagre é que as maiores perdas não estariam concentradas em 2007. Só por um milagre! Isso não aconteceu só por causa da crise, aconteceu por outros motivos, de fora dos quais não coloco a Administração e a instituição, mas teve muito a ver com isso.

Agora, faça-me o favor que pedi há um bocado que me fosse feito. Diga assim: «Então, teve o maior número de casos do *top 25*?» Sim senhor! E diga também, se puder ou se for possível: «Teve também os melhores resultados da história da Caixa!» Pronto, e ficamos quites! Não há dois anos com resultados maiores do que os de 2006 e 2007. Não há!

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Doutor, quais eram os seus pelouros específicos na Caixa?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.)*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem de ligar o microfone.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Peço desculpa.

Na distribuição inicial, em agosto, o que é que eu tinha? Tinha a Secretaria-Geral, o Gabinete de Apoio ao Conselho, a Direção de Auditoria Interna, a Direção de Gestão de Risco, o Gabinete de Imagem e Comunicação e o Banco de Investimento. Admito que sejam pelouros muito perto daqueles que tinha o Dr. Vítor Martins, mas não sei.

Por tradição, na Caixa, a Direção de Auditoria Interna e a Direção de Gestão de Risco estavam sempre com o Presidente — no caso da Direção de Gestão de Risco, foi assim desde que foi criada e, no caso da Direção de Auditoria Interna, era essa a tradição.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Pode explicar-me porque é que havia essa tradição?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Em relação a uma delas, de certeza que sou capaz de lhe explicar. A Direção de Gestão de Risco foi criada pelo Prof. António de Sousa e, se não estivesse a reportar diretamente ao Presidente, as dificuldades que teve deveriam ter sido muito maiores do que aquelas que, efetivamente, o Prof. Vasco Orey sentiu.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Então, como é que via o seu papel, enquanto responsável pelo pelouro da Direção de Risco?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Minha senhora, falava muitas e imensas vezes com o Prof. Vasco Orey e tentávamos... Perguntavam, há um bocado, se o Risco devia ser acarinhado, fortalecido, etc.... Sim! Claramente, muitas vezes!

Peço-vos para verem nas atas do Conselho de Administração, porque há, efetivamente, um, dois ou três projetos com o apoio de consultores externos — a McKinsey e, provavelmente, a Deloitte, não sei — relativamente à gestão de risco.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Então, e acha que fazia parte desse processo de acarinamento da Direção de Risco — como falou de acarinhar a Direção de Risco — ignorar sistematicamente os pareceres de risco, como foi o caso com a sua Administração?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, digamos que está a partir de não sei quantos casos para uma totalidade. Não sei de quantos casos é que está a tirar essa ilação, mas permita-me que lhe diga que grande parte dos pareceres de risco... Para já, peço-lhe desculpa, mas a sua afirmação não corresponde à verdade. Ponto!

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Se quiser, posso dar-lhe os números.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ah, isso era ótimo!

Deixe-me só que lhe diga uma coisa: grande parte dos pareceres de risco eram condicionados e havia uma parte que era positiva, ou favorável, e outra parte que era desfavorável. No meio de tanto papel, tenho dúvidas de que consiga encontrar, mas vou tentar! Vou tentar dar-lhe conta de

quantos casos é que pode citar, desde que foi criada a Direção de Risco. Deixe-me ver se consigo encontrar...

Pausa.

Tenho dúvidas de que consiga encontrar, mas eu próprio fiz um quadro dos vários anos, com os pareceres favoráveis, condicionados e desfavoráveis. Mas, para isso, era preciso que, genialmente, eu conseguisse encontrar esse papel no meio de tanta nota, que é uma coisa que me está a parecer que não vai acontecer.

A Sr.^a Deputada ia ajudar-me, ia dizer que tinha isso presente. Se me fizesse essa gentileza...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Com certeza.

Neste período em que estive na Administração da Caixa Geral de Depósitos, temos no relatório da Ernst & Young que, do *top 25* de operações, houve 14 que foram com a sua Administração, das quais 12 não tinham parecer de risco,...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não!

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — ... ou o parecer de risco tinha condicionantes que não foram acolhidas, ou o parecer de risco era negativo e a operação foi aprovada na mesma.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, não há — não sei, estou à espera de encontrar, admito tudo! —, por definição, operações que não tenham parecer de risco. Não há, é um problema de definição! Eu

quero lá saber o que vem no relatório, Sr.^a Deputada! Peço-lhe imensa desculpa, mas, por definição, não há! Portanto, não há!

Em segundo lugar, está a falar-me de 13 operações. Encantado! Está bem, diz-me que elas não têm parecer de risco, mas eu digo-lhe que não é possível. Está a falar-me de 13 operações. Está bem! Pedia-lhe o favor — enfim, isso não consegui fazer — de calcular quantas operações de crédito foram ao Conselho Alargado de Crédito, porque é disso que estamos a falar, para tirar essa amostra.

Verdadeiramente, não penso que tenha sido um período em que não se levasse em linha de conta o que o Risco dizia. Não penso nada disso!

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Sr. Doutor, o relatório da Ernst & Young terá questões certamente difíceis, mas, de todas as audições que tivemos até agora e da própria audição do Sr. Doutor, que reconheceu que houve erros, acho que uma coisa que podemos concluir — e com isto termino, porque penso que há um bocado já tinha ultrapassado o meu tempo — é que estaríamos todos muito mais satisfeitos e provavelmente não estaríamos até tão tarde nestas audições se a Caixa, se a sua administração, tivesse tomado em consideração as condicionantes, os riscos, se o Sr. Doutor, que tinha o pelouro da Direção de Gestão de Risco, tivesse, de facto, tomado mais atenção àquilo que a DGR estava a dizer.

É perfeitamente óbvio para todos que o que aconteceu na Caixa Geral de Depósitos é que uma grande parte dos problemas que acabaram por conduzir a imparidades e a casos que todos conhecemos e que todos referimos, sistematicamente, nestas audições, poderiam ter sido muito mitigados se se tivessem acolhido as recomendações da DGR.

E com isto termino, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, se me permite, gostaria de deixar duas notas.

A Sr.^a Deputada confunde, e bem, com certeza, ter o pelouro e agir de determinada maneira em Conselho de Crédito.

Eu, em Conselho de Crédito, não tinha o pelouro do risco; eu, em Conselho de Crédito, era o Presidente do Conselho de Administração e a minha função era fazer com que o Conselho Alargado de Crédito funcionasse.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — E tomar em consideração o que vinha da DGR!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Claro. E, Sr.^a Deputada, tomar em linha de conta as áreas comerciais e tomar em linha de conta os assuntos jurídicos... Tudo! Mas não era um problema de pelouro.

Há bocado, passei por cima — e estou a ver que não devia ter passado — de algo que, relativamente ao período de 2000 a 2015, dizia assim: «Feitas as contas no período em análise, as operações em que o parecer da Direção de Gestão de Risco foi acolhido geraram 13% das perdas, enquanto que as operações em que aquele parecer foi desfavorável geraram apenas 7,7% das perdas».

Portanto, se estamos a comparar, digamos, pareceres a favor ou pareceres contra... A Sr.^a Deputada está exatamente a fazer...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Também existiam os pareceres condicionados que o Sr. Doutor e a administração também escolheu não acolher.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Claro!

Eu aqui limitei-me a dizer: favoráveis ou...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Limitou-se a dois casos!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Limitei-me a dizer favoráveis, ou acolhidos, ou desfavoráveis.

Nos outros, na verdade, havia condições de risco acolhidas e condições não acolhidas.

Mas a Sr.^a Deputada está a tirar, verdadeiramente, uma conclusão com a qual não posso estar de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à terceira ronda, sendo que, se for necessário, como já aqui foi falado, haverá...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, não haverá uma ronda à porta fechada depois?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, primeiro vamos concluir esta parte e, no final, haverá uma ronda, como foi combinado no momento certo, para que...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Se for necessário!

O Sr. **Presidente**: — Exatamente.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, perguntei apenas porque pode haver perguntas que me escuso de fazer agora nesta ronda se houver uma ronda à porta fechada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a ronda à porta fechada será unicamente para responder a uma questão que foi colocada pela Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tal como foi combinado. Não haverá mais nenhuma outra ronda à porta fechada. Essa será, exclusivamente, para responder àquela questão que foi colocada naquela altura. Certo?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É isso!

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, entrar na terceira ronda, cabendo 2 minutos a cada Sr. Deputado.

A Mesa registou as inscrições das Sr.^{as} Deputadas Constança Urbano de Sousa, Mariana Mortágua, Cecília Meireles e do Sr. Deputado Duarte Marques.

Tem, então, a palavra a Sr.^a Deputada Constança Urbano de Sousa, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Em todos os relatórios de auditoria externa da Deloitte, que recebeu e que lhe estão endereçados, existe sempre um alerta para a necessidade de provisões, ou seja — e posso estar enganada —, a Caixa Geral de Depósitos ou continuava a não avaliar bem os riscos ou, então, estaria a encobrir créditos.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Como?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Em todos os relatórios de auditoria externa existem alertas da Deloitte para a necessidade de provisões.

Quer isto dizer que a Caixa Geral de Depósitos continuava a não avaliar bem os riscos ou, então, a encobrir créditos que iam depois gerar imparidades?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, peço desculpa, mas na terceira ronda o Sr. Doutor só responderá no final e em conjunto a todas as questões.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Tenho sempre muita dificuldade em perceber quais eram os critérios prudenciais e este tipo de créditos para aquisição de ações, porque, para mim, é como me emprestarem dinheiro para ir ao Casino jogar e, depois, dou as fichas como garantia.

E tenho mais dificuldade em perceber quando não há sequer uma avaliação das garantias pessoais a quem são dados os créditos, a quem até são exigidos os avais, como é o caso de Manuel Fino ou de Joe Berardo, por exemplo. Nunca houve uma avaliação da Caixa Geral de Depósitos de um dos supostos grandes ativos de Joe Berardo, que seria a sua coleção de arte... Ou melhor, existe uma avaliação da Christie's, que foi meramente parcial, e existe uma avaliação mais generosa da Gary, mas essa aí foi paga pelo próprio Berardo e, como tudo na vida, quem paga a missa manda-a cantar, como diz o povo.

Portanto, a Caixa nunca teve o cuidado de fazer uma avaliação do património verdadeiro, daquilo que é real, que é tangível, que pode dar algum dinheiro, se um dia tiver de ser acionada a garantia. E eu pergunto porque é que nestas condições ainda continuam a dar créditos nesses montantes elevados. E o mesmo vale para Manuel Fino.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de saber se, enquanto era presidente e administrador da Caixa, alguma vez teve contactos direitos com Joe Berardo, com Manuel Fino, com Teixeira Duarte, com qualquer um dos grandes devedores da Caixa e para que fins é que teve esses contactos.

Porque é que há um conjunto de operações, que nós não conseguimos ainda compreender nem conseguimos perceber quem é que toma as decisões, que puseram a Caixa numa situação tão arriscada? E Vale do Lobo é uma delas. Tentaram dizer-nos que a Wolfpart foi criada independentemente da operação Vale do Lobo e eu devo dizer-lhe que não acredito — quero ser frontal relativamente a isto — e que acho que não é verdade.

Há também aqui a questão do BCP que não é de somenos. O BCP tinha créditos a vários acionistas da Caixa, não era só dois, eram vários, alguns anteriores, outros posteriores, alguns uma acumulação de créditos, mas a verdade é que eles existiam, e tinha cerca de 8% das ações dadas como garantia, o que não até uma pequena coisa.

Ora, era importante perceber exatamente em que condições é que estes créditos foram dados. E, já agora, queria também tentar desmontar, aqui, uma teoria, que me parece fazer pouco sentido, sobre o assalto ao

BCP. O assalto ao BCP não acontece no momento da assembleia geral, como bem sabe; o assalto ao BCP é anterior, é um processo em que vários acionistas são reforçados para minar um processo interno de estabilidade de um banco, independentemente das condições em que acontece.

Sei que o Doutor não pergunta porque é que o querem nos cargos, isso... Enfim, a confiança é sempre uma qualidade a relevar, mas o assalto ao BCP não foi para pôr o Dr. Santos Ferreira à frente do BCP. O Dr. Santos Ferreira foi instrumental de um processo diferente de tomada de poder. Ninguém está aqui a dizer que houve gente a pedir créditos à Caixa para pôr esta pessoa no BCP!... Mas esta pessoa estava naquele lugar, naquele momento com ligações especiais e, como é óbvio, tinha sido a pessoa para quem trabalhou anteriormente, tinha ligações à Eureka, de quem foi também administrador, e, portanto, com uma posição privilegiada.

Última pergunta: há uma notícia do *Público* que diz que enquanto esteve na Caixa não declarou os seus rendimentos ao Tribunal Constitucional. O que eu queria perceber é se essas declarações foram atualizadas ou, de alguma forma, retificadas *a posteriori*.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Obrigada, Sr. Presidente.

Coloco duas perguntas telegráficas, tendo a primeira a ver com o ponto 5 da sua exposição, quando fala da recapitalização da Caixa e faz uma análise sobre os aumentos de capital de 2005 a 2015, apontando até valores neste período.

O que quero saber é o seguinte: temos, na página 17 do relatório da Ernst & Young, a evolução do capital próprio da Caixa Geral de Depósitos

de 2000 a 2016 e aí pode ler-se que os aumentos de capital neste período foram de 3900 milhões de euros e os dividendos de 2600 milhões de euros.

Gostava de saber se contesta esta conclusão em particular do relatório da Ernst & Young.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr.^a Deputada, posso? Peço-lhe imensa desculpa, mas preciso que repita a parte final, porque não ouvi.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Repito: é o que está na página 17 do relatório da Ernst & Young. Se for preciso, entrego-lhe esta página.

Segunda pergunta: no caso do financiamento à La Seda, já foi aqui dito, por várias vezes, que foi o CaixaBI que tratou do processo e que acompanhou o financiamento e eu gostava de saber se, alguma vez, teve notícia de que a reação inicial do Caixa BI a esta ideia de financiamento foi contrária, foi negativa e que só depois de o assunto ter passado pela Caixa Geral de Depósitos é que voltou ao CaixaBI. Tem alguma nota sobre esta matéria?

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Duarte Marques.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira, a conclusão que já vamos tirando nesta Comissão de Inquérito é que a sua administração foi, de facto, danosa para o futuro da Caixa.

Há várias perguntas que temos de lhe colocar, porque o Sr. Doutor, durante esta audição, muitas vezes, fez-se algo desentendido, até às vezes algo inocente, tentando jogar com as palavras para, na minha opinião, tentar iludir a nossa interpretação e a verdade é que ficámos convencidos,

de alguma forma, que assume algumas responsabilidades, mas em relação a outras tenta escapar entre os pingos da chuva.

Mas a verdade é que, olhando hoje para o sistema financeiro português, a sua ação, que começa com maior dimensão na Caixa, acaba por concretizar-se no sistema financeiro não diria como o novo dono disto tudo mas a sua equipa domina o sistema financeiro português atualmente. Basta ver que entre os membros das suas equipas, hoje, temos um vice-presidente do Novo Banco, um CEO da Caixa, um CEO do Novo Banco, o seu ex-chefe de gabinete CEO do BCP e, portanto, diria, que conseguiu, de alguma forma, cobrir todo o espectro financeiro em Portugal.

O que não compreendemos é como é que tenta dizer que não foi estrategicamente posicionada a ação da Caixa para ajudar um conjunto de acionistas a tomar conta do BCP, o vulgo assalto.

E não é uma coincidência, porque podemos recordar aqui uma frase de Joe Berardo que o *Sol* cita este fim de semana, em que ele diz que foram os bancos que lhe vieram oferecer dinheiro para comprar ações do BCP...! Ora, eu gostava de perceber qual é que foi esta estratégia.

Tenho apenas mais uma pergunta, sabendo de antemão que foi aqui dito na outra Comissão de Inquérito à Caixa que o Ministro Campos e Cunha se demitiu perante a pressão para nomear determinados administradores. Quem é que lhe recomendou Armando Vara para administrador da Caixa? Quem é que decidiu que Armando Vara iria consigo para o BCP?

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira, para responder, dispondo de 8 minutos.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Começo pela Sr.^a Deputada Constança Urbano de Sousa para lhe dizer o seguinte: não penso que sejam no período do meu mandato os alertas da Deloitte para a necessidade de provisões...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Tenho aqui alertas dirigidos a si...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Mas para a necessidade de provisões? Enfim, acho que...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Com o montante até! Vai variando!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ah, isso é ótimo!

Estamos a falar de valores de?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Por exemplo, em 22 de junho de 2006, no relatório da Deloitte, estamos a falar de quase 800 milhões de euros...

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Como? De falta de provisões?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — De necessidade de provisões! De acordo com a carteira de créditos para cobrir créditos... É o que eu leio aqui! Eu e toda a gente!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Peço-lhe imensa desculpa, Sr.^a Deputada, mas pedia-lhe... Se estivéssemos a falar de 8 milhões ou de 800 000 €... 800 milhões de falta de provisões?! Não, Sr.^a Deputada. Com todo

o respeito — e tenho muito respeito pela Sr.^a Deputada —, se a Deloitte achasse, num documento, que faltavam 800 milhões de provisões, a Deloitte faria uma reserva às contas ou, no mínimo,... Isso nem era uma ênfase, era uma reserva às contas em direto!

Peço-lhe imensa desculpa, Sr.^a Deputada, e estou disponível para ver isso. Não sei se a Deloitte vai ser chamada, ou não, a esta Comissão, não me compete sabê-lo, mas, se faltassem 800 milhões, isso era uma reserva nas contas.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Em outubro de 2006, 24 milhões... Era nesta lógica que... É tudo *peanuts*!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, 800 milhões não são *peanuts*, 800 milhões é uma reserva!

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Eram 24 milhões neste, por exemplo, mas são vários!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Mas, mas... não posso sugerir perguntas, mas atrevo-me a sugerir que seja perguntado à Deloitte, se ela aqui vier, se, no período em que eu estive na Caixa, alguma vez acharam que havia falta de provisões quando as contas estavam todas vistas e encerradas, porque pode haver um caso em que a Deloitte diz «atenção, nós aqui achamos que tem de ser reforçado isto, aquilo e aqueloutro»...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Andamos sempre a falar na ordem dos 20 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Por semestre?

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Sim, estamos a falar de semestrais.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Enfim, Sr.^a Deputada, se alguma coisa tínhamos com a Deloitte, nessa altura, era a Deloitte achar que, em alguns casos, tínhamos provisões excessivas mesmo que não fosse para crédito.

A Sr.^a Deputada perguntou também se o crédito era para adquirir ações, se a coleção de arte foi avaliada. Deixe-me dizer-lhe que, apesar da opinião de alguns dos seus colegas — que até admito, mas não sei se é dominante ou não, e não é isso que neste momento me perturba —, até eu deixar o mandato não havia, creio eu, casos de incumprimento em matéria de ações do BCP, da Metalgest, de uma sociedade e de uma entidade. Portanto, não havia casos em incumprimento. Não havia. Repito: não havia! Isto era o ponto um.

Ponto dois: a avaliação da coleção foi feita e a Caixa aceitou uma média entre a avaliação que tinha sido feita pela Christie's...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Mas foi só parcial!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Pronto. Feita pela Christie's e por uma galeria ou um museu de arte de Miami, na Florida, chamado Gary não sei quê...

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Paga pelo Berardo!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Pronto.

Nessa altura, eu estava no BCP e nem sei — não me pergunte, porque não sei — qual foi o resultado final no BCP. Houve uma altura em que me perguntaram a minha opinião sobre essa matéria e eu disse qual era. Disse «para mim, é simples. Provavelmente, o valor da coleção é o valor pelo qual o Estado se dispõe a comprá-la». Porque esse valor tem duas avaliações atrás, parece-me que da Sotheby's e da Christie's, e está fechado, não é um valor discutível. Provavelmente, hoje, a coleção valerá muito mais do que isso, mas, quando me perguntaram no BCP, essa foi a minha opinião.

Na Caixa, nunca tive de me defrontar com problemas destes de incumprimento.

A Sr.^a **Constança Urbano de Sousa** (PS): — Mas quando está a conceder um crédito a uma fundação...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, lamento, mas não podemos continuar este diálogo. O Doutor tem de responder às perguntas e concluir.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Sr. Presidente, eu avanço.

A Sr.^a Deputada Mariana Mortágua perguntou-me se, enquanto estive na Caixa, alguma vez falei com o Comendador Berardo, com o Sr. Manuel Fino, com o Sr. Teixeira Duarte. A resposta é «sim». Sim, falei! Aliás, recordo-me de uma conversa com o Comendador Berardo, que deve ter sido em finais de 2005, começo de 2006... Não sei bem, mas sei que o tentei convencer... A gente não se conhecia bem, tínhamo-nos visto apenas uma vez antes de eu ir para a Caixa, mas tentei convencê-lo, efetivamente, a instalar a coleção que estava a negociar com o Governo naquele edifício onde está hoje instalado o MUDE (Museu do Design e da Moda), na Rua

Augusta. Era um prédio que pertencia, digamos, à Caixa, era a antiga sede do BNU. E lembro-me dessa conversa.

A Sr.^a Deputada disse ainda que eu fui administrador da Eureko, o que é verdade...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Desculpe interromper, mas eu perguntei-lhe sobre conversas relativas a créditos e não conversas relativas a coleções de arte.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Ah! Não, não.

Efetivamente, quando estes senhores, ou alguém, me falavam sobre a operação *A*, *B* ou *C*, aquilo que eu fazia era dirigi-los para o administrador que tinha o pelouro, nem sequer era para o diretor. É o que se deve fazer! É a mesma resposta que dão os Srs. Ministros: «Então vamos ver, vamos estudar».

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Fez isso com Berardo?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não me lembro de ter, sequer, alguma vez, discutido problemas de créditos com a pessoa que está a citar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Se não quiser dizer Berardo pode dizer Comendador!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não é isso! Estou a tentar usar a expressão «entidade» ou «pessoa» para não citar nomes. É esta a razão.

A Sr.^a Deputada disse que eu fui administrador da Eureko, e é verdade. Fui administrador da Eureko na altura em que era o primeiro responsável pelos seguros do BCP. Digamos, o administrador da Eureko era o Eng.º

João Talone e, quando ele saiu, substitui-o nessas funções. E deixe-me dizer-lhe que era duras, porque os holandeses são duros a trabalhar e não era propriamente um passeio.

Disse ainda que eu fui instrumental no assalto ao BCP. Não sei se devo ficar feliz ou infeliz! A Sr. Deputada ri-se, mas, se calhar, «cérebro»...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não foi por si que se fez o assalto!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não é isso...

Voz impercetível.

Não, está a ver?! Não, não. Ó Sr. Deputado, veja... Já lá vou!

A Sr.^a Deputada referiu que havia uma notícia do *Público* sobre os meus rendimentos perante Tribunal Constitucional. Acho que, aliás, não acho, tenho a certeza de que entreguei a declaração de saída. Faltava uma página qualquer de uma coisa qualquer... Um papel qualquer, lá dentro, que, pelo menos, não foi encontrável na Caixa. Não fiz nenhuma retificação, mas entreguei os documentos de saída ao Tribunal Constitucional.

Não sei se foi a Sr.^a Deputada que falou da La Seda. Sim, sei que, efetivamente, quando a La Seda apareceu na Caixa Geral de Depósitos, mandámos o assunto, como deveria ser, para o Caixa Banco de Investimento, ou seja, para a Caixa Capital, que na primeira reunião teve dúvidas sobre o projeto. O projeto não voltou à Caixa Geral de Depósitos, foi sempre discutido no âmbito da Caixa Capital, mas deixe-me dizer-lhe que isso era razoavelmente frequente, que um tema fosse presente e que

depois fosse retirado, mas voltasse, etc., e foi o que se passou com a La Seda.

Também tenho grandes dificuldades em interpretar esta página 17 do relatório da EY, sobretudo porque há um ano que foge... Está aqui como *pro forma*, aumento de capital *pro forma*, etc. Isto é tão simples como isto, em matéria de capital, se a Sr.^a Deputada partir dos mapas que lhe apresentei na página... Peço desculpa, porque é na minha própria apresentação! Na página... na página 12... Ah! Tirei daqui a comparação com os outros bancos, mas tenho-a, mais ou menos, de cabeça. Sr.^a Deputada, vai chegar à conclusão de que os aumentos de capital que houve na Caixa, levando em linha de conta aquilo que se verificou em 2016 e os aumentos de capital que houve no BCP, rondam praticamente o mesmo número, ou seja, à volta de 7,9/8 biliões de euros.

Bom, Sr. Deputado Duarte Marques, com todo o respeito, vejo que não precisa do resto das audições para formar uma opinião sobre o meu mandato que diz ser danoso para o futuro da Caixa. É uma opinião e, como lhe dizia, tem mais do que direito a ela. A segunda parte é que penso que é menos digna, se me permite, sem se sentir ofendido e sem achar que eu... Porque não quero de maneira nenhuma melindrá-lo. Mas a segunda parte é que me parece ser mais repetitiva, porque, no fundo, esse é que é um artigo do jornal *Público*, escrito por uma pessoa que, se quiser, dou-lhe o nome, mas odiaria dizê-lo em público...

Voz impercetível.

A jornalista é a Cristina Ferreira. Tudo bem!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Nem sei de que artigo é que está a falar!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — É um artigo que, calculo, disse há um mês, ou um mês e tal, aquilo que o Sr. Deputado acaba de dizer.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Peço desculpa, mas o único jornal que citei foi o *Sol* e foi uma frase do Comendador Berardo.

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não, não. Foi quando o Sr. Deputado disse «membros da sua equipa dominam o sistema financeiro». Esse foi o tema de um artigo longo da Cristina Ferreira, no *Público*.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Por acaso não o li. Deveria ter lido!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não precisa. Não precisa, mas há duas coisas boas para isso. Pessoalmente, tenho imenso orgulho nisso. Tenho orgulho, porque, efetivamente, quando me perguntam «quem é que levou o Dr. Vara para o BCP», a resposta é «fui eu». Mas, ao mesmo tempo que levei o Dr. Vara para o BCP, levei também para o BCP o Dr. José João Guilherme, que é neste momento administrador da Caixa, o Dr. Paulo Macedo, o Dr. Vítor Fernandes, o Dr. António Ramalho, o Dr. Luís Pereira Coutinho. Portanto, levei o Dr. Vara e levei esses todos.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — E para a Caixa?

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Para a Caixa, pedi para ficar um administrador que eu conhecia, o Dr. Vítor Fernandes, que tinha trabalhado comigo no Grupo Champalimaud.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — A pergunta era sobre Armando Vara!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Já lá vou!

Sabe, tenho uma grande tranquilidade nessa matéria. Desde que deixei as funções no BCP, passei a viver da minha reforma da Caixa de Previdência dos Advogados e da Segurança Social, e não tenho clientes. Não tenho clientes! Não faço negócios, nunca me verá como parte de nenhum negócio.

Vivo, efetivamente, das reformas — bem! — e daquilo que poupei ao longo da minha vida.

Portanto, ter estes meus amigos colocados em vários sítios, não sei quantos deles aqui virão, mas, se lhes perguntar quantas vezes é que lhes telefono...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não lhe perguntei sobre isso!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Peço desculpa, mas ainda estou naquela frase...

Relativamente à frase do Comendador Joe Berardo, acho que ele vai estar aqui e o Sr. Deputado vai ter uma oportunidade de ouro para lhe perguntar quem foram os bancos que lhe ofereceram dinheiro. Para ele dizer isso é porque alguém foi!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Pergunto-lhe a si se foi oferecer ou não!

O Sr. Dr. **Carlos Santos Ferreira**: — Não fui!

Que eu saiba, não. Mas vou gostar de ver a resposta do próprio. Isso vou gostar de ver.

Quem é que recomendou o Sr. Armando Vara para a Caixa? O Prof. Teixeira dos Santos respondeu a isso na primeira Comissão de Inquérito. Foi ele que escolheu o Dr. Armando Vara e foi ele que o convidou. Nessa altura, eu disse aqui que os Conselhos sempre foram feitos desta maneira, com conversas entre o CEO e o acionista. Sempre foi assim!

A partir do momento em que uma pessoa integra uma equipa que presido, essa pessoa é tão igual como as indicadas ou sugeridas por mim. São todos iguais. Todos.

Portanto, o Dr. Armando Vara, que foi indicado, ou sugerido, ou convidado pelo Prof. Teixeira dos Santos, era, para mim, igual a qualquer outro administrador. Se calhar, parece-lhe um bocado, enfim, romântico, mas era assim.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos fazer uma pequena pausa técnica, uma vez que a partir de agora a reunião será à porta fechada.

Pausa.